

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social

Flavio Soares Guerra dos Anjos

RESISTÊNCIA: coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido

Belo Horizonte

2024

Flavio Soares Guerra dos Anjos

RESISTÊNCIA: coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. André Márcio Picanço Favacho

Belo Horizonte

2024

A599r
T Anjos, Flavio Soares Guerra dos, 1979-
Resistência [manuscrito] : coletivo professores contra o escola sem partido / Flavio Soares Guerra dos Anjos. -- Belo Horizonte, 2024.
151 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientador: André Márcio Picanço Favacho.
Bibliografia: f. 148-151.

1. Professores Contra o Escola Sem Partido (Brasil) -- Teses.
2. Movimento Escola sem Partido (Brasil) -- Teses. 3. Educação -- Teses.
4. Política e educação -- Teses. 5. Movimentos sociais -- Teses.
6. Professores -- Participação política -- Teses. 7. Professores -- Atividades Políticas -- Teses. 8. Cultura política -- Teses.
I. Título. II. Favacho, André Márcio Picanço, 1973-
III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 379.201

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO

FLAVIO SOARES GUERRA DOS ANJOS

Realizou-se, no dia 21 de fevereiro de 2024, às 14:00 horas, na Sala de Defesas Professor Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 1539ª defesa de dissertação, intitulada *RESISTÊNCIA: Coletivo Professores contra o Escola sem Partido*, apresentada por FLAVIO SOARES GUERRA DOS ANJOS, número de registro 2021653182, graduado no curso de FILOSOFIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andre Marcio Picanco Favacho - Orientador (UFMG), Prof(a). Renata Pereira Lima Aspis (UFMG), Prof(a). Geovana Mendonça Lunardi Mendes (UDESC), Prof(a). Silvia Maria de Contaldo (FAJE).

A comissão considerou a dissertação: APROVADA. Destaca-se a relevância e a atualidade do problema de pesquisa e sua abordagem problematizadora.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2024.

Prof(a). Andre Marcio Picanco Favacho (Doutor)

Prof(a). Renata Pereira Lima Aspis (Doutora)

Prof(a). Geovana Mendonça Lunardi Mendes (Doutora)

Prof(a). Silvia Maria de Contaldo (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Maria de Contaldo, Usuária Externa**, em 27/02/2024, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Marcio Picanco Favacho, Professor do Magistério Superior**, em 29/02/2024, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Pereira Lima Aspis, Professora do Magistério Superior**, em 05/03/2024, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovana Mendonça Lunardi Mendes, Usuária Externa**, em 01/04/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3059990** e o código CRC **5BE973DB**.

Dedico este trabalho ao meu eterno amor, Maria Raimunda Marques Soares, minha mãe, uma mulher negra e pobre que não pôde estudar, mas que teve conhecimento, discernimento e espiritualidade para me guiar no caminho da escola, dos livros, da ciência, da razão e da pesquisa, rumo à senda da felicidade, sempre (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Professor Orientador André Favacho, que com carinho especial me acolheu, de todos os modos e formas possíveis, nos eventos delicados e difíceis pelos quais passei em minha triste história recente. Agradeço também aos meus irmãos Fábio Marques, Ana Carolina Marques, e em especial, à Vanessa Marques dos Anjos, que por conta própria acabou por tomar, de alguma forma, o lugar da minha recente falecida mãe. Também sou grato ao meu padrasto, José Aguinaldo Roque de Oliveira, um homem comum e sem estudos, que veio do interior e suou a camisa, trabalhando nas portarias dos condomínios da burguesia brasileira, ao lado da minha mãe, uma empregada doméstica, para que fôssemos cuidados, alimentados, e seguissemos vivos. Também sou grato aos meus amados filhos, Flavio Gabriel e Liam Raphael. Quero também expressar gratidão à Universidade Federal de Minas Gerais, e em especial ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação (PPGE/FaE/UFMG), uma instituição que teoriza e põe em prática a inclusão, e da qual me orgulho de ter feito parte do seu corpo discente durante praticamente três anos. Quero também expressar carinho e gratidão à todos, todas e todes colegas do Grupo de Estudos Panóptico, um grupo composto de gente que muito me ensinou, e me tratou com afeto e ternura. Por fim, não poderia deixar de expressar minha gratidão pela atenção, olhar e paciência da Professora Renata Pereira Lima Aspis, que me acompanhou desde o processo de seleção de entrada no programa até o término do curso. Agradeço também às duas professoras que aceitaram fazer parte da banca examinadora: Geovana Mendonça Lunardi Mendes e Silvia Maria de Contaldo.

RESUMO

Esta pesquisa é fruto de uma observação dos fatos que continuaram a ocorrer após o anúncio do fim das atividades do movimento Escola Sem Partido (MESP), em agosto de 2020, pois algo havia se consolidado: sua prática e seus efeitos de poder. A partir dessa constatação, foi iniciado um trabalho de investigação acerca dos grupos de resistências e oposições ao MESP, o que levou a um coletivo de educadores denominado Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP). Tal coletivo produziu, em formato de *podcasts*, um potente material de contrapropaganda e desmonte do discurso do movimento Escola Sem Partido e de resistência às extremas-direitas nacional e internacional. Esses *podcasts* contêm análises que atrelam educação, história e conjuntura política, a partir de temas como: socialismo, “marxismo cultural”, extrema-direita, recusa dos valores iluministas, guerra cultural, assédio moral, milícias digitais e não digitais, Constituição de 1988, valores democráticos, bolsonarismo, ditadura militar, teorias de gênero, processos de produção de marginalidades, ataques às minorias e racismo. A pesquisa que se segue perfaz os percursos traçados pelo próprio PCESP e tem como objetivo retirar a “máscara” apartidária de um movimento de caráter ultrarreacionário. Baseada na noção foucaultiana da “vontade de saber”, foi levantada a tese de que o movimento Escola Sem Partido e a extrema-direita brasileira operam a partir daquilo que aqui se denominou “vontade de destruição” geral e irrestrita das instituições democráticas e do próprio saber. Para analisar o discurso do PCESP e os dados, também foram utilizadas as noções de interdição de discurso, poder e resistência (da filosofia de Michel Foucault), guerra cultural (das teorizações de Castro Rocha), necropolítica (de Sílvio de Almeida), além de alguns apontamentos de Vladimir Safatle e Ester Solano. Nesse movimento, buscou-se traçar a dinâmica da tentativa de destruição das instituições democráticas, considerando o campo da educação peça-chave nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Sem Partido; Professores Contra o Escola Sem Partido; resistência; educação; guerra cultural.

ABSTRACT

This research is the result of observing the facts that kept happening after the announcement of the end of the activities of the movimento Escola Sem Partido (MESP), in August 2020, for something had been consolidated: its practice and its power effects. Based on this observation, a research work began on groups of resistance and opposition to the MESP, which led to a collective of educators called Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP). This collective produced, in podcast format, a powerful counter-propaganda material and dismantling of the discourse of the movimento Escola Sem Partido and of resistance to national and international extreme right-wing. These podcasts contain analyses that link education, history and political situation, based on topics such as: socialism, “cultural Marxism”, far right, refusal of Enlightenment values, cultural war, moral harassment, digital and non-digital militias, Constitution of 1988, democratic values, Bolsonarism, military dictatorship, gender theories, processes of production of marginalities, attacks on minorities and racism. The following research follows the paths outlined by PCESP itself and aims to remove the non-partisan “mask” of an ultra-reactionary movement. Based on Foucault's notion of the will to know, the thesis was raised that the movimento Escola Sem Partido and the Brazilian far right operate from what is here called the will for general and unrestricted destruction of democratic institutions and of knowledge itself. To analyze the PCESP speech and data, it were also used the notions of interdiction of speech, power and resistance (from Michel Foucault's philosophy), cultural war (from Castro Rocha's theorizations), necropolitics (from Silvio de Almeida), in addition to of some notes by Vladimir Safatle and Ester Solano. In this movement, it was sought to trace the dynamics of the attempt to destroy democratic institutions, considering the field of education as a key part in this process.

KEYWORDS: Escola Sem Partido; Professores Contra o Escola Sem Partido; resistance; education; cultural war.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Diferenças entre os discursos do PCESP e MESP	37
Figura 1: Campagnolo em sala de aula vestindo camiseta de Jair Bolsonaro	49
Figura 2: Cartaz produzido por estudantes da E.E. Aggêo Pereira do Amaral.....	61
Figura 3: B56 Bólido-caixa 24 de Oiticica	64
Figura 4: Foto da professora com a camisa que reproduz a arte de Oiticica, acrescida de elementos caricaturais inseridos pelo deputado Gayer.....	66
Figura 5: Caricatura do militante de extrema-direita.....	89
Figura 6: Avaliação traz charge de Bolsonaro deitado com Trump.....	125
Figura 7: Campagnolo questiona ensino de empatia nas escolas	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT Transexuais	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
ABPod	Associação Brasileira dos Podcasters
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AfD	Alternativa para Alemanha
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNM	Brasil Nunca Mais
CQC	Custe o Que Custar
EM	Esquadrão da Morte
LGBTQIA+ Assexual, e mais	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo,
MBL	Movimento Brasil Livre
PCC	Primeiro Comando da Capital
PL	Projeto de Lei
PQS	Povo Quer Saber
RPM	Relatórios Periódicos Mensais
SindCT	Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de
Ciência e Tecnologia	do Setor Aeroespacial
Sind-UTE/MG	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO	15
2.1 Contextualização	21
2.2 PCESP: pauta e discurso	22
2.3 A propagação do medo como exercício de poder.....	37
2.4 A metodologia da pesquisa.....	41
3. INTERDIÇÃO DO DISCURSO	45
3.1 O que é interditar um discurso	45
3.2 Tentativa de interdição do discurso pelo MESP, segundo o PCESP	47
3.3 O contradiscurso do PCESP e sua noção de democracia	52
3.4 As estratégias de interdição de discursos do MESP, segundo o PCESP	55
4. REJEIÇÃO DO DISCURSO	59
4.1 Vigiar e Punir	59
4.2 A sociedade brasileira e a produção da marginalidade.....	62
4.3 Luta de classes	68
4.4 O professor militante.....	73
5. DA VONTADE DE VERDADE À DE DESTRUIÇÃO	78
5.1 A tese da “Guerra Cultural”.....	78
5.2 Vontade de matar	100
5.3 Vontade de destruição do saber	120
5.4 Discurso, Poder, Resistência e Estado de Dominação.....	131
6. CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS	147

1. INTRODUÇÃO

Nos dias em que finalizava este trabalho, dois episódios tomavam as manchetes dos principais jornais do Brasil e do mundo. Com mais de 5 milhões e 200 mil seguidores no Instagram, o deputado Eduardo Bolsonaro, um dos expoentes da extrema-direita no país, durante um evento pró-armamentista no Distrito Federal, comparou o professor “doutrinador” a traficantes:¹

O certo começa pela nossa família. Se nós, por exemplo, tivermos uma geração em que os pais prestem a atenção na educação dos filhos, tirem um tempo para ver o que eles estão aprendendo nas escolas, não vai ter espaço para professor doutrinador sequestrar as nossas crianças. Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. Talvez até o professor doutrinador seja ainda pior, porque ele vai causar discórdia dentro da sua casa, enxergando a opressão em todo o tipo de relação. Fala que o pai oprime a mãe, a mãe oprime o filho e aquela instituição chamada família tem que ser destruída (Eduardo Bolsonaro, 2023).

A pedido do Ministério da Justiça, a Polícia Federal daria início a uma investigação com “uma análise do discurso durante esse evento em Brasília” (CNN BRASIL, 2023). Ainda que alguma medida legal seja tomada, o episódio já causou estragos incalculáveis, pois com o apoio da máquina que Castro Rocha (2023) denomina “mídiosfera extremista”, o discurso do deputado viralizou e foi replicado por seus seguidores em grupos de WhatsApp, Telegram, Youtube, Twitter e Facebook, dentre outras redes sociais.

Dias depois, em uma escola de Brandemburgo, no leste da Alemanha, “região onde o partido de ultradireita Alternativa para Alemanha (AfD) está em ascensão” (DW BRASIL, 2023), Max Teske e Laura Nickel deixaram uma escola em Burg, após receberem ameaças, conforme excerto abaixo:

Há cerca de três meses, os dois professores denunciaram incidentes extremistas de direita em sua escola em Burg im Spreewald, a cerca de 80 quilômetros de Berlim. Mesmo tendo feito isso por um e-mail anônimo,

¹ “Eduardo Bolsonaro compara professores a traficantes; PF deve analisar fala”. *CNN Brasil*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-compara-professores-a-trafficantes-pf-deve-analisar-fala/>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

desde então os dois enfrentam hostilidades e ameaças pessoais, relata Teske (DW BRASIL, 2023).²

De acordo com a Euronews (2023),³ os professores “Laura Nickel e Max Teske escreveram uma carta pública descrevendo um ambiente de intimidação na escola Mina Witkojc”, relatando que “os alunos se cumprimentavam com a saudação nazi, riscavam suásticas nas secretarias e tocavam música com letras racistas nos corredores” (EURONEWS, 2023). Em resposta às denúncias dos professores, uma carta de “um grupo anônimo de pais exigia a sua [a dos professores] demissão (...) [e] autocolantes com as suas fotografias e a legenda ‘Vão-se lixar para Berlim’ foram colocados em postes de iluminação perto do liceu”, enquanto, nas redes sociais, “alguém declarou o desejo de os ‘caçar’” (EURONEWS, 2023). “A AfD comemorou a decisão dos dois de trocarem de escola. Um ‘informante de esquerda radical’ e sua ‘camarada’ se foram, escreveu o presidente da AfD no distrito de Cottbus, Jean-Pascal Hohm” (DW BRASIL, 2023).

Os episódios ocorridos no Brasil e na Alemanha não são fatos isolados, pois se inserem no contexto internacional de ascensão das extremas-direitas, que não medem palavras nem evitam associações com grupos de inspiração fascista e hitlerista. Só para citar uma dentre inúmeras associações, Beatrix von Storch, deputada da AfD, já se reuniu em encontro extraoficial com Jair Bolsonaro.⁴ A referida deputada “é neta do ex-ministro nazista Johann Ludwig Schwerin von Krosigk, que chefiou por 12 anos o Ministério das Finanças do governo Adolf Hitler” (PcdoB, 2021). Assim como Jair Bolsonaro, membros das Forças Armadas, militantes e correligionários de partido, a AfD acumula um histórico de polêmicas, dentre elas a proliferação de discursos abertamente anti-imigração e declarações xenofóbicas.⁵

O trabalho que apresento é fruto de uma pesquisa que teve início na análise de uma série de transmissões do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido

² “Professores da Alemanha enfrentam ameaças de extrema direita”. *DW Brasil*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/professores-da-alemanha-enfrentam-amea%C3%A7as-de-extrema-direita/a-66247767>. Acesso em: 16/07/2023.

³ “Professores que denunciaram comportamento da extrema-direita numa escola alemã abandonam a cidade”. *Euronews*. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/07/26/professores-que-denunciaram-comportamento-da-extrema-direita-numa-escola-alema-abandonam-a>. Acesso em: 28/07/2023.

⁴ “Bolsonaro se reúne com neta de ex-ministro de Hitler em Brasília”. *PCdoB*. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/bolsonaro-se-reune-com-neta-de-ex-ministro-de-hitler-em-brasilia/>. Acesso em: 02/08/2022.

⁵ “Entenda as polêmicas do AfD, partido radical alemão que se encontrou com Bolsonaro”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/07/entenda-as-polemicas-do-afd-partido-radical-alemao-que-se-encontrou-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 11/09/2023.

(PCESP). Como sublevante ao movimento Escola Sem Partido (MESP), esse coletivo realizou um trabalho investigativo da conjuntura política, evidenciando os nexos entre a ameaça que tomava de assalto as liberdades de aprender e ensinar nas escolas brasileiras e a ascensão da extrema-direita no Brasil, bem como as composições das redes de um poder político partidário com seus discursos de ódio e ameaças às vidas das minorias. A partir do fomento de redes de desinformação e teorias da conspiração, o MESP desembocou em um projeto de destruição das instituições que estruturam a jovem democracia brasileira.

Este trabalho também expõe as ligações de uma necropolítica com grupos de milicianos e de extermínio, bem como a relação do ex-governo com o aumento da letalidade policial contra pretos e pobres no país, o financiamento de um genocídio e uma tentativa frustrada de golpe de Estado. Desse modo, levando em conta que, frente a todo poder, há, de modo coextensivo, a possibilidade de resistência, a pesquisa retomou dados da história recente da política brasileira e realizou uma análise de conjuntura resultante de informações obtidas em diversos veículos de informação. Também recorreu a alguns intelectuais para articular um ensaio, onde o palco de uma guerra cultural desenha o quadro de poder e resistência, no campo em que se entrelaçam educação e política.

Intelectuais como Levitsky e Ziblatt (2021) afirmam que existem “outras maneiras” de “arruinar” um regime democrático, “menos dramática, mas igualmente destrutiva”: “Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder” (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 15, 2021). Em processos desse tipo, “as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis” (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 15, 2021). Esse trabalho de Levitsky e Ziblatt trata das ações populistas dos denominados *outsiders*:

Como não há um momento único em que o regime obviamente “ultrapassa o limite” [embora recentemente tenha havido uma tentativa desse tipo em nosso país] para a ditadura, nada é capaz de disparar os dispositivos de alarme da sociedade. (...) A erosão da democracia é, para muitos, quase imperceptível (LEVITSKY; ZIBLATT, 2021, p. 17).

Os autores de *Como as democracias morrem* alertam que o “enfraquecimento de nossas normas democráticas está enraizado na polarização sectária extrema”, um

processo “que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura” (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 20, 2021).

2. EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Desde que há Estado – da cidade grega às burocracias contemporâneas –, a ideia de verdade sempre se voltou, finalmente, para o lado dos poderes. (...) a contribuição específica da filosofia que se coloca ao serviço da liberdade, de todas as liberdades, é a de minar, pelas análises que ela opera e pelas ações que desencadeia, as instituições repressivas e simplificadoras: quer se trate da ciência, do ensino, da tradição, da pesquisa, da medicina, da família, da polícia, do fato carcerário, dos sistemas burocráticos, o que importa é fazer aparecer a máscara, deslocá-la, arrancá-la (François Châtelet).

Criado no município de Mogi das Cruzes sob condições de extrema pobreza, fui uma criança que ia às aulas com dois intuitos: comer e ser alfabetizado pela professora Ana. Filho de mãe solteira em situação de extrema vulnerabilidade social, meus tempos de ouro eram nos bancos das escolas. Quando entrei para a faculdade de Filosofia, minha professora deu as boas-vindas dizendo: “Bem-vindos aos segundos melhores anos de suas vidas, pois os primeiros foram em suas escolas”. Talvez ela não soubesse que, para mim, aquilo era uma verdade absoluta. Ao ser matriculado em uma pequena escola municipal de Mogi, eu não sabia que estava entrando em um paraíso que, mais tarde, me daria possibilidades de lutar em uma das mais inóspitas e hostis sociedades do regime democrático. Como muitos jovens pretos das favelas e subúrbios do país, não tive o momento da tomada de “autoconsciência negra”, pois desde que me entendo por gente aprendi que as polícias eram nossas inimigas, que os shoppings centers não eram nossos lugares, e que não éramos considerados bonitos ou atraentes, uma vez que gente bonita e atraente era gente branca e “bem” vestida.

Por muitos anos trabalhei como faxineiro e porteiro, e quando entrei para a faculdade de Filosofia, me agarrei a tudo que apontasse para uma espiritualidade política, pois havia decidido pelo curso por influência das críticas presentes nas letras de grupos de rap como Racionais MC’s, RZO e Facção Central. Não se tratava de deixar de viver as coisas boas da vida, mas de sobreviver. E nesse ritmo vinculei educação com engajamento político.

Até 2014 – ano em que o resultado das urnas foi contestado por Aécio Neves, candidato à presidência da República derrotado por Dilma Rousseff – eu jamais havia imaginado que os temas das minhas aulas se tornariam alvos dos movimentos conservadores, embora o movimento Escola Sem Partido (MESP) já estivesse em atividade. Nunca imaginei que futuramente haveriam razões e motivos para se contestar qualquer temática, conteúdo ou abordagem de caráter republicano e tom iluminista em

pleno século XXI. Eu não imaginava que abordagens de filosofia social e política alinhadas aos direitos humanos corriam risco de interdição.

Como não tocar no tema da violência de Estado em uma aula de Filosofia Social? Vi com meus próprios olhos os efeitos de poder operados pelo movimento Escola Sem Partido nas escolas da rede pública de ensino, pois grande parte dos meus colegas de trabalho ainda evitam abordar temas relacionados com a sexualidade, política e religiosidade em sala de aula. Vejo medo nos olhos dos professores quando, no período do intervalo das aulas, abordo a importância de nos filiarmos ao sindicato da categoria, e sinto que se tornou tabu falar dos direitos humanos na escola pública. Seja como for, a história e a experiência do MESP são recentes, e me sinto levado a questionar sobre a possibilidade das resistências e suas estratégias, pois como eu, muitos outros resistiram. Também sinto desejo de questionar a natureza das lutas dos que resistiram e ainda resistem aos efeitos de poder operados pelo MESP.⁶ Pensar as resistências ao MESP me fez pensar a noção de progresso, os rumos da educação, o neoliberalismo, o Novo Ensino Médio, o papel e a natureza de uma educação inclusiva, e a estrita relação da educação com a política.

Sujeita às transformações ocorridas no seio das sociedades capitalistas, a escola contemporânea é também progênita de um modo de ser, o neoliberalismo. Nessa ótica, a atividade educativa passa a ser entendida como meio para inserir o indivíduo no mercado de trabalho. Em *Nascimento da Biopolítica* (2021), Foucault expõe o deslocamento no centro de gravidade das relações de venda, troca, consumo, produção e trabalho no panorama econômico. A meu ver, esse deslocamento está diretamente atrelado à atual concepção de educação:⁷ o neoliberalismo redesenha um capitalismo que se configura como “uma economia composta de unidades-empresas, uma sociedade composta de unidades-empresas” (FOUCAULT, 2021, p. 286). Assim, a concepção clássica do *homo economicus* – “parceiro da troca” e centro da “teoria da utilidade” – é remodelada numa concepção neoliberal: o *homo economicus* passa a se tornar um empresário, “um empresário de si mesmo” (FOUCAULT, 2021, p. 286).

⁶ “Do medo à autocensura: sintomas evidenciam que Escola Sem Partido se fez 'lei'”. *Último Segundo*. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-06-01/do-medo-a-autocensura-sintomas-evidenciam-que-escola-sem-partido-se-fez-lei.html>. Acesso em: 15/10/2021.

⁷ Em Foucault, a mais atual concepção de educação tem como foco a produção do Capital Humano, onde se busca capacitar as pessoas por meio de conhecimentos e habilidades específicas, visando renda. E foi a partir dessa concepção que se convencionou chamá-la Pedagogias das Competências, onde o *Homo economicus* é sua finalidade.

Ora, se a verdade ou a falsidade de um regime político são determinadas segundo critérios econômicos, uma boa escola, segundo esses mesmos critérios, é aquela que oferece certo grau de eficiência na prestação de serviços, um aumento da produtividade e a potencialização das relações de consumo. Assim, o processo educativo torna-se mera adaptação ao modelo vigente de economia, adaptação do indivíduo à sociedade de consumo. Nesse sentido, “escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico” (LAVAL, 2020, p. 17).

Contudo, contrário ao que se pensa, a escola não atende por completo aos interesses e desejos das classes dominantes, do capital especulativo e dos investidores de capital privado. Não obstante, posto em pauta, votado e aprovado a toque de caixa na gestão de Michel Temer, o Novo Ensino Médio fez parte de um pacote de medidas inspiradas no documento *Uma ponte para o futuro*.⁸ Esse pacote de medidas acelera o entrelaçamento entre Estado e iniciativa privada no país, conforme denunciam Bava e Fagnani (2016):

O golpe contra a democracia foi consumado e pavimentou o caminho para aprofundar radicalmente a agenda liberal conservadora, de modo a que seja plenamente implantada em curto espaço de tempo. Usurpar o poder democrático é [o] meio pelo qual historicamente os detentores da riqueza buscaram realizar cabalmente esse projeto⁹ (s/p).

Mas há de se levar em conta que a escola não é um espaço uno, indiviso e homogêneo, isto é, a escola – tal como a concebemos atualmente – é resultante de, no mínimo, duas grandes concepções de educação. Se a escola neoliberal busca alinhar os processos formativos às exigências do mercado, a escola de concepção republicana se destina a ser o “lugar onde as tendências dispersivas e anômicas das sociedades ocidentais” defendem mais a “formação do cidadão” que a “satisfação do usuário, do cliente ou do consumidor” (LAVAL, 2020, p. 18-19). A meu ver, essas duas grandes concepções de educação modelam o terreno das disputas e embates que canalizam relações de forças que dividem a escola em espaço público e privado. Esse entrave entre concepção republicana de educação e escola neoliberal desenha um quadro complexo de

⁸ Íntegra do documento “Uma ponte para o futuro”. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>
Acesso em: 25/08/2021.

⁹ “A trincheira das ideias: resistir para impedir a barbárie”. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-trincheira-das-ideias-resistir-para-impedir-a-barbarie/>. Acesso em: 25/08/2021.

tensões que superam e/ou não se restringem às disputas clássicas de espectros ideológicos alinhados à direita ou à esquerda de um cenário político.

Segundo Fernando José de Almeida (2022),¹⁰ professor de pós-graduação em educação com ênfase em currículo, uma escola republicana é o espaço que “se organiza para cumprir um projeto de nação, não apenas para cumprir o projeto customizado para cada indivíduo”; para tanto, basta “cumprir a Constituição, articulando os objetivos da aprendizagem ao projeto de país, por meio de um currículo coerente”. Ao falar da escola republicana, Almeida faz referência aos artigos 3º e 4º da Constituição:

Cito aqui apenas os Artigos 3º e 4º da Constituição, que dão o tom aos argumentos: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I constituir uma sociedade justa, livre e solidária; II garantir o desenvolvimento nacional; III erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idades ou qualquer outra forma de discriminação”. O Artigo 4º da Constituição traz a necessidade da vinculação do projeto educativo e seus direcionamentos para a dimensão de internacionalização da economia, da cultura e da pesquisa, no interior do próprio currículo e, portanto, para as vidas do aluno e do professor. Art. 4º. “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I. Independência nacional; II. prevalência dos direitos humanos; III. autodeterminação dos povos; IV. não intervenção; V. igualdade entre os estados; VI. defesa da paz; VII. soluções pacíficas dos conflitos; VIII. repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX. cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X. concessão de asilo político” (ALMEIDA, 2022).

Por outro lado, uma escola de caráter neoliberal é aquela que, subalterna ou reprodutora de uma racionalidade neoliberal, busca alinhar os interesses de seus processos formativos à lógica do mercado, transformando “a escola numa organização eficiente, a serviço da economia” (LAVAL, 2019, p. 279). Em suma, “a lógica do valor econômico” é a lógica “que predomina no modelo neoliberal da escola”. E é como um manifesto pela implementação de uma escola pública de caráter neoliberal que o MESP elaborou o seu projeto com base no código de defesa do consumidor.

No ensaio *A escola, o autoritarismo e a emancipação*, Joana Salém Vasconcelos (2016) dispõe de um breve histórico do atual modelo de educação vigente no Brasil. Para a autora, “a escola que inspirou o sistema brasileiro de educação pública surgiu na Revolução Francesa, como parte essencial do projeto iluminista” (VASCONCELOS,

¹⁰ “A escola republicana e o projeto de nação”. **Revista Educação**. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2022/04/04/escola-republicana-coluna/>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.

2016, p. 78). Por meio desse modelo de educação, “os revolucionários pretendiam combater os privilégios de nascimento de uma aristocracia que era educada por professores exclusivos dentro dos castelos” (VASCONCELOS, 2016, p. 78). Numa só expressão, podemos afirmar que o modelo republicano de educação surge com um tom revolucionário, que questiona a ordem vigente e ameaça o *status quo*. Esse panorama tinha como missão “retirar a educação do âmbito privado familiar e torná-la uma responsabilidade do Estado”, condição *sine qua non* para a formação de uma cidadania com vistas ao desenvolvimento das “bases sociais da República” (VASCONCELOS, 2016, p. 78). A mesma autora afirma que, no entanto, nosso sistema público de ensino “vive um estado de exceção permanente”, ao qual, ingenuamente, acostumou-se denominar por crise (VASCONCELOS, 2016, p. 78). Esse espaço de ensino republicano veio a se tornar o lugar privilegiado de socialização “dos mais pobres e negros, (...) [pois] as classes médias e altas, predominantemente brancas, retiram seus filhos da realidade desagradável da gente comum e os protegem dentro das escolas particulares” (VASCONCELOS, 2016, p. 79). Ainda que herdeira de um espírito republicano, a escola pública brasileira converte-se em espaço de segregação social. Mas essa característica segregacionista da escola republicana no Brasil gerou um efeito colateral:

(...) relegada ao papel de depósito de crianças de baixa renda, a escola pública se tornou também um espaço implacável de liberdade, que alguns chamam de descontrole ou indisciplina. Com o fim da ditadura, essa liberdade alcançou também o trabalho dos professores, que puderam desenvolver suas aulas com relativa autonomia sobre os conteúdos, considerando que os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados a partir de 1997, apresentam diretrizes bastante amplas (VASCONCELOS, 2016, p. 79).

Sendo a escola um lugar de conflitos e espaço de disputa por práticas e projetos, o movimento Escola Sem Partido não foge à regra: ele se insere no jogo das relações de poder, em virtude de sua visão de mundo e projeto político de sociedade, o qual abordaremos posteriormente.

Em oposição ao Escola Sem Partido, surgiram várias frentes de resistência, cujas composições passaram pelas ações dos sindicatos, veículos de imprensa e formação de coletivos. Em 5 de setembro de 2016, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) lançou a campanha “Escola sem liberdade é

o fim”.¹¹ Com a foto da professora Maria Mirtes de Paula com a boca coberta por um tecido que simbolizava uma mordada, o Sind-UTE/MG conclamava os professores e a sociedade civil para que resistissem ao PL 867/2015. O banner da professora dizia: “Escola sem liberdade é o fim – Diga não à mordada aos professores e às professoras! Diga não à Escola Sem Partido”.

O coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) também publicou dezenas de debates em formato de *podcasts*, além de confeccionar e traduzir para o inglês e francês vários textos em tom de manifesto, o que denotou organização e intenção de articulação com organismos internacionais. A produção textual e audiovisual do PCESP compreende temas que vão da crítica à militarização das escolas à censura aos debates das teorias de gêneros nas unidades de ensino, passando pela questão do *homeschooling* e a desvalorização do magistério. Em 18 de março de 2019, o coletivo publicou um artigo denunciando uma associação entre a família Bolsonaro, o MESP e as milícias cariocas – *A família Bolsonaro, o Escola Sem Partido e as milícias*¹² – apontando o atual senador pelo Estado do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, como o elo entre o MESP e as milícias cariocas.

Desde que o Escola Sem Partido se consolidou como pauta da extrema-direita, o discurso de ódio contra professorxs tornou-se o principal combustível do movimento. O ódio aos professorxs não é um discurso vazio sem consequências práticas, não é uma cortina de fumaça... Mais ainda, desde o começo desse ano tal discurso também se converteu em política de Estado, tendo no Escola Sem Partido sua principal representação ideológica (PCESP, 2019, s/p – sic).

Atualmente, o PCESP conta com 56 vídeos em seu canal na plataforma do Youtube, 45 *podcasts* na plataforma do Spotify, e inúmeros textos em seu site – dentre eles, alguns são de autoria do coletivo e outros são referências bibliográficas. Sem fornecer uma data específica, o coletivo esclarece que surgiu a partir de uma página no Facebook que reunia e divulgava notícias relacionadas aos avanços do MESP. Esse coletivo tem como meta principal a desconstrução do apoio popular e político obtido

¹¹ “Escola sem liberdade é o fim: É esse o mote da mais nova campanha do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)”. Disponível em: <https://sindutemg.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Escola-sem-liberdade-%C3%A9-o-fim.pdf>. Acesso em: 27/08/2021.

¹² Disponível em: <https://profscontraoesp.org/2019/03/18/a-familia-bolsonaro-o-escola-sem-partido-e-as-milicias/>. Acesso em: 25/08/2021.

pelo movimento Escola Sem Partido ao longo dos últimos anos.¹³

2.1 Contextualização

Nos últimos anos, uma série de acontecimentos parece indicar um retrocesso histórico. No campo econômico, a inflação (8,99% nos últimos 12 meses, segundo IBGE),¹⁴ ignorada pelo ex-chefe do Poder Executivo, comprometeu a segurança alimentar de 52,2% dos brasileiros.¹⁵ Um levantamento realizado pela SaferNet concluiu que o aumento no surgimento de sites neonazistas no Brasil tem relação direta com o discurso do ex-presidente; seu populismo promoveu o empoderamento de “grupos radicais de extrema direita e de inspiração hitlerista”, o que fez com que “a sombra da suástica nazista” avançasse “no Brasil de Jair Bolsonaro”.¹⁶ O ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, menosprezou o ensino de ciências humanas nas instituições públicas de ensino médio e superior, quando afirmou que, como brasileiro, não queria ver seus impostos pagarem sociólogos, antropólogos e filósofos, mas médicos e engenheiros.¹⁷ O também ex-ministro da educação, Milton Ribeiro, defendeu a tese de que o acesso às universidades deveria ser restrito a “poucos”.¹⁸ O ex-presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, afirmou, em uma rede social, que “a escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes”.¹⁹ Ao som de Richard Wagner (compositor favorito de Adolf Hitler), o então Secretário de Cultura do Governo Bolsonaro, Roberto Alvim, “plagiou em pronunciamento que foi ao ar nas

¹³ Sobre o PCESP, ver: <https://profscntraoesp.org/sobre/>. Acesso em: 27/08/2021.

¹⁴ Dado obtido em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/10/ipca-inflacao-fica-em-096percent-em-julho.ghtml>. Acesso em: 25/08/2021.

¹⁵ “Relatório aponta que 52,2% dos brasileiros não tiveram acesso regular a alimentos de qualidade durante a pandemia de Covid-19”. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/12611-relatorio-aponta-que-52-2-dos-brasileiros-nao-tiveram-acesso-regular-a-alimentos-de-qualidade-durante-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 28/08/2021.

¹⁶ “Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 27/08/2020.

¹⁷ “Eu, como brasileiro, eu quero ter mais médico, mais enfermeiro, mais engenheiro, mais dentistas. Eu não quero mais sociólogo, antropólogo, não quero mais filósofo com o meu dinheiro”, disse o ex-ministro da Educação, em vídeo publicado pelo perfil “Direita Raiz”, no Twitter. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quer-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>. Acesso em: 27/08/2020.

¹⁸ “Ministro da Educação defende que universidade seja ‘para poucos’”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 20/08/2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/governo-suspende-nomea%C3%A7%C3%A3o-para-funda%C3%A7%C3%A3o-palmares/a-51641834>. Acesso em 20/08/2021.

redes sociais trechos de um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do fhrer nazista”.²⁰ Na Avenida Paulista, as tensões se acirraram quando integrantes da Gaviões da Fiel – a maior torcida organizada do Brasil – impediram a concentração de militantes da extrema-direita que clamavam pelo retorno da ditadura militar.²¹

Dentre todos os eventos citados, um em especial me chama a atenção: trata-se do MESP. Com o intuito de emplacar “uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”,²² o MESP surgiu em meados de 2004, fundado por Miguel Nagib, advogado e procurador do Estado de São Paulo (ALGEBAIL, 2017, p. 64). Sob o argumento de se estar em uma batalha contra a “doutrinação ideológica esquerdista” nas instituições de ensino, o movimento foi combativo, e contou com forte atuação nas redes sociais, além de expressiva representação política em todo o país. Em favor de uma agenda de “descontaminação e desmonopolizao política e ideológica das escolas”,²³ o MESP apresentou ao parlamento o PL 867/2015, um projeto de lei inspirado no Código de Defesa do Consumidor (CIAVATTA, 2017, p. 12).

Nesse contexto, o coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido se inseriu como organização de resistência contra o avanço das forças conservadoras no palco da educação.

2.2 PCESP: pauta e discurso

A crescente onda de ataques  dimensão crítica do saber também se vincula  crescente onda de instrumentalização do conhecimento, algo que ocorre em escala global. Na lógica dos que acusam os espaços públicos de ensino de serem locais de doutrinação política, a escola deve formar operadores do sistema, e deve ser produto e reprodutora de um viés totalitário de economia: o neoliberalismo. Portanto, nessa perspectiva,

²⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em: 02/09/2020.

²¹ “Das arquibancadas de estdios de futebol para as ruas. No domingo, integrantes de torcidas organizadas entraram em confronto com a Polícia Militar durante um protesto pela democracia na Avenida Paulista, em São Paulo”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52899944>. Acesso em: 02/09/2020.

²² Apresentação do “Programa” do movimento Escola Sem Partido. Disponível em: <https://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 16/09/2021.

²³ “Então, qual é a agenda do ESP?”. Disponível em: <http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 19/09/2021.

as missões da escola, seus conteúdos e a natureza das relações pedagógicas (...) [devem ser] “suscetíveis de transformar a instituição escolar em uma prestadora de serviços que atende a ‘necessidades’ ou ‘interesses’ de indivíduos atomizados que buscam maximizar suas vantagens pessoais” (LAVAL, 2019, p. 303).

É pela esperança de que a escola se torne um espaço de transmissão do saber instrumentalizado, exclusivamente, que compreendemos o desprezo e o ódio contido nas palavras proferidas pelo ex-ministro da Educação em relação ao ensino de ciências humanas nas instituições públicas de ensino médio e superior no país. Militante da extrema-direita, Weintraub deu voz aos movimentos autoritários e aos anseios dos investidores de capital privado das elites econômicas do país. Mas contra o quê, essencialmente, o perfil bem representado na figura do ex-ministro Abraham Weintraub empreendeu uma guerra? Ora, contra um espaço de liberdade que possibilita um horizonte de resistência e questionamento ao *establishment*, pois, diferente do que se pensa, os professores resistem: resistem à noção de naturalização da pobreza e à ideia de que o espaço de ensino deve ser somente um palco de manutenção do estado de coisas. É contra esses e inúmeros outros focos e atos de resistência que os movimentos autoritários e conservadores impetram uma tentativa de eliminação total da atividade educativa entendida como estímulo da consciência crítica.

Portanto, na contramão do MESP, formou-se uma ampla rede de resistência ao PL 867/2015. Contra a “lei da mordça”, surgiram inúmeros grupos defensores de “uma sociedade plural e democrática” (GADOTTI, 2016, p. 157). De acordo com Frigotto, são diversas as frentes de oposição ao movimento Escola Sem Partido, as quais

(...) comportam parlamentares, militantes e lideranças de partidos políticos identificados com a causa, coletivos de estudantes e educadores, juristas, sociólogos e segmentos diversos da sociedade civil que se dizem preocupados com o “ovo da serpente que ameaça a sociedade e a educação” (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

Uma das razões de ser do MESP é a ideia ilusória de que estaria em curso, no Brasil e no mundo, um grande esquema de dominação comunista, um plano “esquerdista”. É importante lembrar que esse tipo de teoria da conspiração precedeu o holocausto – como recorda Hannah Arendt (2007, p. 98) –, e teve forte papel nos anos e

eventos que antecederam o golpe de 1964²⁴, tornando-se programa de políticas públicas no Brasil de Bolsonaro.²⁵ O MESP tenta nos fazer crer que o Brasil está se tornando um Estado comunista, para que desta forma se instaure sua batalha. Na obra *14 perguntas e respostas sobre o “Escola Sem Partido”*, Rodrigo Ratier (2016, p. 32) menciona uma pesquisa realizada em 2014 pelo Instituto Datafolha, a qual constata que, ao contrário da crença do MESP, 45% dos brasileiros se identificam mais com as teses defendidas pela direita, sendo que cerca de 35% se identificam com as da esquerda, no tocante a temas relacionados a economia, comportamento e valores.

Se os brasileiros tendem mais à direita que à esquerda, qual a razão da existência do MESP? Segundo a doutora em Educação pela PUC-SP e coordenadora executiva da Ação Educativa,²⁶ Vera Masagão Ribeiro, o MESP é um movimento direitista que surge como reação à redução da pobreza e das desigualdades sociais; “são certamente reações frente aos avanços que a sociedade brasileira vem realizando na direção de aspirações democráticas e igualitárias expressas na Constituição de 1988” (RIBEIRO, 2016, p. 6). Presidente de honra do Instituto Paulo Freire, Moacir Gadotti recorre ao sociólogo Florestan Fernandes para afirmar que o MESP é um movimento com propósitos bem definidos: sua intenção é “formar uma massa de indivíduos” indiferentes às “políticas antissociais de um governo usurpador”, defensor de uma política baseada na indiferença, “quando não fascista, em relação à pobreza” e aos que vêm “de baixo” (GADOTTI, 2016, p. 150). Para o autor, o MESP propõe a construção de uma educação “de egoísmos, de individualismo (...) [e] competitividade insolidária, (...) valores do capitalismo selvagem” (GADOTTI, 2016, p. 156). Para Frei Betto, o MESP é partidário da ideia de que “o capitalismo é o melhor dos mundos” (BETTO, 2016, p. 67). Professor titular da Universidade Federal Fluminense, Gaudêncio Frigotto (2017) se refere ao MESP com a expressão “ovo da serpente”, afirmando que o programa proposto no PL 867/2015 deve ser compreendido no contexto da crise do sistema capitalista. De acordo com o professor, em virtude de um fortalecimento de grandes

²⁴ “HÁ UMA FARSA historiográfica que ronda a praça de maneira persistente: a tese de que a ‘revolução de 64’ teria salvo o Brasil da ameaça comunista”. Disponível em:

<https://theintercept.com/2018/09/21/farsa-historia-ditadura-militar-comunista/>. Acesso em: 05/09/2021.

²⁵ “Sob Bolsonaro, conspiracionismo guia políticas públicas”, afirma pesquisadora”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/21/sob-bolsonaro-conspiracionismo-guia-politicas-publicas-afirma-pesquisadora>. Acesso em: 05/09/2021.

²⁶ A Ação Educativa “é uma associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos”. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/>. Acesso em: 18/09/2021.

grupos econômicos, organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, têm tomado para si, cada vez mais, a tarefa de “anulação do poder político dos Estados nacionais”. Essa transferência de poder instaura “uma cultura mediada pelo dinheiro, pela pedagogia do medo e da violência, que é exposta online em tempo real” (FRIGOTTO, 2017, p. 19-20).

Outra questão a ser discutida é o suposto apartidarismo político do MESP. Em resposta à pergunta *O Escola Sem Partido é partidário?*, Rodrigo Ratier (2016) afirma que os apoiadores do movimento são defensores “quase que exclusivamente (...) [das agendas] liberal, conservadora ou tradicionalista” (RATIER, 2016, p. 33-34). “Uma visita por páginas dos parlamentares na internet indica que a defesa da família e dos valores cristãos é a plataforma de atuação mais citada” (RATIER, 2016, p. 35). Na esteira das tensões entre esfera pública e privada, o eu e o outro, a igualdade e a diferença, a família e o Estado, o laico e o religioso, a tradição e a modernidade, para o MESP, a escola pública deve ser uma extensão de nossas casas. Em artigo intitulado *Contra Escola Sem Sentido*, Fernando Abrucio (2016)²⁷ discorre acerca do assunto, afirmando:

(...) se os valores dos pais não podem, em hipótese alguma, ser colocados em questão pelos professores e pelo coordenador pedagógico, os quais não podem expressar suas visões de mundo nem fomentar o debate para além do aprendizado adquirido no universo familiar, o resultado final disso vai ser a morte da escola como instituição viva e essencial na formação de pessoas livres e autônomas, dois ideais da modernidade e que serão ainda mais essenciais no século XXI (ABRUCIO, 2016, p. 63).

Doutor em Geografia Humana pela USP, Eduardo Giroto defende a tese de que a tentativa do ESP de definir “conteúdos, conceitos, metodologias e ações que os docentes e discentes devem desenvolver em diferentes lugares do país” é resultante da tentativa de difundir “visões de mundo, conhecimentos, valores e perspectivas que representam os interesses de determinados grupos econômicos em detrimento da pluralidade”, pluralidade que deve compor a “base de toda prática educativa” (GIROTO, 2016, p. 72).

Durante uma busca pela internet acerca do tema desta pesquisa, me deparei com inúmeros artigos e menções às contradições existentes no próprio nome do movimento, de modo que numerá-las no corpo deste texto seria uma tarefa inviável. De “Escola Sem

²⁷ Doutor em Ciência Política pela USP e coordenador do curso de Administração Pública da FGV-SP.

Sentido” a “Escola de Partido Único”, a crítica radical ao MESP englobou pedagogos, juristas, historiadores, cientistas políticos e diversos outros especialistas dos mais diversos campos do conhecimento.

Ainda que fundado em 2004, o movimento atingiu seu apogeu entre os anos de 2014 e 2015, afirma Toni Reis (2016), pós-doutor em Educação e Secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Para ele, o movimento Escola Sem Partido contou com o forte “apoio de políticos de extrema-direita ou de convicções religiosas fundamentalistas” (REIS, 2016, p. 119). Para Vera Masagão Ribeiro (2016), o MESP atuou nas ruas e nas redes sociais em favor do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, alinhando-se a organizações de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e os Revoltados Online (RIBEIRO, 2016, p. 5). O MESP deu “apoio ao governo Michel Temer, cujo Ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu a visita de um dos seus porta-vozes, o ex-ator Alexandre Frota” (RIBEIRO, 2016, p. 6). Em uma marcha rumo ao Congresso Nacional, no ano de 2015, o mesmo MBL fez do MESP “um dos tópicos da lista de dez reivindicações” (RATIER, 2016, p. 36).

Joana Salém Vasconcelos (2016) cita um dado interessante, ao qual já havia me atido durante análises de vídeos e textos disponibilizados no site do ESP. Esse movimento foi “formado por partidos e pessoas da ‘nova direita brasileira’”, não possuindo “entre suas lideranças profissionais da Educação” (VASCONCELOS, 2016, p. 79-80). Esse dado é de fundamental importância, pois, ao que tudo indica, as falas das resistências contra o MESP se manifestam com a certeza de que estão sob posse de uma verdade, a verdade de possuírem um saber que se têm certeza que o outro não possui. Talvez pudéssemos deduzir daí alguma coisa no terreno dos jogos da verdade,²⁸ uma série de procedimentos discursivos ou conjunto de procedimentos para produção de verdades nas relações de poder. Talvez pudéssemos arriscar uma leitura desse dado a partir da noção foucaultiana dos procedimentos de exclusão,²⁹ expostos em sua obra *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2014).

Nas análises das transmissões do PCESP, selecionei quatro episódios que fornecem uma visão do risco do MESP para a educação, e que de certo modo dão corpo

²⁸ Faço uso da expressão no sentido exposto por Foucault na introdução do 2º volume de *História da Sexualidade: O uso dos prazeres* (2020, p. 10-11).

²⁹ Expressão também usada por Foucault como sinônima de princípio de exclusão ou sistema de exclusão no contexto da obra citada (1999, p. 9-13).

à pesquisa: 1) *Fernando Penna Desmonta os argumentos do criador do ESP*,³⁰ 2) *Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido*,³¹ 3) *Guerra Cultural*³² e 4) *Educação Democrática: Conceitualizando*.³³

O episódio *Fernando Penna Desmonta os argumentos do criador do ESP* foi ao ar no dia 24 de janeiro de 2018, e vem acompanhado da seguinte descrição: “Durante o programa Sala Debate, do Canal Futura, o professor Fernando Penna mostrou, ponto por ponto, as principais inconsistências e incoerências nos argumentos do criador do Escola Sem Partido, o advogado Miguel Nagib”.

Como consta na descrição, essa transmissão traz um debate entre o professor Fernando Penna, integrante do PCESP, e Miguel Nagib, fundador do MESP. De modo geral – e esta acabou se tornando a linha da pesquisa – a tese do professor Fernando Penna é a de que o Escola Sem Partido não é neutro nem imparcial, mas obviamente partidário, pois as alusões às supostas práticas de doutrinação nas escolas sempre apontaram para o Partido dos Trabalhadores em suas publicações. Indo além da denúncia do partidarismo do MESP, o autor adentra o campo jurídico, e realiza uma crítica à interpretação equivocada do PL Escola Sem Partido em relação com os princípios da educação nacional estabelecidos na Constituição, além de enfatizar a exclusão de questões como o pluralismo de concepções pedagógicas e as liberdades de ensinar e aprender. Mas Nagib, além de alegar que o projeto Escola Sem Partido tem base constitucional, menciona que a reação contrária ao projeto Escola Sem Partido vem de grupos que aparelham o sistema educacional, um aparelhamento esquerdista – para Nagib, além de ser constitucional, o MESP nada mais faria que levar para dentro da sala de aula a própria Constituição, como se a escola fosse um Estado paralelo.

Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido é um bom episódio para se entender, a partir da visão do PCESP, as raízes da constituição socio-histórica do Escola Sem Partido. Publicado no dia 5 de novembro de 2018, esse podcast veio acompanhado da seguinte descrição: “Em um programa gigante falamos sobre a história do

³⁰ “Fernando Penna DESMONTA os argumentos do criador do ESCOLA SEM PARTIDO”. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NIByRhtDRQM>. Acesso em: 30/03/2022.

³¹ “PCESP Podcast #4 Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido”. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SCb7BiQuwa8>. Acesso em: 10/04/2022.

³² “Guerra Cultural || Conceitualizando 002 ||”. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LBmLkXPTVBM>. Acesso em: 28/04/2022.

³³ “Educação Democrática || Conceitualizando 003 ||”. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aD7unIdwFv4>. Acesso em 30/04/2022.

conservadorismo e os impactos políticos dessa ideologia na educação brasileira atualmente. Como saímos das críticas de Edmund Burke à Revolução Francesa até chegar no Escola Sem Partido? Escute e confira”. A transmissão discutiu a relação entre o conservadorismo e a educação no Brasil. Na ocasião, um dos participantes se valeu da filosofia foucaultiana para falar da tentativa de interdição de discursos na educação e da instauração do medo como efeito provocado também por tentativas de implementação dos projetos conservadores nas escolas, além de tudo isso operar como sistema de exclusão de alunos LGBTQIA+. Como o tema central foi “conservadorismo e o MESP”, essa transmissão debateu a importância da discussão das questões de gênero e sexualidade nas escolas.

Para o PCESP, o conservadorismo é um “estilo de pensamento que vai contra o legado iluminista”, se opondo a alguns aspectos do “liberalismo político e econômico clássico”. O conservadorismo é um modo de ver o mundo que tem como base a “manutenção da desigualdade social” e o medo da mudança. Segundo o coletivo, a roupagem de defesa da neutralidade política nas escolas, a restrição da liberdade de expressão dos professores e a exclusão de discussões sobre gênero e sexualidade são características do conservadorismo. Para defender esse conservadorismo, o MESP se vale do argumento de que a educação deve se limitar à mera transmissão dos conhecimentos de natureza técnica e, seletivamente, científicos, sem que sejam abordadas questões de natureza política, social ou moralmente controversas (ao menos para determinado setor da sociedade).

O conservadorismo, ressalta o PCESP, “surge negando o legado iluminista e negando parte do legado liberal”, mas os ressignificando. Dessa forma, noções de cidadania, democracia e republicanismo serão utilizadas à sua maneira, o que permite ao próprio MESP falar de direitos humanos. O coletivo aponta outra característica fundamental no conservadorismo do Escola Sem Partido:

A naturalização da desigualdade social é um ponto fundamental de organização dessa agenda conservadora; aí eu posso falar dos conservadores de um modo plural. Eles naturalizam isso e entendem que o locus pelo qual essa desigualdade social deve ser perpetuada é a escola. Então, qualquer movimento ou qualquer proposta ou projeto que venha de alguma forma contestar ou minimizar ou atenuar as relações de desigualdade bota pra fora um ódio poderoso desses grupos. (...) Na verdade, a principal arma desses grupos conservadores, aí pensando também de uma maneira como algo que é muito comum a eles de um modo geral, é a interdição, é evitar que o outro fale, não deixar o cara falar. Então você destrói o sujeito de todas as formas possíveis, principalmente no campo da moral, que é um campo muito forte, muito importante pra eles. Então isso vai fazendo com que essa agenda, de

alguma maneira, tenha como uma forte proposta pro campo educacional a manutenção das desigualdades (*Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido*, PCESP, 2018).

Para o PCESP, a “naturalização das desigualdades” sociais não é somente uma das agendas do MESP, como também a mais forte. Os conservadores “utilizam muito a questão do discurso, do discurso como um dispositivo de poder”; nessa utilização, os conservadores estão de posse de uma verdade:

Então não tinha como a gente não trazer o Foucault pra essa análise, e eu acho que veio solidificando bastante, porque é o que ele vai falar. Ele diz ‘isso envolve regimes de verdades’ a partir do discurso. Então, através desses regimes de verdades, eles não aceitam o argumento do outro, eles não aceitam o estilo de pensamento do outro. E quando a gente quer falar, não é possível, porque sempre vem a interdição como um dispositivo, porque a forma de pensar dele é a correta, a análise do discurso dele é a correta. Aí eles desenvolvem um regime de verdades que interdita todas as maneiras de pensamento (*Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido*, PCESP, 2018).

Essa tentativa de interdição que ocorre segundo um regime de verdade opera pelo medo: “O medo é uma interdição, né? Por incrível que pareça, o efeito que eu visualizo mais claro do Escola Sem Partido é o medo. O medo é uma realidade nas escolas” (*Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido*, PCESP, 2018).

Nessa discussão sobre a vinculação do Escola Sem Partido com o conservadorismo, o PCESP traz a questão da laicidade, algo “importante para entender essa relação”. O coletivo recorda que a laicidade é uma “bandeira iluminista e uma característica da organização da sociedade democrática, que busca separar o Estado das influências religiosas”. Porém, esse conservadorismo, do qual faz parte o MESP, ressignifica essas noções e as utiliza de forma seletiva, buscando estabelecer o controle do conhecimento e a regulação das disciplinas nas escolas de acordo com suas próprias visões e valores. O PCESP demonstra que o tema da laicidade na educação é uma questão que não se sustenta no discurso conservador do Escola Sem Partido:

- “o discurso conservador [do qual o MESP é porta-voz em seu projeto de educação] se agarra em seus elementos de natureza religiosa (...) [e] a laicidade acaba virando um inimigo do discurso conservador”;
- o conservadorismo do MESP diz fazer a defesa do princípio da laicidade dentro das escolas, quando na verdade defende a hegemonia de uma religiosidade de

matriz judaico-cristã, o que promove um ambiente de segregação (quando não de racismo) das religiosidades minoritárias, principalmente as de matriz africana;

- “a bancada religiosa” (movimento conservador que nunca foi contestado pelo MESP) nunca foi “a favor da laicidade, tanto veja o que aconteceu agora [na época] com a Base Nacional Comum Curricular, que o Ensino Religioso tá lá dentro, e a tentativa de tirar as discussões de gênero das escolas tá associada a isso”.

Em 8 de junho de 2019, foi ao ar, pelo PCESP, o *podcast Guerra Cultural: Conceitualizando 002*, no qual o coletivo contextualizava, a partir da noção de guerra cultural, a batalha na qual se insere a extrema-direita; uma batalha em que “ideologia é moral” e “política é guerra”. A descrição do episódio é a seguinte: “Para a extrema-direita, ideologia é moral, política é guerra. Nesse vídeo, tentamos entender como essa lógica opera”.

Para o Professores Contra o Escola Sem Partido, trata-se de introduzir uma noção “muito útil” acerca de “como funciona a visão de mundo da extrema-direita brasileira hoje”, e quais seus caminhos “ideológicos” para se mobilizarem e construírem “identidades políticas e projetos de poder”.

Segundo o coletivo, guerra cultural é uma noção que circula bastante entre grupos de extrema-direita para descrever a disputa ideológica que “ocorre no campo das ideias, dos costumes e das mentalidades”, na sociedade em geral e no Estado. Para a extrema-direita, essa batalha se dá como uma luta entre o bem e o mal, na qual os valores tradicionais da civilização judaico-cristã ocidental estariam ameaçados por aqueles que são considerados inimigos. E esses inimigos, geralmente, estão associados à esquerda, como partidos políticos, movimentos sociais e indivíduos, dentre os quais, segundo o PCESP, também se insere a figura do “professor doutrinador”. “Esses valores que se pretende defender tem caráter religioso, sexual, comportamental, ideológico, e caberia aos homens e mulheres de bem lutar em todas as instâncias da sociedade e do Estado para preservá-los” (*Guerra Cultural || Conceitualizando 002*, PCESP, 2019).

A ideia de guerra cultural que circula nas extremas-direitas muitas vezes adquire “forma de teoria da conspiração”, recorrendo a chavões como “agenda globalista” ou “marxismo cultural”. Além de unir a extrema-direita em torno de uma identidade comum, a noção de guerra cultural serve como estratégia discursiva “para deslegitimar lutas anti-opressão (...) [sendo retratada] como parte de um esquema maligno para destruir a família tradicional”, que deve, em tese, ser excluídas das agendas políticas. Ademais, a ideia de guerra cultural serve para unir a extrema-direita ao redor de uma

identidade política e ideológica, como exemplificado pelo meme “Deus vult!” (Deus quer!), que remete a uma visão idealizada das cruzadas:

Essas ideias de cruzadas e de idade média tem a ver com uma visão bastante idealizada e bastante parcial do que foi o período. O que atrai esses grupos [de extrema-direita] é pensar que foi um período patriarcal, branco e cristão. Essa idade média nunca existiu, mas tem esse papel no pensamento desses grupos. As cruzadas são especialmente assaltadas porque são um momento no qual esses três elementos – patriarcal, cristã e branca – estão muito bem representados. Nessa visão das cruzadas, você teria um movimento bélico liderado por um grupo, visto como majoritariamente masculino, um elemento que envolve a questão religiosa, as cruzadas como primordialmente um conflito religioso entre cristianismo e islamismo e, além disso, a ideia de uma disputa pluricircular entre ocidente e oriente (PCESP, 2019).

O coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido apontou que o uso da simbologia do “Deus vult” coube bem com a história do fundador do MESP:

É só pensar que todo o mito de fundação do Escola Sem Partido que seus criadores definiram como a história oficial da origem do movimento tem muito a ver com esse apelo ao tradicionalismo, e especialmente com o tradicionalismo religioso cristão. Nessa versão oficial – e vale dizer que é muito mais romantizando do factual, e a gente já tem um vídeo falando sobre isso – a ideia para criar o Escola Sem Partido veio ao Miguel Nagib quando escutou de uma de suas filhas que durante uma aula de história o professor teria feito uma comparação positiva entre as figuras de Che Guevara e São Francisco de Assis. Dá até para pensar em algumas revelações curiosas dessa proximidade do Escola Sem Partido com a questão do Deus vult, e como o discurso da guerra cultural pode ser extrapolado até o máximo para construir esse inimigo (*Guerra Cultural || Conceitualizando 002*, PCESP, 2019).

Nessa transmissão, o PCESP aponta como “principal referência ideológica do movimento Escola Sem Partido” o ideólogo Olavo de Carvalho, que mobiliza sua militância para a guerra cultural. Diz o ideólogo:

(...) existem três projetos de civilização global, de governo mundial, em última análise: o projeto ocidental, influenciado pela ideia do socialismo, em segundo lugar temos o islâmico, e em terceiro lugar temos o grupo russo-chinês. (...) De qualquer modo, os três têm uma coisa em comum: liquidar a civilização judaico-cristã e substituir por uma coisa totalmente diferente, e fazer isso num prazo anormalmente rápido. (...) Nós estamos começando agora [essa batalha], quando eles começaram 50, 60 anos atrás. Então o Brasil é um terreno, é a terra de promessa de tudo quanto é porcaria que vem com a ideia de mudanças sociais, mudanças culturais, mudanças civilizacionais, globalistas, comunistas, etc. (Olavo de Carvalho *apud* PCESP, in *Guerra Cultural || Conceitualizando 002*, 2019),.

Além da procura por um meme, a curiosidade me fez digitar os seguintes termos na caixa de pesquisa de um buscador na internet: deus+vult+escola+sem+partido. O

primeiro resultado da pesquisa me indicou a página deuslovult.org, que tinha uma matéria com um título carregado de higienismo moral: *Escolas infectadas de Marxismo*.³⁴ Segundo o dono da página, “Deus lo vult! é a versão latina do ‘Dieu le veut!’ francês, que significa ‘Deus o quer!’ e que foi o grito dado pelos soldados franceses em resposta à convocação das Cruzadas feita pelo Papa – brado que se tornou daí em diante o grito de guerra dos cruzados”. A publicação, assinada por Cid Alencastro, começa da seguinte forma:

Os regimes comunistas e assemelhados sempre tiveram empenho em transformar a mentalidade das novas gerações, a fim de que estas assimilem os princípios, doutrinas e práticas marxistas. E o lugar privilegiado para esse fim têm sido as escolas, nas quais professores esquerdistas ministram uma educação de acordo com os interesses do regime. Cuba é disso um exemplo na América Latina (ALENCASTRO, 2008).

Vale lembrar que o texto *Escolas infectadas de Marxismo* foi publicado em 2008, somente quatro anos após a fundação do MESP.

Segundo o PCESP, a lógica por detrás da guerra cultural da extrema-direita, o que inclui o MESP, é transformar “não-problemas” em “problemas graves”, a fim de se manter o “clima de confronto” para capitalizar mais adeptos e assim seguir em frente na “estratégia do confronto permanente”. Essa direita “ideológica”, segundo o coletivo, “cresceu e chegou ao poder sem ter algo [um programa de governo ou projeto de sociedade] para colocar no lugar”; não se trata de liberais, mas de “antiesquerdistas”. “A tática da direita na guerra cultural é posicional” e, nessa guerra, “a doutrinação [ideológica] é só um exemplo dessa estratégia”.

A transmissão *Educação Democrática: Conceitualizando* é a que mais expressa esse olhar crítico do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido e, a meu ver, se insere no debate acerca de uma noção de democracia para além da democracia liberal. Esse episódio foi ao ar no dia 8 de agosto de 2019 e trouxe como descrição: “Sabemos que o Escola Sem Partido é o que não queremos, mas que tipo de educação defendemos? O que temos a propor para além da crítica ao Escola Sem Partido?”.

Esse *podcast* tem início com o anúncio do encerramento das atividades do MESP devido à falta de apoio do governo Bolsonaro, de acordo com o PCESP. Em nota divulgada em sua página do Facebook, o MESP informou que suspenderia suas

³⁴ “Escolas infectadas de Marxismo”. Alencastro, Cid. In.: *Deus lo Vult!*. Disponível em: <https://www.deuslovult.org/2008/11/05/escolas-infectadas-de-marxismo/>. Acesso em: 02/02/2023.

atividades a partir de 1º de agosto de 2019. “No final, nada disso significou muita coisa porque, algumas semanas depois, o grupo anunciou que prosseguiria normalmente com suas atividades após ter obtido ‘os recursos materiais de que necessitava’, seja lá o que isso queira dizer”. Esse episódio apresenta a seguinte fala de Miguel Nagib:

Depois da posse, fiquei esperando um contato por parte do MEC. Não veio. Em fevereiro tentei marcar uma audiência com o ministro Veléz. Ligava, deixava recado e não retornavam a ligação. Finalmente consegui. No dia marcado, porém, o ministro se desculpou dizendo que havia surgido um compromisso urgente. Uma assessora insistiu que o ministro fazia questão de falar comigo, disse que ligaria na semana seguinte para marcar outra reunião, mas não ligou. Fiz papel de bobo (Miguel Nagib, *apud* PCESP, in *Educação Democrática* || *Conceitualizando* 003, 2019).

Mas, questiona o PCESP, o fim do MESP significaria que tudo estaria bem daqui para frente? A resposta é: “não”.

O Escola Sem Partido não pode acabar assim porque há tempos ele já é muito maior do que o Miguel Nagib, o site, a associação ou a página do Facebook. O Escola Sem Partido hoje é, acima de tudo, um discurso ultraconservador sobre educação, que está disponível para qualquer pessoa ou grupo político que queira utilizá-lo de acordo com os seus próprios interesses (PCESP, *Educação Democrática* || *Conceitualizando* 003, 2019).

Para o PCESP, “um [o movimento e a lei] é dispensável, (...) o outro [discurso-prática] já ganhou vida própria”, como ressaltai no início desta dissertação. Por isso, “a luta contra a censura nas escolas e a perseguição política a professores não pode e não vai parar. Diferente de Nagib e companhia, esse não é um luxo que podemos nos dar” (PCESP, *Educação Democrática* || *Conceitualizando* 003, 2019).

O MESP é descrito pelo PCESP como um “discurso ultraconservador sobre educação” e suas características são as de um movimento de censura e perseguição a professores, cujo objetivo é a eliminação da função social da escola, impedindo que professores e alunos atuem como agentes de transformação da realidade. O coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido aponta que a postura do MESP é autoritária, e busca manter as desigualdades sociais e as relações de poder vigentes na sociedade, reproduzindo-as na escola. O movimento é associado à uma concepção mercadológica de educação, onde o ensino é visto como uma transação econômica entre alunos e professores. A essa concepção mercadológica de educação soma-se seu ultra conservadorismo: “No máximo, qualquer potencial-agência é reduzido ao aspecto individual, como se bastasse aos interessados escolher qual produto educacional melhor

se adequa aos interesses, pois o mercado daria conta de suprir essa demanda” (PCESP, *Educação Democrática* || *Conceitualizando 003*, 2019).

Levando isso em conta, isto é, a concepção de uma educação apta a formar unidades empresariais, o PCESP insere algumas teorizações de Gert Biesta no debate educacional voltado para a democracia:

Essas questões [de ordem educacional] devem ser revistas como questões sociais e interpessoais e não simplesmente como questões de preferência individual (...) Questões sobre quem somos e quem desejamos nos tornar por meio da educação, embora de imensa importância para nós mesmos, são sempre questões sobre nossas relações com os outros, sobre nosso lugar no tecido social. Numa escala mais ampla, as questões sobre o conteúdo e o objetivo da educação são, portanto, questões fundamentalmente políticas. Em vários dos seus livros, Biesta defende a ideia de que a educação não pode ser considerada como um processo único e homogêneo, mas sim como algo que engloba várias dimensões e aspectos ao mesmo tempo. Ele divide esses caminhos e funções que a educação pode ter em três domínios: qualificação, socialização e subjetivação (PCESP, *Educação Democrática* || *Conceitualizando 003*, 2019).

Na educação, segundo a leitura de Biesta realizada pelo PCESP, a dimensão da qualificação se refere à transmissão de conteúdos e ao desenvolvimento de competências técnicas e cognitivas. Ela é importante porque prepara os estudantes para a vida em sociedade e para o exercício de atividades profissionais específicas. É por intermédio dela que os alunos adquirem conhecimentos e habilidades necessários para sua inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento de suas capacidades individuais.

Entendida como "os meios através dos quais nos tornamos parte das tradições estabelecidas e maneiras de fazer e ser", a socialização se refere à dimensão da educação relacionada à incorporação de normas, valores e práticas sociais. Isso envolve questões como aprendizagem de comportamentos, dos papéis sociais e das identidades culturais, permitindo que os indivíduos se tornem membros ativos e participantes na comunidade na qual se inserem. A socialização tem importante papel no desenvolvimento de habilidades de convivência e colaboração, contribuindo para a construção da coesão social.

A subjetivação, definida como “a emancipação da liberdade e da responsabilidade que essa liberdade traz consigo”, se refere à dimensão da educação relacionada ao desenvolvimento da subjetividade do estudante, isto é, à formação de sua identidade, autonomia e capacidade de agir no mundo de forma responsável e crítica. A

educação voltada para o desenvolvimento da subjetividade envolve a autorreflexão, a construção de valores e a busca pela emancipação individual e coletiva. É dessa forma que essa dimensão da educação está relacionada à formação do cidadão crítico e reflexivo, capaz de exercer autonomia e trabalhar na transformação da sociedade. É na dimensão da subjetivação que o estudante desenvolve o pensamento crítico e questiona as normas e valores estabelecidos, contribuindo na construção de relações mais igualitárias e democráticas, baseadas no respeito pela diversidade e na valorização da liberdade individual e coletiva. Na transmissão, o PCESP afirma:

Mas aqui é importante tomar cuidado: quando se fala de emancipação nesse sentido, você não está falando de um processo em que alguém é responsável por emancipar outra pessoa. Ninguém pode ser emancipado. (...) Emancipação é algo que as pessoas fazem por si mesmas. O papel da educação nesse cenário é fornecer as condições necessárias para que isso seja possível, tendo sua autonomia para agir, ver e serem vistos, ouvir e serem ouvidos; os sujeitos, ao se emanciparem, também se tornam livres. Resumidamente, a proposta do Biesta é articular a função da subjetivação numa concepção pedagógica que valoriza o aspecto político das relações de ensino-aprendizagem (PCESP, *Educação Democrática || Conceitualizando 003*, 2019).

O trabalho educativo realizado a partir da articulação dessas disposições e dimensões é o que Biesta e o PCESP denominam educação democrática. No entanto, não se trata de “educar para a democracia (...) de adquirir competências democráticas”. Tampouco se trata de uma educação “por meio da democracia”, com a inserção de alunos “em ambientes democráticos”, como se a escola “democrática” fosse “um ambiente hermeticamente fechado e higienizado, onde a democracia pode ser transmitida como conteúdo pré-determinado, sem conflitos, sem tensões” – nessa ótica, a democracia se traduziria “simplesmente como controle”. Ao contrário, para Biesta (segundo o PCESP), “educação e democracia são consideradas aqui como partes integradas de um todo marcado por pluralidade e diferença (...) isso é uma necessidade tanto pedagógica quanto política”. Essa concepção de educação democrática é “centrada na ação (...) [e] preocupada com as responsabilidades que implicam perceber-se enquanto um sujeito que age no mundo e em conjunto a outros”. Segundo o PCESP (e compartilho dessa ideia), “indivíduos democráticos só são possíveis através da multiplicação de instituições, discursos, formas de vida que cultivam uma identificação com valores democráticos”.

A seguir, apresento enumeradas algumas características do coletivo PCESP:

- sua organização em torno de uma coletividade estruturada estrategicamente: ao se tornar coletivo, o PCESP se organizou, o que lhe permitiu maior poder de mobilização e visibilidade. Geralmente – e isso é importante ter em mente –, as organizações coletivas fortalecem movimentos e lutas sociais e políticas, formando grupos organizados na contramão das estruturas compostas por hierarquias.

- o desmantelamento do discurso “apartidário”: o PCESP evidenciou que o apartidarismo político do MESP é a voz de poderes e agremiações partidárias com propósitos bem definidos, alinhados com setores pertencentes a espectros políticos de extrema-direita;

- sua articulação junto a outros setores da sociedade civil: as atividades do PCESP tanto se alinharam como estimularam ações junto a sindicatos, universidades, grupos de juristas, partidos políticos e outras entidades da sociedade civil, algo comprovado em pesquisa tanto à sua página quanto às suas transmissões;

- realização de denúncias de interesse público: o PCESP atuou fortemente na denúncia do MESP como braço – no campo da educação – que trabalhou em favor da manutenção das mazelas e assimetrias da sociedade brasileira;

- a elaboração bem formatada de uma noção de educação democrática: em sua agenda de debates, o caráter combativo do PCESP teve forte fundamentação teórico-formativa no que tange à exposição de processos históricos e uma forte concepção de educação inclusiva atrelada à concepção de democracia³⁵ social;

- o trabalho de caracterização: o discurso do PCESP caracterizou os atos de fala do MESP, demonstrando as relações de poder que permeiam seus discursos, suas relações e alianças político-partidárias, sua história, suas ações e os lugares que ocupam seus personagens.

Em relação ao discurso do PCESP, é notável a valorização das ciências, a afeição aos direitos humanos, a defesa de uma concepção democrática de educação e sociedade que ultrapassa os limites das ditas democracias “mínimas”³⁶ e das democracias liberais, a luta na defesa das minorias, pela pluralidade na educação e contra um processo que tenta reduzir o indivíduo a uma unidade-empresa.

³⁵ Nos episódios “Educação Democrática (parte 1) – o que é uma boa educação?” e “Educação Democrática (parte 2) – democracia radical e Educação Democrática || Conceitualizando 003”, o coletivo expõe as bases de uma visão de educação voltada para o desenvolvimento de uma democracia.

³⁶ Essa noção de “democracia mínima” será tratada posteriormente, quando abordarei algumas noções de Esther Solano acerca da conjuntura atual.

Quadro 1 – Diferenças entre os discursos do PCESP e MESP

Termos e noções do discurso do PCESP	Termos e noções para o MESP segundo o PCESP
<ul style="list-style-type: none"> • valores democráticos; • pluralismo de concepções pedagógicas; • importância de se discutir questões de gênero e sexualidade nas escolas; • defesa do princípio da laicidade, com o respeito às diversidades religiosas; • professores e alunos como agentes de transformação da realidade; • nossas relações com os outros – trabalho com a noção de alteridade; • a educação como algo que engloba várias dimensões e aspectos ao mesmo tempo; • socialização como algo fundamental no desenvolvimento de habilidades de convivência e colaboração, contribuindo para a construção da coesão social; • emancipação, liberdade e responsabilidade; • valorização da autorreflexão e exercício da crítica; • construção de novos valores (não adequação ao status quo); • valorização das liberdades individual e coletiva; • valorização do aspecto político das relações de ensino-aprendizagem; • educação democrática; • discurso de educação em favor da emancipação. 	<ul style="list-style-type: none"> • grupo político partidário; • exclusão de questões como o pluralismo de concepções pedagógicas; • crença na existência de “aparelhamento” do sistema educacional; • instauração do medo; • proposta de exclusão das minorias; • representante do conservadorismo; • educação limitada à mera transmissão dos conhecimentos de natureza técnica; • trabalha em favor da naturalização da desigualdade social; • opera interdição da palavra; • destrói o sujeito de todas as formas possíveis, principalmente no campo da moral; • utiliza o discurso como um dispositivo de poder; • fechados ao argumento do outro; • propagação do medo nas escolas; • distorção da noção de laicidade; • pertencente à extrema-direita, participam de uma guerra cultural que recorre a teorias da conspiração; • grupo que tem em Olavo de Carvalho sua referência ideológica; • discurso ultraconservador sobre educação; • movimento de censura e perseguição a professores; • grupo com postura autoritária; • o movimento é associado a uma concepção mercadológica de educação.

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa, 2023.

2.3 A propagação do medo como exercício de poder

Logo após o término das eleições de 2018, a deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PSL-SC) viralizou nas redes sociais ao divulgar mensagem na qual pedia que os estudantes das redes públicas de ensino realizassem filmagens para denunciar o engajamento político de professores em sala de aula. “Meses depois, um docente acabou demitido por causa de uma gravação e, mais tarde, o próprio presidente da República chegou a compartilhar em seu Twitter imagens de uma aluna confrontando a professora”.³⁷ O MESP não emplacou seu projeto de lei, mas se tornou “uma ideia,” conclui Jéssica Freitas, em matéria publicada no Portal iG. Em novembro de 2021, no

³⁷ Íntegra da matéria disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-06-01/do-medo-a-autocensura-sintomas-evidenciam-que-escola-sem-partido-se-fez-lei.html>. Acesso em: 02/09/2021.

Colégio Estadual Thales de Azevedo (Bahia), uma aula da disciplina de Filosofia se tornou caso de polícia. Ao receber intimação da Polícia Civil, a professora Giltânia Aquino passou mal e precisou ser internada. Segundo uma aluna entrevistada pela TV Bahia, o fato foi desencadeado após a professora ter sido contestada em razão do conteúdo que apresentava em sala de aula: o Iluminismo. Uma estudante teria ficado insatisfeita com a temática abordada e resolvido prestar queixa contra a professora por “doutrinação política”.³⁸ Em dezembro de 2018, o coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) transmitiu um podcast no qual foi discutida a tentativa de barrar uma disciplina ministrada por Luiz Felipe Miguel, professor da Universidade de Brasília. Segundo a ementa da disciplina eletiva “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, um dos objetivos era “entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática com o golpe”.³⁹ Na transmissão intitulada *Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido*, transmitida em dezembro de 2018 pelo Professores Contra o Escola Sem Partido, um dos apresentadores se referiu ao nível intelectual e ao embasamento teórico da atual extrema-direita brasileira da seguinte forma: “(...) Juiz citando Rodrigo Constantino (comentarista da rádio Jovem Pan), né? Esses caras não têm pudor, né? A direita brasileira já foi mais elegante... já foi mais elegante” (risos dos demais participantes ao fundo). Uma participante desse mesmo episódio avaliou que os alunos e as alunas gays e lésbicas são os que mais sofrem com esses procedimentos de exclusão nas escolas.

A composição do campo conservador é conflitante, por isso se deve falar em conservadorismos, no plural. Com formação inicial em História, mestrado e doutorado em Educação, José Antônio Sepúlveda recorre a Michel Foucault para defender a tese de que “a principal arma desses grupos conservadores é a interdição”; sua estratégia “é evitar que o outro fale” (*Conservadorismo, educação e Escola Sem Partido*, PCESP, 2018). A interdição da palavra é o primeiro dos procedimentos de exclusão apontados por Foucault (2014) em sua obra *A Ordem do Discurso*, sendo considerado pelo filósofo como o mais evidente ou o mais “familiar” e comum desses procedimentos: “não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (FOUCAULT, 2014, p. 9).

³⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/11/19/alunos-protestam-em-colegio-na-ba-apos-professora-ser-intimada-a-depor-por-doutrinacao-feminista-nunca-impos-nada-para-a-gente.ghtml>. Acesso em: 19/11/2021.

³⁹ Disponível em: <https://pt.org.br/ministro-do-mec-tenta-censurar-curso-da-unb-sobre-golpe-de-2016/>. Acesso em: 20/11/2021.

Mas, no caso específico desta pesquisa, qual seria a palavra interdita? Ora, pressupondo que o ESP é um movimento conservador que reafirma procedimentos de exclusão em favor de uma ordem discursiva, cabe à interdição proibir tocar em questões concernentes às sexualidades, questões de cunho religioso (principalmente as que contestam a ordem vigente) e questões de ordem política. Sexualidade, religião e política: o trinômio com a palavra interdita. Ainda na década de 1970, Foucault (2014, p. 9) já havia chamado a atenção para isso: “Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política”. Portanto, as análises das ordens discursivas nessas “regiões onde a grade é mais cerrada” se configuram como um campo privilegiado para a discussão das relações de poder entre esses movimentos conservadores e as resistências a eles, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Outra noção foucaultiana que pode ser utilizada na análise dos embates entre os movimentos conservadores e as resistências a eles no campo da educação é a de práticas de liberdade. Segundo Foucault, para que haja práticas de liberdade,⁴⁰ deve haver um ambiente, um contexto mínimo que as torne possíveis. Não se pode realizar práticas de liberdade, não se pode praticar a liberdade, seja ela qual for, em um ambiente hostil ou inóspito ao mínimo exercício da liberdade. Assim como as relações de poder requerem reversibilidade, mobilidade, as práticas de liberdade não podem ocorrer sob o que Foucault denomina estado de dominação. “Quando um indivíduo ou grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação” (FOUCAULT, 2017, p. 260). Seriam as resistências ao conservadorismo do MESP uma resposta à tentativa de imposição de um estado de dominação? Seriam as resistências ao MESP uma tentativa de manter o caráter reversível e móvel das relações de poder?

Na filosofia foucaultiana, o poder não é entendido como instância ou substância, mas sim como aquilo que compõe relações; o poder não como “propriedade”, mas como “estratégia”. Nesse sentido, mais que a compreensão da composição das relações de

⁴⁰ De autoria de Joana Salém Vasconcelos, o ensaio “A escola, o autoritarismo e a emancipação” traz um importante debate que pode ser facilmente inserido na perspectiva das práticas de liberdade.

poder entre conservadores e progressistas, nos interessa uma compreensão da natureza discursiva das resistências diante das manifestações de poder, essas resistências que “são o outro termo das relações de poder” (FOUCAULT, 2021, p. 104).

Em sua etimologia, a palavra resistência vem do latim *resistentia*, termo que qualifica o verbo *resistere* (ficar firme, persistir, opor-se repetidamente sem perder a posição), composto pelo prefixo *re-* (intensificação da ação, reiteração) e o verbo *sistere* (estabelecer, tomar posições, fixar-se em um lugar). No dicionário da língua portuguesa, resistência é “uma força que se opõe a outra, que não cede a outra; aquilo que se opõe ao deslocamento de um corpo que se move”. No sentido figurado do termo, resistência é também “oposição ou reação a uma força opressora”. Em *O Governo de Si e dos Outros*, a recusa de Sócrates em participar de uma ação judiciária ilegal a pedido dos tiranos é descrita por Foucault como “um exemplo de resistência filosófica a um poder político” (FOUCAULT, 2018, p. 198). No quinto volume dos *Ditos & Escritos*, Foucault retrata como “movimento que [lhe] parece irreduzível (...) o movimento com que um só homem, um grupo, uma minoria ou todo um povo diz ‘Não obedeco mais’”, preferindo o risco da morte à obediência (FOUCAULT, 2017, p. 76).

Complementando essa ideia, Frédéric Gros (2020) afirma que somente uma “estilística da obediência [poderá] inspirar uma estilística da desobediência” (p. 16). No contexto dessa citação, o termo estilística pode ser entendido como razão, mecanismo de funcionamento ou arquitetura, pois a pergunta que move o autor é: “por que obedecemos e, sobretudo: como obedecemos?” (GROS, 2020, p. 16). É no contexto dessa estilística da obediência que será possível “redefinir a diferença entre submissão, consentimento [e] conformismo (...) [para distinguir] entre o direito de resistência, a objeção de consciência, [e] a rebelião” (GROS, 2020, p. 16). Quando enfatiza a necessidade de compreensão da estilística da obediência e desobediência, isto é, a busca por seus mecanismos de funcionamento ou arquiteturas, Frédéric Gros (2020) quer elaborar uma esquemática das “formas éticas gerais da obediência e da desobediência” (p. 35), destacando a necessária distinção entre as noções de “submissão, subordinação, conformismo, consentimento, obrigação, [das de] rebelião, resistência, transgressão, desobediência civil, dissidência cívica” (p. 35). Tanto na definição em língua portuguesa quanto na origem etimológica, a noção de resistência pode ressoar como algo fixo ou estático. Entretanto, com Foucault (2006), ela – assim como a noção de poder – ganha movimento: “é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer que a dominação morna e estática de um aparelho uniformizante” (p. 232).

2.4 A metodologia da pesquisa

O primeiro momento da pesquisa compreendeu um trabalho de classificação do discurso do PCESP; em seguida, selecionei algumas das mais de quarenta transmissões do PCESP disponíveis como *podcasts*, nas plataformas do Spotify e Youtube. A catalogação dos discursos presentes nessas transmissões me possibilitou uma classificação temática dos temas abordados, listados a seguir: leitura e posicionamento na conjuntura política, noções pedagógicas e história. No terceiro momento da pesquisa, fiz um cruzamento desses dados para tentar identificar os campos de luta do MESP e do PCESP: como eles lutam, por que eles lutam e qual é o plano de suas lutas. Essas três primeiras etapas formaram o núcleo duro da pesquisa, e que permitiram prosseguir com um tratamento teórico desses dados.

Para esse tratamento teórico, me apoiei em algumas concepções da filosofia foucaultiana, como relações de poder e resistência, bem como a noção de procedimentos externos de exclusão do discurso, apresentadas na obra *A Ordem do Discurso* (2014). Esses procedimentos são os limites ou as tentativas de imposição de limites ou regras à produção de discurso postos em funcionamento em uma dada sociedade; trata-se de um conjunto de mecanismos de controle do discurso. Nem tudo deve ou pode ser dito e, quando for o caso, deve-se obedecer a um conjunto adequado de procedimentos, normas e mecanismos – controlar, selecionar, organizar e redistribuir a produção do discurso “por [um] certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

Nesta pesquisa, me interessou abordar os elementos contidos no grupo dos procedimentos externos de controle do discurso. Também denominados princípios de exclusão, esses procedimentos se exercem como sistemas de controle e delimitação do discurso, exteriores ao próprio discurso, funcionando “como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 2014, p. 20). Os princípios de controle externo coordenam os discursos e Foucault cita três deles: 1) interdição, 2) separação e rejeição, e 3) oposição entre verdadeiro e falso.

Na interdição, não se tem o direito de dizer tudo e não se pode falar tudo ou qualquer coisa em qualquer circunstância, nem qualquer um pode falar de qualquer

coisa. Os tipos de interdição listados na obra de Foucault são: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado do sujeito que fala.

Separação e rejeição constituem o segundo princípio de exclusão dos procedimentos externos de controle do discurso. A oposição entre razão e loucura é um bom exemplo, dado por Foucault (2014), desse princípio. Portanto, a loucura era reconhecida por intermédio das palavras do louco.

O louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato (FOUCAULT, 2014, p. 10).

O terceiro princípio de exclusão comporta a oposição entre verdadeiro e falso, operando como procedimento de inversão. Segundo Foucault, a vinculação da filosofia de Platão ao campo da verdade e das poesias de Hesíodo ao campo da falsidade é um exemplo histórico da oposição entre verdadeiro e falso. A verdade teria se deslocado do ato ritualizado para o terreno do próprio enunciado. Ele afirma:

Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova, visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder (FOUCAULT, 2014, p. 15).

Quanto às noções de poder e resistência, levei em conta, baseado na filosofia foucaultiana, seu caráter coextensivo – o poder entendido não como coisa ou substância, mas relação; o poder liga duas ou mais pontas. Seja qual for, uma relação de poder não elimina, mas subjuga. Considerando-se que aqui não pretendemos uma análise econômica das relações de poder, é essencial ter em mente que “(...) o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato” (FOUCAULT, 2019, p. 15). Relações de poder e resistência são coextensivas umas às outras, pois “(...) desde que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Nunca somos pegos na armadilha pelo poder: sempre podemos modificar-lhe o domínio, em determinadas condições e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2019, p. 238-239). Relações de poder só existem “em função de uma multiplicidade de pontos de resistência (...) [que] “desempenham, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência onde se agarrar. (...) estão presentes em toda parte na rede de poder” (FOUCAULT, 2019, p. 239). Enfim, Foucault não trabalha com a noção de

“substância da resistência face a uma substância do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 241) e já que, como o poder, a resistência não é dotada de essência ou forma pré-determinada, suas estratégias podem ser tão diversas quanto as relações de poder que lhe são coextensivas. De acordo com Michel Foucault, no ocidente, o princípio de interdição se exerce como controle dos discursos da sexualidade, da política e da religião. No âmbito da *Ordem do Discurso*, a sexualidade articula o campo do desejo, a política articula o campo do poder, ao passo que a religião articula os campos do poder e do desejo. Esses três campos compreendem o que Foucault (2014) denominou “regiões onde a grade é mais cerrada (...) onde os buracos se multiplicam” (p. 9). Além das noções foucaultianas, recorri a intelectuais engajados no debate público e, como fez o PCESP em seus textos, não hesitei em recorrer à diversas matérias de jornais publicadas por heterogêneos veículos de imprensa, sempre realizando um trabalho de checagem das notícias, a fim de não cair na malha das chamadas fake news.

A novidade da pesquisa, incorporada como material da proposta metodológica, é que o tratamento teórico foi aplicado a uma série de mais de 40 podcasts, sendo que o primeiro foi lançado em dezembro de 2018 e o mais recente, em junho de 2021. Para se ter uma ideia da importância do formato de comunicação dessa ferramenta, em 2018, a Associação Brasileira dos Podcasters (ABPod), em parceria com a Rádio CBN, lançou a 4ª versão da PodPesquisa.⁴¹ O resultado dessa pesquisa divulgou alguns dados que possibilitam compreender o avanço e o alcance desse formato de mídia em nosso país, além de traçar o perfil socioeconômico demográfico, hábitos de consumo, interesses e preferências desses ouvintes e, ainda, estabelecer a relação desse público com marcas e publicidades. Mas o dado que mais me chamou a atenção e que se relaciona diretamente com esta proposta de pesquisa é o que se refere às “Top 5 Profissões” do público ouvinte de *podcasts*. Segundo o levantamento da PodPesquisa, “os profissionais da área de ensino e educação ocupam a segunda posição” no ranking, sendo 7,4% do total de ouvintes de podcasts no Brasil.⁴²

Mas o que são podcasts? Segundo a Rádio Jornal Pernambuco, são “programas de áudio que apresentam conteúdos diversos, como política, sexualidade,

⁴¹ “A PodPesquisa é um estudo que busca entender o perfil dos ouvintes de podcast no Brasil”. Disponível em: <https://www.slideshare.net/greicematos/podpesquisa-2018-podcast-no-brasil>. Acesso em: 27/01/2022.

⁴² Dado disponível em: https://www.slideshare.net/greicematos/podpesquisa-2018-podcast-no-brasil?from_action=save. Acesso em: 22 de junho de 2022.

entretenimento e esportes”.⁴³ “O termo ‘*podcast*’ surgiu a partir da junção das palavras ‘iPod’, reprodutor de áudio de áudio da Apple, e ‘*broadcast*’, que significa ‘transmissão’ em inglês”. Segundo a mesma matéria, “o primeiro podcast nacional foi publicado no dia 21 de outubro de 2004”. Foi em uma transmissão de podcast que um convidado do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido se referiu a Foucault para caracterizar o MESP como tentativa de interdição do discurso.

O trabalho final de interpretação dos dados, dos acontecimentos, das falas, conversas, debates e bate-papos que compõem os podcasts do PCESP foram retomados na perspectiva da noção de guerra cultural, desenvolvida por João Cezar de Castro Rocha (2021) em sua obra *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, noção também desenvolvida em uma transmissão do PCESP.

⁴³ “Dia do Podcast: o que é? Como surgiu no Brasil? Saiba tudo e conheça os programas da Rádio Jornal: Dia do Podcast é celebrado no Brasil no dia 21 de outubro”. *Rádio Jornal Pernambuco*. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/10/19/dia-do-podcast-o-que-e-como-surgiu-no-brasil-saiba-tudo-e-conheca-os-programas-da-radio-jornal-218078/index.html>. Acesso em: 27/01/2022.

3. INTERDIÇÃO DO DISCURSO

3.1 O que é interditar um discurso

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (Michel Foucault).

A palavra interditar tem várias conotações e sentidos, podendo ser entendida, por exemplo, como confiscar ou embargar. Num sentido lato, interdição é um ato de proibir, um impedimento ou a “suspensão de funções ou funcionamento”. Em relação à palavra dita ou pronunciada, interditar pode ser um ato de impedimento de uma fala, seja por coação explícita, proibição ou mesmo estabelecendo-a como tabu. Em *A Ordem do Discurso*, Michel Foucault (2014) assume a interdição como um “procedimento de exclusão” de discursos. Nessa obra, a interdição do discurso é composta pelo tabu do objeto, pelo ritual da circunstância e pelo direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Esses elementos formam o jogo dos “três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (p. 9). Foucault se refere à imagem de uma “grade cerrada” para se referir às regiões do discurso onde “os buracos negros se multiplicam”. A noção de “grade cerrada” traz a ideia de um quadriculado fechado, intransponível, impenetrável, em vez de aberto. No contexto da obra, trata-se de uma ordem discursiva que impõe limites e, quando não os impõe, estabelece regras e procedimentos de controle ao que deve ser dito, à forma como se deve ou não dizer e a quem pode ou não falar. Essa “grade cerrada” da qual fala Foucault (2014), e que compõe o jogo dos três tipos mais comuns de interdição, tem suas regiões mais marcadas nos campos da política, religião e sexualidade. Longe de ser o discurso o terreno no qual se desarmam e se pacificam, a religião, a política e a sexualidade seriam os lugares privilegiados onde as interdições exercem “seus mais temíveis poderes” (FOUCAULT, 2014, p. 9). Como dito, as interdições do discurso nesses campos têm relação com o poder e o desejo.

Outro princípio de exclusão do discurso apresentado na obra de Foucault é a separação entre razão e loucura. Ao contrário do discurso dotado de razão, o do louco ou não circula livremente ou não tem o mesmo estatuto de verdade que tem o do sujeito dotado de razão: “(...) o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos

outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida” (FOUCAULT, 2014, p. 10). Ainda nos dias de hoje, tachar a palavra ou ato de fala de alguém como palavra ou ato de fala de um louco é um método de fazer operar um princípio de exclusão do discurso.

Outro modo de fazer operar um princípio de exclusão do discurso é a oposição entre verdadeiro e falso. Dado o apego da tradição ocidental à distinção entre verdade e falsidade, esse sistema é um dos modos mais arriscados de ser estabelecido como princípio de exclusão. Para o autor, essa dificuldade é proveniente do que ele denomina por vontade de verdade. Compreendida como expressão da vontade de verdade, a oposição verdadeiro-falso, além de sua historicidade, apoia-se em uma “distribuição institucional (...) [e] tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2014, p. 17). Encontramos o suporte institucional dessa vontade de saber, que fundamenta o terreno da oposição entre verdade-falsidade, também

(...) na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se, e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção (FOUCAULT, 2014, p. 18).

E o suporte institucional dos discursos de verdade também se deu na teoria do direito, assim como nos saberes psicológico, sociológico, médico e psiquiátrico (FOUCAULT, 2014, p. 18).

Antes de analisar o discurso do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) diante da investida do movimento Escola Sem Partido (MESP), levo em conta que, segundo a filosofia foucaultiana, “a palavra proibida” e a “segregação da loucura”, há séculos, convergiram, de certo modo, rumo à “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2014, p. 18). Também destaco que estamos tratando aqui de uma tentativa de interdição de discursos que quis operar no campo da educação. Ainda que o terreno da educação seja um campo ou “o instrumento graças ao qual” (FOUCAULT, 2014, p. 41) os indivíduos possam ter acesso a qualquer tipo ou natureza de discurso, a distribuição e a circulação desses discursos trazem a marca das lutas sociais presentes em uma dada sociedade. Portanto, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41). Ou seja, ainda que a educação seja

um terreno de circulação dos discursos, ela não os livra de seus perigos e relações de poder. Interditar um discurso é impedir seu ato ou circulação e é justamente por ocorrer no âmbito de um impedimento que não lhe é interno que o denominamos procedimento externo de controle do discurso. Se, segundo a filosofia foucaultiana, há perigos em se adentrar o terreno dos discursos relativos à política e à sexualidade, de acordo com o PL 867/2015, será também proibido tocar de forma crítica nos temas relativos às religiões predominantes ou conscientizar a sociedade acerca do respeito e preservação das religiosidades praticadas pelas minorias.

3.2 Tentativa de interdição do discurso pelo MESP, segundo o PCESP

Como ressaltai, foi num *podcast* que um convidado do PCESP se referiu a Foucault para caracterizar o MESP como tentativa de interdição do discurso. Antes de listar uma série de atos de fala do PCESP que denunciam o MESP como organização de interdições de discurso, quero recorrer a alguns atos de fala motivados na onda promovida pelo movimento e que marcaram sua tônica ao longo dos últimos anos. A seguir, vou expor as falas e acusações de três figuras públicas pró-MESP: Ana Caroline Campagnolo, Kim Kataguirí e o próprio fundador do movimento, Miguel Francisco Urbano Nagib.

Sob o título *Professora desmoralizou comunistas ao provar doutrinação esquerdista em escolas: Escola Sem Partido*, o canal Folha Política.Org hospedou na plataforma do Youtube um vídeo que contém um trecho de audiência pública, ocorrida em 2017, intitulada pela TV Câmara como *Comissão Especial PL 7180/14 – Escola Sem Partido*⁴⁴. A professora que teria desmoralizado os “comunistas” nessa audiência foi Ana Caroline Campagnolo, que hoje atua como deputada estadual por Santa Catarina, pelo Partido Liberal, o PL. Embora tenha se aventurado na política na onda do MESP, hoje a deputada concentra seus ataques ao movimento feminista e defende a bandeira antiaborto. Em sua homepage oficial,⁴⁵ Campagnolo se define como “única mulher conservadora do parlamento” e “professora de História, dos cursos online Clube Campagnolo, Clube Antifeminista e Clube Brasil”. A deputada também se diz autora

⁴⁴ “Professora desmoralizou comunistas ao provar doutrinação esquerdista em escolas: Escola Sem Partido”. *Folha Política.Org*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F9C9hD2iE-c>. Acesso em: 28/08/2022.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.anacampagnolo.com.br/>. Acesso em: 28/08/2022.

dos livros (1) *Feminismo – Perversão e Subversão*, (2) *Guia de bolso contra mentiras feministas* e (3) *Ensino Domiciliar na Política e no Direito*. Em sua página no Instagram, vestida com camisetas com estampas de Jair Bolsonaro, Campagnolo não esconde seu apreço pela figura do ex-presidente da República. Na audiência citada, diz que foi convidada “para provar que existe sim doutrinação” política nas escolas das redes públicas de ensino. Recorrendo à sua narrativa da história, a convidada foi além, afirmando que essa doutrinação política da qual ela é denunciante ocorreria “desde a era Vargas”. A atual deputada conta que veio até a audiência expor um caso de “doutrinação e perseguição religiosa de uma professora, que começou em 2013 e se estendeu até 2015”. Um trecho da fala da professora denunciada por “doutrinação e perseguição religiosa”, gravado em áudio por Campagnolo e reproduzido nessa audiência da Câmara diz o seguinte: “E não se nasce mulher, torna-se mulher. O mais importante movimento do século XX é o feminismo e a mais importante revolução provocada por essa onda é a revolução sexual”. Segundo a deputada, na época estudante de mestrado em instituição pública de ensino, sua professora a teria alertado acerca da incongruência entre suas concepções religiosas e políticas e a linha de pesquisa da qual fazia parte, desistindo de ser sua orientadora no programa de pós-graduação, motivo pelo qual Campagnolo levou a cabo a abertura de um processo por danos morais. Como militante convicta da extrema-direita brasileira, a ex-professora de História, e então deputada estadual, exerceu forte influência na tentativa de interdição dos discursos, exercendo um trabalho em favor da agenda de “descontaminação ideológica” nas escolas das redes públicas de ensino. Veículo midiático a serviço da extrema-direita,⁴⁶ o próprio canal que cedeu um recorte de sua participação na audiência ocorrida na Câmara dos Deputados, a Folha Política.Org realizou um trabalho em favor da interdição do discurso, incluindo no título da matéria a expressão provar doutrinação esquerdista em escolas, linguajar bastante típico e recorrente das novas-direitas brasileiras. A ideia é se aproveitar de uma teoria da conspiração de que há em curso, no Brasil e no mundo, um plano de dominação comunista para neutralizar seus adversários políticos e impedir a circulação de seus discursos.

⁴⁶ Para saber mais sobre o veículo citado, conferir suas publicações em <https://www.folhapolitica.org/>. Acesso em 28/08/2022.

Figura 1: Campagnolo em sala de aula vestindo camiseta de Jair Bolsonaro



Fonte: NSC Total⁴⁷

Em 2018, o Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil a fim de inibir a intimidação da deputada Ana Caroline Campagnolo (PSL-SC) contra professores.⁴⁸ “Segundo as acusações, ela estaria insuflando os estudantes a filmar e gravar todas as manifestações que, em seu entendimento, seriam ‘político-partidárias ou ideológicas’”. No texto de acusação, o MP considera que, “além de configurar flagrante censura prévia e provável assédio moral em relação a todos os professores do estado de Santa Catarina, [a deputada] afronta claramente a liberdade e a pluralidade de ensino”. Favorável à agenda do MESP, Campagnolo nunca fez questão de esconder que suas tentativas de interdição do discurso tinham partido político. Os atos de fala da deputada no referido canal no Youtube geraram comentários do tipo “Essa moça merece mais destaque na política. Imaginem ela na presidência no futuro?”; “Jovens como Ana, nos faz ter esperança que o nosso país tem jeito. Precisamos de jovens corajosos, inteligentes e patriotas”; “Precisamos de mais milhares de pessoas como ela na

⁴⁷ Informação obtida em: <https://www.nscotal.com.br/columnistas/dagmara-spautz/deputada-que-criou-canal-contra-doutrinacao-posou-para-foto-com-camisa-de>. Acesso em: 28/08/2022.

⁴⁸ **MP abre inquérito para inibir intimidação de deputada a professores.** Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/politica/mp-abre-inquerito-para-inibir-intimidacao-de-deputada-a-professores>. Acesso em: 28/08/2022.

política”; “Sou a Favor do Projeto Escola sem Partido, assim não teremos doutrinação esquerdista e nem conservadora, mas um olhar neutro onde os alunos decidem quem apoiar”, dentre inúmeros outros.

Também em trecho da audiência na Câmara dos Deputados, denominada *Comissão Especial PL 7180/14*, o então Deputado Federal pelo partido Democratas (DEM) e principal voz e liderança do Movimento Brasil Livre (MBL), Kim Kataguiri, assim inicia sua fala: “queria fazer um contraponto à maioria das desculpas ou maioria dos argumentos que aqueles que são contra o Escola Sem Partido costumam usar”.⁴⁹ Segundo o Deputado, o primeiro desses argumentos seria o de negar que há doutrinação (política e ideológica) nas escolas. Para Kim, o fato de se promover debates na casa legislativa já é prova da existência do problema da doutrinação. O líder do MBL cita a questão da perseguição e assédio moral, mas o problema é que existe legislação no Brasil que lida com esse tipo de caso, fato ressaltado pelo próprio ativista da extrema-direita, nessa mesma audiência. A fim de conferir um tom republicano à sua fala, Kataguiri diz que o projeto do MESP é apartidário, servindo tanto para as esquerdas quanto para as direitas, embora faça questão de ressaltar que haveria, sim, uma prevalência da prática de doutrinação pela esquerda em detrimento da direita. Ao afirmar que a minoria dos professores pratica “doutrinação política e ideológica” nos estabelecimentos de ensino, Kim os relaciona a estupradores, assassinos e ladrões e, seguindo essa lógica, subentende que o código penal também deveria ser abolido. Segundo Kim Kataguiri, ele não pretende criar ódio de classe, mas “demonstrar o fato de que a universidade pública gratuita de qualidade que eles tanto dizem defender na verdade prejudica a educação”. Segundo o ativista, “outras das pautas também defendida por muitos sindicatos dos professores é, por exemplo, ideologia de gênero, banheiro trans...”. Para o deputado, diferente de um aluno de graduação, o do ensino básico está sim vulnerável “a qualquer tipo de doutrinação ou perseguição”. O trecho da audiência realizada pela Câmara dos Deputados foi obtido no próprio canal do Movimento Brasil Livre na plataforma do Youtube e seu título traz o engajamento político-ideológico-partidário dos defensores do projeto Escola Sem Partido, além de fazer uso de linguagem típica da extrema-direita populista que ocupou grande parte das redes sociais nos últimos anos, a exemplo da manchete: “Kim Kataguiri acaba com os

⁴⁹ “KIM KATAGUIRI ACABA COM TODOS OS ARGUMENTOS CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO”. MBL. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lgQo2gov_h4. Acesso em: 29/08/2022.

argumentos contra o Escola Sem Partido”. Nos comentários, opiniões do tipo “Argumentou com calma, lógica e clareza. Muito bem, Kim!”; “Falou tudo! Educação do ensino no Brasil, está uma decadência”; “Sou professora e sou totalmente a favor do projeto Escola sem partido”. Em 2018, “O líder nacional do Movimento Brasil Livre (MBL) afirmou que a iniciativa trata-se de um projeto ‘razoável’ (...) [e que] o MBL sempre defendeu, sempre foi favorável”.⁵⁰ Em 08 de abril de 2019, o portal *Catraca Livre* publicou matéria destacando que a “Liderança do MBL se arrepende da Escola Sem Partido”.⁵¹ Em entrevista, Fernando Holiday (uma das lideranças do Movimento Brasil Livre) se diz “amadurecido” e declara estar arrependido: “A forma como eu defendia o projeto estava absolutamente errada, que é transformar o professor em um dos maiores problemas da nossa educação”.

Miguel Nagib, fundador do MESP, esteve presente numa Audiência Pública realizada pela Câmara dos Deputados em 08/08/2017, cuja pauta era a discussão acerca da legalidade e constitucionalidade do PL 7180/14 – Escola Sem Partido. Nessa audiência, realizada e transmitida ao vivo e disponível no canal oficial da Câmara dos Deputados no Youtube,⁵² Nagib discursa por cerca de 20 minutos. O fundador do MESP inicia sua fala entregando ao presidente da mesa um requerimento por meio do qual entregou à comissão a versão atual do “Projeto de Lei que serviu de base ao PL 867 de autoria do deputado Izalci” (PSDB-DF). Segundo Nagib, desde que foi entregue e recebido pelo então deputado Izalci, o texto passou por diversas alterações e aprimoramentos advindos de críticas, contribuições e sugestões apresentadas ao MESP. Miguel Nagib se levanta para apresentar o projeto com os “Deveres do Professor”⁵³:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

⁵⁰ “É um projeto razoável”, diz Kim Kataguirí sobre ‘Escola Sem Partido’. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/politica/221036-e-um-projeto-razoavel-diz-kim-kataguiri-sobre-escola-sem-partido.html>. Acesso em: 29/08/2022.

⁵¹ “Liderança do MBL se arrepende da Escola Sem Partido”. *Catraca Livre*. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/lideranca-do-mbl-se-arrepende-da-escola-sem-partido/>. Acesso em: 28/06/2022.

⁵² “PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO - Audiência Pública - 08/08/2017 - 15:47”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1OFutRYyEcg>. Acesso em: 21/04/2022.

⁵³ Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 29/08/2022.

3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Segundo o fundador do MESP, seu PL propôs, única e exclusivamente, “zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público”. Para tanto, Nagib diz estarem falando do “princípio da dignidade da pessoa humana, do princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado, da liberdade de consciência e crença dos estudantes, da liberdade de aprender e ensinar, também dos estudantes e dos professores, e do pluralismo de ideias”. De acordo com Nagib, “o que está previsto no Projeto Escola Sem Partido são normas gerais que têm fundamentos na Constituição Federal”.

Nagib recorre a uma noção específica de ciência, citando como exemplo a teoria da evolução, de Charles Darwin, para desqualificar os debates realizados nas escolas acerca das teorias de gênero. Para o fundador do ESP, as teorias de gênero não devem ser abordadas porque não obedecem a critérios de testagem e verificabilidade:

Não é isto que vem sendo feito nas escolas, a título de questões de gênero. Aqui nós temos uma foto tirada numa escola de Santa Catarina, onde meninos se vestiram de meninas e meninas se vestiram de meninos e foram se apresentar numa aula de Biologia para alunos de um nível mais baixo, com o propósito de combater a homo-lesbo-transfobia. Então, isto daqui não é ciência! (...) Nós queremos a ciência! O que nós não queremos é que hipóteses científicas sejam tratadas como dogmas religiosos! (NAGIB, 2017).

3.3 O contradiscurso do PCESP e sua noção de democracia

O PCESP realiza seu contradiscurso ao do MESP, pontuando seus campos e alvos, mas estabelecendo um discurso que pode ser considerado um discurso pró-democrático.

Na transmissão *Educação democrática 1: o que é uma boa educação?*,⁵⁴ em dezembro de 2018, um dos participantes do PCESP aponta que o principal alvo de tentativa de interdição de discurso no campo da religiosidade, realizada pelo MESP, foram as religiões afro-brasileiras. Nessa mesma transmissão, o PCESP também denuncia a forte influência exercida pela bancada evangélica na elaboração da última BNCC: “Por exemplo, agora, na reta final do jogo, o último absurdo que teve foi que, por preço da bancada evangélica cristã do Congresso, tirou-se qualquer referência a gênero e sexualidade dessa Base” (*Educação democrática 1: o que é uma boa educação?*, 2018). Mas os procedimentos de exclusão do discurso operados pelo MESP adentraram, como ressaltai, o campo da religiosidade, principalmente as religiões não-hegemônicas: “É... o que é muito criticado [pelo MESP] é quando aparecem representações vinculadas às religiões afro-brasileiras” (*Educação democrática 1: o que é uma boa educação?*, 2018).

Mas, para se entender a noção de educação defendida pelo PCESP e compreender o porquê de sua resistência ao MESP, recorreremos às transmissões *Educação democrática 1: o que é uma boa educação?* e *Educação democrática 2: democracia radical*. Nesses episódios, o PCESP se caracteriza como coletivo de resistência ao MESP e define suas bases e fundamentos.

Em *Educação democrática 1: o que é uma boa educação?*, o coletivo dá a seguinte prévia da transmissão:

No episódio de estreia do nosso podcast, discutimos sobre educação democrática e quais são as várias maneiras de se definir o que é uma boa educação. Usando como referência a obra do filósofo Gert Biesta, conversamos sobre as várias funções da educação (qualificação, socialização, subjetivação) e como elas se articulam entre si. Traçamos alguns paralelos entre esses debates e as principais questões contemporâneas na educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio e o Escola Sem Partido⁵⁵ (*Educação democrática 1: o que é uma boa educação?*, 2018).

Em “Educação democrática 2: democracia radical”, a descrição do episódio é:

⁵⁴ Conforme descrição da transmissão, os participantes foram Renata Aquino, Fernando Penna e Diogo Salles.

⁵⁵ “Educação democrática 1: o que é uma boa educação?”. PCESP. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1RIGs5BorcUMRtvbgitRx6?si=0877cc3e7f7c469e>. Acesso em: 31/08/2022.

Democracia é um tópico quente, e hoje em dia é importante marcarmos as diferenças entre as várias concepções correntes. Por isso tentamos, nesse episódio, falar sobre como a gente entende a democracia que precisamos. E continuando a conversa do nosso último episódio, “O que é uma boa educação?”, discutimos sobre o potencial desse modelo democrático radical para uma educação mais inclusiva e plural⁵⁶ (*Educação democrática 2: democracia radical*, 2018).

Segundo o PCESP, “democracia radical” é o sistema de participação política com mecanismos institucionais que impedem “que uma democracia seja um regime político de imposição da maioria sobre as minorias e demandas não majoritárias” (PCESP, *Educação Democrática [parte 2] – democracia radical*, 2018). O PCESP tirou essa noção da obra de Chantal Mouffe, “Sobre o Político”, na qual

(...) Chantal Mouffe defende que a gente tente canalizar essa dimensão do conflito pra algo que ela chama de ‘agonismo’, que é entender esse outro não como um inimigo que tem que ser destruído e silenciado, mas como um adversário. (...) Então, qualquer um pode dizer o que bem entender? Aí não! Chantal Mouffe vai dizer que nem todas as demandas devem ser consideradas legítimas num regime democrático. (...) Então, dizer que esse discurso de dizer que o professor é um estuprador é algo que não deveria acontecer numa audiência [pública] (PCESP, *Educação Democrática [parte 2] – democracia radical*).

Ora, para o PCESP, o terreno no qual se estabelece a luta pela consolidação de uma democracia “radical”, contra grupos como o movimento Escola Sem Partido, é o campo político. E é com essa noção de democracia que o PCESP resiste à tentativa de interdição da palavra imposta pelo MESP. Para os que não se identificam como meros transmissores de conteúdo, mas como educadores, a noção de “pluralismo agonístico”, atrelada à de democracia radical e de educação democrática (pluralidade e autonomia) pode ser uma maneira de articular diferentes lutas, como a luta pelo não fechamento das turmas, a luta por uma educação antirracista, que discuta gênero e a luta pela inclusão (PCESP, *Educação Democrática [parte 2] – democracia radical*, 2018). O PCESP é enfático ao afirmar que a palavra do professor não deve ser interdita, porque “é papel da escola construir essa cultura democrática e é necessário o combate a todas as formas de desigualdades na escola: racismo, machismo, homofobia...” (PCESP, *Educação Democrática [parte 2] – democracia radical*, 2018). É na liberação da palavra e é por meio dela que a democracia se fez presente e se materializa, de sua fundação na Grécia

⁵⁶ “Educação democrática 2: democracia radical.” PCESP. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2h9CQEnsoVXfPDoQvWQEK9?si=5364db6aed3f4f61>. Acesso em: 31/08/2022.

Antiga às democracias modernas.

Segundo Marilena Chauí, a democracia é constituída por alguns princípios ou leis: (a) conflito, (b) abertura e (c) rotatividade.⁵⁷ O princípio do conflito admite que a divergência é inerente à sociedade pluralista; o princípio de abertura pressupõe que todo o conhecimento e produção cultural deve estar sujeito à livre circulação; por fim, o princípio da rotatividade diz que os espaços de poder devem ser espaços vazios, sem identificação com um sujeito ou personalidade. Desses três princípios democráticos, é com o da abertura que o PCESP trabalha nos trechos supracitados e é sob o qual se identifica e tentativa de interdição de discursos pelo MESP. A desconstrução do discurso do MESP deve ser realizada no campo político, politicamente, no debate. “Mesmo a exclusão do discurso deve ser uma construção política. Por exemplo: uma pessoa não pode ir numa audiência pública com uma suástica, e já vivemos isso”⁵⁸ (PCESP, *Educação Democrática [parte 2] – democracia radical*, 2018).

Mas quando chegamos mais perto, vemos que a coisa não é tão simples assim. Por exemplo, a tentativa de interdição dos discursos operadas pelo MESP fazem uso de diversas aparelhagens: do medo – incitando alunos a filmarem os professores em sala de aula – aos aparelhos jurídicos, como a elaboração de projetos de lei e a participação em audiências públicas. Nesse último caso, o MESP trabalhou com roupagem constitucional e legal, pois seguiu os trâmites democráticos de um Estado de Direito. Mas existem inúmeras maneiras de impedir a circulação de discursos.

3.4 As estratégias de interdição de discursos do MESP, segundo o PCESP

Segundo o PCESP, umas das estratégias de interdição do discurso nas escolas das redes públicas e universidades é fazer uso do ódio político e do ressentimento. E é a partir do ressentimento, tomado como ferramenta política, que foram promovidos ataques às universidades públicas. No episódio *Censura e perseguição política nas universidades*⁵⁹, o PCESP afirma:

⁵⁷ CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 214-215.

⁵⁸ “*Educação democrática 2: democracia radical*” PCESP. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2h9CQEnsoVXfPDoQvWQEK9?si=91e3cc9d55de4ca1>. Acesso em: 31/08/2022.

⁵⁹ “*Censura e perseguição política nas universidades*.” PCESP. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/41uengFPchWldJilu90ZZJ?si=903b6dfc7a814781>. Acesso em: 20/02/2022.

A estratégia da chamada ‘nova direita’ é de fazer agitação em espaços que não são espaços de massa, e cita-se o exemplo do caso do museu. Quem vai no museu, no Brasil? E assim como o espaço do museu, o da universidade é ainda um espaço restrito na nossa sociedade e isso dialoga com o ressentimento dos que não frequentam esses espaços (*Censura e perseguição política nas universidades*, PCESP, 2018).

Com base em conceitos da filosofia foucaultiana, pode-se afirmar que o MESP tentou realizar uma interdição. Mas o mais interessante, a meu ver, são as descrições dadas pelo coletivo acerca desses procedimentos e estratégias de exclusão dos discursos.

Para o MESP, a única função da educação seria a instrução, entendida como educação voltada para o mercado de trabalho. Logo, se o ato educativo se limita à instrução para o mercado de trabalho, tudo o que extrapola esse âmbito será considerado inoportuno, perturbador, desnecessário, intrusivo ou mesmo desperdício. É nessa lógica que se insere a já citada fala de Abraham Weintraub que demonstra seu desprezo pelo ensino de ciências humanas. É também nessa lógica que o PCESP denuncia a fala de Miguel Nagib: a transmissão *Educação democrática (parte 2): democracia radical*⁶⁰ tem início com a fala do fundador do MESP, que denuncia o suposto trabalho de “doutrinação” nas escolas, equiparando os professores a “abusadores” e “estupradores” e colocando os alunos como suas vítimas. Segundo um dos participantes dessa transmissão, a fala de Miguel Nagib é uma fala antidemocrática, porque os professores são colocados como inimigos, como vis e tentar relacioná-los com estupradores não tem fundamento algum que não o da interdição dos discursos e disseminação do ódio.

Em seus últimos anos de atuação, o MESP vinha se valendo da tática de aproximar os professores a figuras terríveis que cometem crimes horrendos, além de fazer uso do argumento de autoridade, fundamentando suas proposições na legislação.

O MESP foi uma iniciativa que deu voz a movimentos ultraconservadores, operando a interdição, produção e circulação de discursos nos estabelecimentos públicos de ensino acerca de temas relacionados a política, religião e sexualidade. Apesar de se apresentar como defensor da neutralidade no ensino, na prática, esse movimento atuou como uma forma de censura e controle ideológico.

⁶⁰ “Educação democrática (parte 2): democracia radical”. PCESP. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2h9CQEnsoVXfPDoQvWQEK9?si=65d0118531d94c6a>. Acesso em: 20/02/2022.

Segundo Michel Foucault o poder não é algo que se possui, mas que se exerce. Uma das formas como as relações de poder se manifestam nas sociedades é por intermédio do controle e regulamentação do discurso. Ou seja, estabelecer limites acerca do que é dito e como é dito é uma forma de exercer poder sobre os outros.

Ao tentar impor uma interdição na produção e circulação dos discursos de professores das redes públicas de ensino sobre determinados temas, o MESP tentou exercer controle político, econômico e cultural no âmbito da educação pública. Isso, conseqüentemente, resultaria na aniquilação da dimensão crítica da educação, elemento essencial para a formação da cidadania.

Além disso, a ideia de neutralidade do ensino defendida pelo MESP é bastante questionável, pois toda educação é política e ideológica, refletindo os valores e interesses da sociedade em que se insere. Portanto, tentar impor uma suposta neutralidade é, em última instância, uma tentativa de impor determinada ideologia e visão de mundo.

O coletivo PCESP ressalta a importância de os estabelecimentos públicos de ensino configurarem verdadeiros espaços de debate e reflexão, ressaltando a importância fundamental da exposição a diferentes pontos de vista e ideias. Isso não significa que o professor deva impor suas crenças e valores, mas que deve permitir que seus alunos tenham acesso às diversas perspectivas, algo essencial para a reflexão crítica. Como relação de poder que se exerce, a tentativa de levantar de uma barreira de interdição dos discursos pelo MESP enfrentou as resistências, entre as quais dou ênfase à do PCESP, destacando a transmissão intitulada *Como COMBATER o Discurso Reacionário*.⁶¹ A ideia dessa transmissão é a de “Desconstruir o discurso reacionário através do diálogo com aqueles que se identificam com ele” (*Como combater o Discurso Reacionário*, PCESP, 2018). Esse episódio enfatiza a importância de combater o discurso reacionário, a fim de evitar seu uso político para a promoção do medo e a interdição das “práticas emancipadoras nas escolas”.⁶² Além disso, o PCESP assinala que o discurso reacionário pode ser usado para desqualificar a discussão de gênero e promover ainda mais desigualdade, machismo, homofobia e transfobia. É nessa esteira que o coletivo afirma a importância de desconstrução e crítica dessa tentativa de interdição, além da tentativa de estabelecer uma base de diálogo com aqueles que se

⁶¹ “Como combater o discurso reacionário”. PCESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AQ0wvM9w1iw>. Acesso em: 25/12/2022

⁶² Expressão usada na própria transmissão em questão.

identificam com esses discursos (ou tentativas de interdições), a fim de mostrar as armadilhas colocadas e problematizar os termos utilizados.

No episódio *6 motivos para ser CONTRA o Escola Sem Partido*⁶³ (título que faz referência direta à proposta do MESP de impor os 6 deveres do professor), a discussão expõe alguns dos aspectos do MESP e seus projetos de lei, evidenciando suas origens políticas, suas intenções na alteração das normas educacionais brasileiras, a tentativa de discussões relacionadas a questões de gênero e sexualidade e, ainda, a tentativa de violação de direitos dos estudantes e professores. O episódio também enfatiza a falta de preocupação do MESP com relevantes questões voltadas para a melhoria do quadro geral da educação e sua tentativa de impor uma visão única de mundo como prática de ensino nos estabelecimentos públicos do país.

Em resumo, gostaria de fixar que, sob a alegação de um suposto combate àquilo que denominou “doutrinação esquerdista” nas escolas, o movimento Escola Sem Partido operou tentativas de interdição do discurso, que incidiram em campos já tematizadas por Foucault (2014), a saber: política, religião e sexualidade. Segundo o PCESP, adentrar essas regiões do discurso é essencial para a promoção de uma educação inclusiva e democrática.

Mediante o uso de técnicas e de dispositivos de silenciamento dos professores, o MESP tentou impor um viés de educação baseado na ideia de que educar é instruir para o mercado, balizando seu projeto de censura no Código de Defesa do Consumidor. Dentre as técnicas e dispositivos de silenciamento dos professores em sala de aula, o movimento Escola Sem Partido se valeu de coação, propagação do medo, uso indevido das redes sociais e criminalização da atividade docente. Na contramão, o PCESP trabalhou na valorização de uma educação com vistas à construção de uma “democracia radical”, que leva em conta as diversas ciências e as diversidades, sejam de natureza racial, religiosa, política ou de gênero. Na prática, a ação do PCESP operou a desinterdição do discurso. Houve uma batalha e ela se deu no campo político.

⁶³ “6 motivos para ser CONTRA o Escola Sem Partido”. PCESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7kVRh2nTucg>. Acesso em: 02/02/2023.

4. REJEIÇÃO DO DISCURSO

Como dito, interditar um discurso é impedir sua circulação e esse impedimento ocorre por meio de técnicas e artifícios variados, seja a proibição, o estabelecimento de um tabu, a classificação entre certo e errado e/ou a distinção entre razão e loucura, e a rejeição do discurso. A seguir, exponho três casos de discursos rejeitados, apresentados em seções cujos títulos foram selecionados por metáforas, mas em estrita consonância com as temáticas tratadas. Assim, intitulei a seção 4.1 como *Vigiar e Punir* porque, além de expor um caso acerca de um trabalho apresentado sobre a obra foucaultiana de mesmo título, a exposição desse trabalho escolar acabou resultando em um ato de vigilância e punição, como retaliação por parte de um grupo de policiais. A seção 4.2 foi intitulada *A sociedade brasileira e a produção da marginalidade* porque a camiseta de uma professora denunciada por adeptos do movimento Escola Sem Partido trazia a arte de Hélio Oiticica, o artista de uma antiarte que denunciou o processo de produção de marginalidades na sociedade brasileira. A seção 4.3 foi intitulada *Luta de classes* porque traz o caso da canção *Karl Marx é baile de favela*, um trabalho amplamente atacado por grupos de extrema-direita sob o argumento de que a música introduziria o ódio de classes ou mesmo criaria uma divisão de interesses. Todas as seções não hesitam em percorrer as simbologias e os contextos socioculturais que orbitam esses três casos, realizando aquilo que Foucault denominou “história do presente”.

4.1 Vigiar e Punir

O poder policial deve-se exercer “sobre tudo”: não é, entretanto, a totalidade do Estado nem do reino como corpo visível e invisível do monarca; é a massa dos acontecimentos, das ações, dos comportamentos, das opiniões – “tudo o que acontece”; o objeto da polícia são essas “coisas de todo instante”, essas “coisas à toa” de que falava Catarina II em sua Grande Instrução (Michel Foucault).

No dia 24 de setembro de 2015, sentado à mesa da conferência intitulada *Biopolítica e educação: novos dispositivos de subjetivação*⁶⁴, o Professor Sílvio Gallo

⁶⁴ *Biopolítica e educação: novos dispositivos de subjetivação*. Conferência ministrada pelo Prof. Dr. Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo, no dia 24 de setembro de 2015. Na descrição da transmissão do evento pela plataforma do Youtube, consta que “a atividade integrou o ‘V Colóquio Latino-Americano de Biopolítica | III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação | XVII Simpósio Internacional IHU.

denunciou uma ação intimidatória realizada por integrantes de uma unidade da PM de São Paulo, a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), contra um professor da disciplina de Filosofia, seus alunos e a direção da escola:

Um professor de Filosofia na escola realizou um trabalho sobre *Vigiar e Punir* com os alunos numa escola de ensino médio, que redundou numa exposição e numa série de atividades que ali foram feitas. E um dos trabalhos que foram expostos foi um pôster realizado por alguns alunos que fazia uma crítica à polícia militar, especialmente à ROTA. E a polícia visitou a exposição, viu o pôster e se sentiu absolutamente ofendida com a crítica que se fazia à polícia militar. (...) O problema é que a polícia iniciou uma ação intimidatória contra o professor, os estudantes, a direção da escola e a própria escola, exigindo retratação da escola. E a escola se recusou a se retratar, apoiou a iniciativa do professor, o trabalho dos alunos. E a escola tem sido, então, rondada ostensivamente pela ROTA (GALLO, 2015).

O fato denunciado por Sílvio Gallo ocorreu na Escola Estadual Aggêo Pereira do Amaral – no município de Sorocaba, em São Paulo –, viralizou nas redes sociais e ganhou espaço em veículos da grande imprensa, como *g1*⁶⁵ e *IstoÉ*.⁶⁶ Isso motivou uma mobilização dos estudantes da escola a favor do trabalho apresentado e se tornou caso de polícia,⁶⁷ dessa vez, na polícia civil. Segundo o delegado Alexandre Cassola, um “inquérito foi instaurado após pedido da comissão de Direitos Humanos da OAB de Sorocaba. (...) ‘Vamos apurar se houve injúria qualificada contra o professor, no sentido de ser um servidor público e a injúria possivelmente ser realizada no exercício de função’. Abaixo, a reprodução do trabalho – por sinal, muito bem elaborado – que motivou a represália por parte dos policiais militares contra o professor, os estudantes e a direção da instituição pública de ensino.

O cartaz do trabalho de ensino médio trouxe vários elementos de uma pesquisa acadêmica: introdução, com “uma reflexão do quanto a polícia viola os deveres morais, éticos e legais com ações que contrariam as leis”; discussão “sobre a questão da violência policial contra a população” e o uso da “vingança para obter resultados”;

Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade”. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=GWxjKPZ12co&t=913s>. Acesso em: 05/01/2022.

⁶⁵ “Alunos se mobilizam a favor de trabalho que aborda 'violência policial'”. *g1*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/09/alunos-se-mobilizam-favor-de-trabalho-que-aborda-violencia-policial.html>. Acesso em: 30/04/2022.

⁶⁶ “Cartaz de alunos em SP mostra caveira com farda da Rota”. *IstoÉ*. Disponível em:

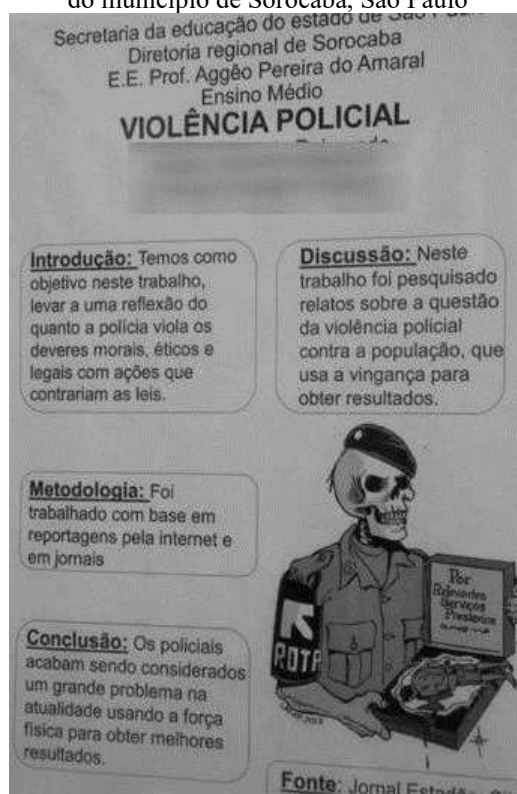
https://istoe.com.br/436940_CARTAZ+DE+ALUNOS+EM+SP+MOSTRA+CAVEIRA+COM+FARDA+DA+ROTA/. Acesso em: 30/04/2022.

⁶⁷ “Polícia Civil instaura inquérito contra PMs que intimidaram professores e alunos de Escola Estadual de Sorocaba”. *Jornal Flit Paralisante*. Disponível em: https://flitparalisante.com/2015/10/01/poli*cia-civil-instaura-inquerito-contra-pms-que-intimidaram-professores-e-alunos-de-escola-estadual-de-sorocaba/.

Acesso em: 03/08/2023.

metodologia, esclarecendo que o trabalho foi realizado “com base em reportagens pela internet e em jornais”; conclusão de que o uso da força física para obtenção de resultados torna a polícia “um grande problema na atualidade; citação da fonte, que foi o Jornal Estadão.

Figura 2: cartaz produzido por estudantes do ensino médio da Escola Estadual Aggêo Pereira do Amaral, do município de Sorocaba, São Paulo



Fonte: Foto: Reprodução/ Facebook

A ilustração do policial militar utilizada no trabalho é de autoria do famoso chargista Carlos Latuff e foi publicada em sua página do Facebook,⁶⁸ no dia 4 de junho de 2013, dois anos antes da tentativa de interdição, pela polícia, do trabalho realizado na referida escola, acompanhada da seguinte legenda: “Povo do Mães de Maio vocês sabiam que a Câmara Municipal de São Paulo vai homenagear a ROTA por atuação na ditadura??!! A charge é pro SindCT”. Mães de Maio é um movimento formado principalmente por familiares das vítimas dos massacres⁶⁹ praticados por agentes de segurança pública em resposta aos ataques promovidos por integrantes do Primeiro

⁶⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=246060308865927&set=a.167836366688322.37004.100003858796537&type=1&theater>. Acesso em: 03/08/2023.

⁶⁹ “Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>. Acesso em: 03/08/2023.

Comando da Capital (PCC) contra agentes das forças de segurança pública do Estado de São Paulo.⁷⁰ “Em resposta aos ataques articulados pelo PCC, agentes do Estado e grupos de extermínio saíram às ruas para retaliação”, o que resultou em 564 mortes entre os dias 12 e 20 de maio de 2006. A charge de Latuff é uma crítica à homenagem concedida pela Câmara de São Paulo ao Batalhão da ROTA, em virtude de sua atuação durante a Ditadura Militar brasileira.⁷¹ A crítica expressa na charge é acentuada pela presença do símbolo da SS – a *Schutzstaffel* que, numa tradução direta para o português, seria “esquadrilha de proteção” – a guarda pessoal de Adolf Hitler, no colarinho da farda do soldado da ROTA.

Não fossem as referências com os devidos registros da série de eventos aqui narrada, o leitor poderia achar que se tratava de um *spoiler* de um filme de terror ou policial que retrata uma distopia nas ruas de São Paulo, envolvendo professores, alunos e uma unidade de polícia com uma das maiores taxas de letalidade do país. Caso fossem cenas de um filme de comédia, a ênfase estaria no fato de se ter descoberto uma forma de fazer com que policiais brasileiros estejam presentes numa escola durante uma feira de ciência e cultura.

A charge que serviu de base para o trabalho rechaçado por policiais foi encomendada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial, o SindCT, mencionado por Latuff na publicação.

4.2 A sociedade brasileira e a produção da marginalidade

Seja marginal, seja herói (Hélio Oiticica).

Há também o caso da professora de uma escola particular no município de Aparecida de Goiânia., que envolveu o segundo deputado federal mais votado de Goiás, uma escola de nome Expressão e uma professora fotografada com uma camiseta vermelha que trazia estampada, em preto, uma arte de Hélio Oiticica.

⁷⁰ “Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>. Acesso em: 03/08/2023.

⁷¹ “Atuação da ROTA na ditadura será homenageada pela Câmara de São Paulo”. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/03/atuacao-da-rot-na-ditadura-sera-homenageada-pela-camara-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 03/08/2023.

Eleito em Goiás com 200.586 votos,⁷² Gustavo Gayer é deputado federal pelo PL e militante das ideias e práticas do MESP. “Gayer é fundador do Instituto Nossos Filhos, plataforma que recebe denúncias de pais contra o que ele considera tentativa de doutrinação em sala de aula.”⁷³ A arte estampada na camiseta da professora trazia o poema “Seja Marginal/ Seja Herói” junto à reprodução da obra do artista Hélio Oiticica. Esse trabalho estampado na camiseta da professora esteve presente em uma apresentação de Gilberto Gil, Caetano Veloso e os Mutantes, durante a Ditadura Militar: “No mesmo ano da primeira exposição de ‘Seja Marginal/ Seja Herói’, em 1968, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Os Mutantes utilizaram a arte como parte integrante do cenário de um show na boate carioca Sucata, em meio a ascensão do AI 5, que autorizou a tortura e a censura no Brasil”.⁷⁴ Os trabalhos de Oiticica eram de vanguarda e ainda hoje são classificados como expressão da “antiarte”. Realizei uma pesquisa acerca das origens da arte de Oiticica estampada na camiseta da professora que se tornou alvo de Gayer e de militantes de extrema-direita e descobri que ela remete ao “B33 Bólido-caixa 18 ‘Homenagem a Cara de Cavalo – caixa-poema 2’”,⁷⁵ que “presta ‘homenagem aos nossos mitos populares, aos nossos heróis (que para muitos são considerados bandidos), e sobretudo, [é] protesto, grito de revolta” (OITICICA *apud* LOEB, 2011).

À esquerda, imagem do corpo do Cara de Cavalo no B33, e à direita, o corpo é representado no trabalho B56 Bólido-caixa 24 de Oiticica.

A fotografia de Cara de Cavalo – codinome de Manoel Moreira – utilizada por Oiticica no B33 mostra o bandido morto, crivado por mais de cento e vinte balas de revólver, após uma intensiva caçada policial que tem o apoio do então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda. Essa imagem foi publicada em grande parte dos jornais da época (LOEB, 2011, p. 65).

⁷² “Goiás reelege 9 dos 17 deputados federais; os 2 mais votados são novos”. *Câmara dos Deputados de Goiás*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911361-goias-reelege-9-dos-17-deputados-federais-os-2-mais-votados-sao-novos/>. Acesso em 09/08/2023.

⁷³ “Professora é demitida após deputado criticar camiseta com frase de Hélio Oiticica”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/05/professora-e-demitida-apos-deputado-criticar-camisa-com-frase-de-helio-oiticica.shtml>. Acesso em 05/08/2023.

⁷⁴ “Demissão de professora por vestir camiseta com poema ‘Seja Marginal, Seja Herói’ gera indignação”. *Mídia Ninja*. Disponível em <https://midianinja.org/news/demissao-de-professora-por-vestir-camiseta-com-poema-seja-marginal-seja-heroi-gera-indignacao/>. Acesso em 05/08/2023.

⁷⁵ “Os Bólidos do Programa Ambiental de Hélio Oiticica”. LOEB, Angela Varela. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ars/a/P5hDGHRTbV8w4YpnBtG96tK/?lang=pt>. Acesso em 06/08/2023.

Figura 3: B56 Bólido-caixa 24 de Oiticica



Fonte: pesquisa de Angela Varela Loeb⁷⁶

Acerca de B33 e B56, Oiticica registra:

[O] que quero mostrar, que originou a razão de ser de uma homenagem, é a maneira pela qual essa sociedade castrou toda a possibilidade da sua [Cara de Cavallo] sobrevivência, como se fora ele uma lepra, um mal incurável – imprensa, polícia, políticos, a mentalidade mórbida e canalha de uma sociedade baseada nos mais degradantes princípios, como é a nossa, colaboraram para torná-lo o símbolo daquele que deve morrer e digo mais, morrer violentamente, com todo requinte canibalesco. (...) Neste caso, a homenagem... seria um modo de objetivar o problema, mais do que lamentar um crime sociedade x marginal. (...) Porque a sociedade mesmo, baseada em preconceitos, numa legislação caduca, minada em todos os sentidos pela máquina capitalista, consumitiva, cria os seus ídolos anti-heróis como o animal a ser sacrificado (OITICICA).⁷⁷

A partir da pesquisa sobre as referências e o contexto histórico da arte de Hélio Oiticica, elementos de um passado recente são rememorados e envolvem um banho de sangue motivado por vingança e o surgimento de um dos maiores grupos de extermínio que se tornou manchete em canais de televisão e jornais impressos por muitos anos.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ O herói antiherói e o anti-herói anônimo, apud MORAIS, Frederico. Heróis e anti-heróis de Oiticica. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1968. 2a. seção, p. 3. Fac-símile: AHO, doc. nº. 0736/68. Referência extraída do trabalho *Os Bólidos do Programa Ambiental de Hélio Oiticica*, de Angela Varela Loeb. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ars/a/P5hDGHRTbV8w4YpnBtG96tK/?lang=pt>. Acesso em 06/08/2023.

Segundo o Blog do Acervo,⁷⁸ Manoel Moreira, conhecido como Cara de Cavalo, teria matado

o detetive Milton Le Cocq num tiroteio em Vila Isabel, na Zona Norte. (...) Moreira foi executado por policiais que fundaram a Scuderie Detetive Le Cocq, grupo de extermínio que, para pesquisadores, está na origem das milícias que hoje controlam diversos territórios no Rio (Blog do Acervo, 2019).

Scuderie Detetive Le Cocq, Esquadrão da Morte (EM), milícias cariocas, “bandido bom é bandido morto”, nova direita, bolsonarismo, etc..., e as peças de um quebra-cabeça se juntam.

Retornemos ao caso da professora que foi demitida por usar uma camiseta com a expressão artística de Hélio Oiticica. Ela disse que sempre usou “roupas em referência aos artistas analisados em aula de forma a se conectar com os alunos, explicando o contexto histórico das obras e do impacto para a produção de arte no país”.⁷⁹ A imagem teve forte repercussão, pois foi compartilhada entre apoiadores do parlamentar Gustavo Gayer e do ex-presidente Jair Bolsonaro, o que causou grande impacto na vida da professora. Em seguida, “a escola recebeu milhares e insistentes marcações e pedidos de retratação e, como medida, demitiu a professora na quinta-feira (4) através do telefone”.⁸⁰ A professora relatou o seguinte: “recebi uma ligação dizendo que eu tinha causado muita dor de cabeça com uma foto que tinha postado. O tom da escola foi de me culpabilizar por isso, quando, na verdade, fui vítima do caso”. Em entrevista ao g1, a professora afirmou que, naquele momento, entrou “em desespero” e ficou “extremamente exausta”,⁸¹ não conseguindo dormir: “Eu não como e não durmo, pois

⁷⁸ “As duas mortes que deram início ao grupo de extermínio Scuderie Le Cocq, Rio”. *O Globo*. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/os-dois-assassinatos-que-deram-inicio-ao-grupo-de-extermínio-scuderie-le-cocq-ha-55-anos.html>. Acesso em: 06/08/2023.

⁷⁹ “Professora é demitida após críticas de deputado e apoiadores bolsonaristas à camisa com frase ‘Seja marginal, seja herói’”. *O Cafezinho*. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2023/05/07/professora-e-demitida-apos-criticas-de-deputado-e-apoiadores-bolsonaristas-a-camisa-com-frase-seja-marginal-seja-heroi/>. Acesso em 06/08/2023.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ “Professora que foi demitida após deputado criticá-la por usar camiseta com frase 'seja marginal, seja herói' diz que está recebendo apoio de colegas e alunos”. *g1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/05/08/professora-que-foi-demitida-apos-deputado-critica-la-por-usar-camiseta-com-frase-seja-marginal-seja-heroi-diz-que-esta-recebendo-apoio-de-colegas-e-alunos.ghtml>. Acesso em: 06/08/2023.

isso é muito cansativo. É um absurdo, ele me usou para fazer uma atrocidade que atinge todo mundo que trabalha com educação no país e no estado”.⁸²

Figura 4: foto da professora com a camisa que reproduz a arte de Oiticica, acrescida de elementos caricaturais inseridos pelo deputado Gayer



Fonte: Reprodução/Revista Fórum

Com um conjunto de símbolos instrumentalizados pela nova-direta brasileira, Gayer se utilizou de discursos e elementos caricaturais para expor a professora de História da Arte do colégio Expressão: cobriu seu rosto com a imagem do comediante Jim Carrey, tornou o poema de Oiticica uma pergunta – “Seja marginal? Seja herói?” – e registrou na imagem sua ignorância sobre História da Arte e os elementos que a compõem, ao dizer: “Eu não sei nem falar sobre isso. Professora ensinando que ser marginal é a mesma coisa que ser um herói”. Para Gayer, o visual da educadora só poderia ser um “look petista em sala de aula”.

Voltando à arte de Oiticica, que foi o mote para o caso de interdição relatado, temos a impressão de Loeb (2011) sobre ela, no excerto abaixo:

⁸² *Ibidem.*

Na produção de Oiticica, o marginal é tomado como alguém situado na margem, não no sentido de demarcar exclusão da sociedade, mas no de uma contraposição ao que é consentido e opressor socialmente. A alusão à marginalidade e à presença de figuras marginais nessa produção operam como oposição ao que é instituído, a modelos de ordem social e política que cerceiam a liberdade comportamental inerente ao sujeito. Em certa medida, são sintomáticas no contexto repressor e ditatorial do Brasil da segunda metade da década de 1960. Não devem, portanto, ser facilmente entendidas como apologias ao “bandido” ou à violência indiscriminada. Antes de tudo, a adoção do ideário da marginalidade por Oiticica indica a defesa da liberdade do indivíduo, de um comportamento livre e transgressor, não consensual (LOEB, 2011, p. 67).

A esta altura, cabe lembrar a letra da canção *Hey Joe*, do grupo O Rappa:

Menos de 5% dos caras no local/ São dedicados a alguma atividade marginal/
E impressionam quando aparecem no jornal/ Tapando a cara com trapos, com
uma Uzi na mão/ Parecendo árabes, árabes, árabes do caos/ Sinto muito
cumpadi, mas é burrice pensar/ Que esses caras é que são os donos da
biografia/ Já que a grande maioria daria um livro por dia/ Sobre arte,
honestidade e sacrifício (*Hey Joe*, canção do grupo O Rappa).

A canção acima traz um diálogo entre Joe, um “marginal” representado por Marcelo D2, e Falcão, o vocalista de O Rappa, que a todo momento adverte Joe acerca da vida que vive. Nessa canção, Joe, um sujeito destemido, seria integrante de uma organização do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Ele porta armas de grosso calibre, afirma que só daquele “jeito” consegue “impor” sua moral e admite ser “caçado e visto sempre como um animal”. Na canção, Joe descreve violentos confrontos: “sirene ligada, os homi chegando, trik-trak, boom, boom, mas eu vou me mandando”, mas é advertido por seu interlocutor (na voz de Falcão): “Talvez eu não tenha vida [o suficiente pra ver o que vai acontecer], mas é assim que vai ser...”, que faz referência à possibilidade da morte de Joe por seus inimigos. As advertências se seguem (“Hey Joe, muitos castelos já caíram e você tá na mira...”) e, numa espécie de advertência final a Joe, diz: “também morre quem atira”. A mensagem da canção é óbvia: Joe pode morrer enquanto estiver levando a vida que leva ou que fora levado a levar. A canção *Hey Joe* está longe de ser aquilo que se convencionou chamar de apologia ao crime. Ora, com total ausência de metáforas, *Hey Joe* é uma crônica, uma poesia marginal musicada, que traz uma advertência à vida levada pelos soldados do tráfico. Mas também é uma crítica ao estigma sofrido por moradores de favelas (“menos de 5% dos caras no local são dedicados a alguma atividade marginal”). Da mesma forma, a arte de Hélio Oiticica traz uma homenagem a Cara de Cavalo, uma homenagem a um sujeito da vida real que tinha nome - Manoel Moreira - e que, após uma troca de tiros com o detetive Milton Le Cocq,

foi caçado por um grupo de policiais “na madrugada de 3 de outubro de 1964”, quando o “executaram com 62 tiros”.⁸³ Zuenir Ventura, escritor e colunista do Jornal O Globo, chama de “ovo de serpente” a “época entre a ditadura do Estado Novo e a Ditadura Militar em que grupos de extermínio como a Scuderie Le Cocq se consolidaram”. Para Ventura, “o Esquadrão da Morte já tinha como objetivo vender essa ilusão de que eles acabariam com a violência” e a milícia “de hoje é o esquadrão da morte aprimorado”.⁸⁴

Fortemente inspirada na guitarra de Jimi Hendrix, *Hey Joe* é uma canção lançada no ano de 1996, com acréscimos de batidas de rap e presença de scratches⁸⁵. Nas palavras de Marcelo D2 – o artista que assume o lugar do marginal no hit –, esse gênero musical ganha o nome de “Raprockandrollpsicodeliahardcoreragga”, ou seja, uma profusão de estilos undergrounds. O rap é “ritmo e poesia” e, no conjunto da canção, trata-se de uma poesia marginal sobre a atividade marginal.

Apesar disso, a canção não é uma apologia ao crime, assim como não o é a camiseta da professora com o poema e a arte de Oiticica, diferente do que afirma o Deputado Gustavo Gayer, do PL.

Além do caso de assédio, perseguição e demissão da professora de História da Arte, chama a atenção um trecho da nota emitida pelo colégio Expressão: “O colégio destacou que escolas não são locais para ideologias, e que a missão da instituição ‘é formar cidadãos conscientes e éticos, capazes de compreender e respeitar as diferenças culturais e ideológicas’”.⁸⁶

4.3 Luta de classes

O trabalho dos alunos do 1º B do Colégio Estadual Professora Maria Gai Grendel, em Curitiba, foi dos mais emblemáticos casos utilizados pelos adeptos do MESP em suas denúncias de “doutrinação esquerdista” nas escolas. Tudo aconteceu quando a Professora Gabriela Viola propôs, para uma turma do 1º ano do ensino médio,

⁸³ “As duas mortes que deram início ao grupo de extermínio Scuderie Le Cocq, no Rio”. O Globo. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/os-dois-assassinatos-que-deram-inicio-ao-grupo-de-extermio-scuderie-le-cocq-ha-55-anos.html>. Acesso em: 06/08/2023.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ Em tradução direta para o português, scratches são “arranhões”. Original do Hip Hop, trata-se de uma técnica de produção de efeitos sonoros em que DJs realizam movimentos de vaivém com os vinis contra agulhas de toca-discos modificados, conhecidos como pick-ups.

⁸⁶ “Escola demite professora após repercussão de frase em camiseta entre bolsonaristas”. O Popular. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/escola-demite-professora-apos-repercuss-o-de-frase-em-camiseta-entre-bolsonaristas-1.3025737>. Acesso em: 06/08/2023.

um trabalho acerca de algumas noções de Karl Marx. Segundo a Revista Fórum,⁸⁷ “ao propor um trabalho descontraído sobre o pensador Karl Marx para alunos adolescentes, Gabriela Viola se tornou alvo de ataques de blogs e sites da direita e acabou sendo afastada da escola”.⁸⁸

A notícia foi amplamente criticada por blogueiros de direita, como Rodrigo Constantino, e acabou ocasionando o afastamento da professora. O caso fomentou o debate sobre a proposta “Escola Sem Partido”, que inspira atualmente projetos de lei na Câmara dos Deputados que visam à punição de educadores que supostamente estariam fazendo apologia a determinadas correntes políticas e ideológicas. Contrariados, os alunos organizaram um protesto no colégio pela volta da professora e iniciaram a campanha “#VoltaGabi” (Revista Fórum, 2016).

Marx é Baile de Favela é uma paródia do *Baile de Favela*, do MC João, um fenômeno desta última geração do funk. *Baile de Favela* foi produzido e publicado⁸⁹ em 2016 pela KondZilla, a maior produtora de vídeos do gênero no Brasil, que ficou conhecida por revelar nomes no cenário do funk paulista e logo se alastrou por todos os cantos do território brasileiro e para o exterior.⁹⁰ *Baile de Favela* foi o primeiro hit do canal “a superar as 100 milhões de visualizações, cuja melodia foi eleita pela medalhista olímpica Rebeca Andrade para sua série de ginástica artística nos jogos de Tóquio-2021”.⁹¹ Atualmente, essa música conta com mais de 242 milhões de visualizações, um verdadeiro sucesso que saiu das favelas de São Paulo para ganhar o mundo. Com jovens de periferia ostentando carrões, cordões, camisetas coloridas e cabelos pintados, além da presença de uma grande multidão lotando as ruas e, ainda, gestos e letras com forte teor sexual, o *Baile de Favela* foi gravado na Rua Sete, na porta da casa onde MC João cresceu.⁹²

Abaixo, a íntegra da letra da canção do trabalho escolar *Marx é baile de favela*:

⁸⁷ “‘Marx é baile de favela’: confira vídeo que causou suspensão de professora”. Fórum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/segunda-tela/2016/7/10/marx-baile-de-favela-confira-video-que-causou-suspenso-de-professora-30774.html>. Acesso em: 02/01/2022.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ “MC João - Baile de Favela (KondZilla)”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kzOkza_u3Z8. Acesso em: 06/08/2023.

⁹⁰ “KondZilla é o canal brasileiro mais visto no exterior”. Disponível em: <https://www.noticiasao minuto.com.br/cultura/591845/kondzilla-e-o-canal-brasileiro-mais-visto-no-exterior>. Acesso em: 06/08/2023.

⁹¹ KondZilla, o empresário que levou o funk brasileiro para outro patamar. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/05/05/kondzilla-o-empresario-que-levou-o-funk-brasileiro-para-outro-patamar.htm>. Acesso em: 03/08/2023.

⁹² “‘Baile de favela’: entenda história do funk de MC João que embalou a prata de Rebeca Andrade”. g1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2021/07/29/baile-de-favela-conheca-a-historia-da-musica-que-embalou-a-prata-de-rebeca-andrade.ghtml>. Acesso em: 06/08/2023.

O Karl Marx estudou economia/ E também estudou sociologia/ Quer nos explicar a luta de classes/ Pela ideologia, alienação e mais-valia/ Os burgueses não moram na favela/ Estão nas empresas explorando a galera/ E os proletários, o salário é uma miséria/ Essa é a mais-valia vamos acabar com ela/ O Karl Marx é baile de favela/ 1º B é baile de favela/ O Maria Gai é baile de Favela/ E o capitalismo está acabando com a galera/ Sociologia é baile de favela/ A professora é baile de favela/ E os trabalhadores são baile de favela/ E os capitalistas estão roubando a galera.

Sou formado em Filosofia e, antes de entrar na graduação, fiz um curso de formação política pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas jamais teria a capacidade de sintetizar tão bem as teses de Marx, tampouco teria a ideia de apresentá-las em rima, ao som de uma batida envolvente. Como professor, sempre me considerei um conservador em didática de ensino: o meu negócio sempre foi texto, quadro, giz, exposição oral e, na melhor das hipóteses, um ou outro curta-metragem acerca de um ou outro tema com que trabalho. O trabalho de Gabriela Viola, professora de Sociologia da rede pública do Paraná, com os alunos do 1º B é motivador, mas o vídeo publicado por ela “obteve mais de 150 mil visualizações e virou alvo de ataques por blogs e sites da direita”.⁹³ O vídeo foi publicado em 2016, ano do golpe-jurídico-miliciano-cristão-parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff. Era o ano da “caças às bruxas”, um período marcado por ruas ocupadas com militantes de direita vestindo camisetas da CBF. Com cerca de três milhões de pessoas ocupando as ruas, o Jornal El País noticiava que se tratava da “maior manifestação de rua da história da democracia do país depois do fim da ditadura”.⁹⁴ Segundo Aquino, a “motivação do antipetismo” era “visceral e não racional”.⁹⁵

Em 2016, o anticomunismo é, de certa forma, presente. Isto é, levando em conta as alterações e adaptações socioculturais sofridas através do tempo, pode-se afirmar que ele se apresenta, atualmente, sob uma nova forma. Uma forma que mantém diversas semelhanças e exibe diferenças pontuais com relação ao seu discurso original. Entende-se, assim, que a sociedade política brasileira neste momento não é explicitamente anticomunista como nos três períodos anteriores, mas antipetista. Sendo o antipetismo, como já definido anteriormente, a recusa integral ao PT e a seus projetos e símbolos, é de significativa importância compreender a origem dessa repulsa exacerbada em relação ao partido de Dilma e Lula (AQUINO, p. 34, s/d).

⁹³ “Professora da rede pública é afastada ao abordar Marx em sala de aula”. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/professora-da-rede-publica-e-afastada-ao-abordar-marx-em-sala-de-aula>. Acesso em: 06/08/2023.

⁹⁴ “Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas”. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457_906776_440577.html. Acesso em: 06/08/2023.

⁹⁵ AQUINO, Jakson Alves de. *Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo*. Disponível em: <https://posgradsoc.ufc.br/wp-content/uploads/2020/04/aquino-2019-duas-fontes-do-antipetismo.pdf>. Acesso em: 06/08/2023.

A aversão à figura de Marx se manifesta como ódio ao comunismo, e no Brasil, ao petismo. Esse sentimento é de amplitude internacional. Vale situar que “no ambiente externo, ocorre o surgimento de grupos políticos anticomunistas a partir das rupturas de eventos, como o golpe na Turquia (2016), o Brexit (2016), a eleição de Donald Trump (2016) e o avanço da extrema-direita na Europa”⁹⁶ (MOREIRA, 2019, p. 195). Mas “o Golpe de 2016 é a abertura definitiva para que o Anticomunismo seja aceito como parte do jogo político brasileiro” (MOREIRA, 2019, p. 196). E é nesse contexto que o processo de “desideologização” avança, pois “com o Golpe de 2016, o reposicionamento da Política Externa Brasileira é feito na administração Temer [e o] novo signo do Anticomunismo brasileiro reinventado é a retórica da ‘desideologização’” (MOREIRA, 2019, p. 200). E no quadro da defesa da “desideologização”, se o uso de uma camiseta vermelha pode despertar a ira de uma multidão,⁹⁷ uma aula sobre noções da teoria marxista pode trazer sérios problemas.

O episódio envolvendo a Professora Gabriela Viola e os alunos do 1º B do Colégio Estadual Maria Gai Grendel gerou comoção e revolta, se tornando, mais uma vez, caso de polícia:

(...) os estudantes organizaram um protesto no colégio, imprimiram cópias da letra da paródia e cantaram durante o intervalo. Segundo informações de um dos organizadores, que não quis se identificar por medo de represália, participaram aproximadamente 180 alunos. “Começamos a gravar a manifestação, os alunos gritavam ‘volta Gabi’ e os funcionários do colégio quiseram tomar os celulares, mandando todo mundo apagar as imagens. Logo depois de uma confusão com um estudante que discordava da ação, a diretoria chamou a patrulha e vieram três viaturas da Rotam. Entraram no colégio com escopeta e tudo (Brasil de Fato, 2016, s/p).

Além da onda anticomunista em escala global, esse caso aconteceu no ano de 2016, ou seja, no período que compreende os tempos de ouro do MESP (2010 a 2018).⁹⁸ Segundo o Jornal El País,⁹⁹

⁹⁶ MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. *Reinvenções do anticomunismo na política externa brasileira*. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/199>. Acesso em: 06/08/2023.

⁹⁷ De acordo com matéria do Brasil 247, “um jovem que vestia camiseta vermelha foi alvo de uma multidão enfurecida que gritava “mito” enquanto a comitiva de Bolsonaro estava em uma tenda de peregrinos, em frente à basílica de Nossa Senhora Aparecida”. Funcionários da TV Aparecida e homem com camisa vermelha são atacados por bolsonaristas dentro da basílica. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/funcionarios-da-tv-aparecida-e-homem-com-camisa-vermelha-sao-atacados-por-bolsonaristas-dentro-da-basilica-video>. Acesso em: 06/08/2023.

⁹⁸ Embora tenha sido criado em 2004, o MESP se fortaleceu num período que vai do ano de 2010 ao de 2018, ano de sua falência por falta de apoio das autoridades políticas. Os motivos de sua falência foram expostos em vídeo pela Rádio Guaíba, hospedado própria página do movimento e em seu canal no

(...) a Secretaria de Educação do Paraná diz que o afastamento foi feito para preservação de sua integridade física, após usuários terem publicado ameaças à professora nas redes sociais. Comentários como “essa mulher merece uma surra” e “pobres crianças manipuladas” permearam as reproduções do vídeo pelo Youtube e pelo Facebook, onde foi originalmente publicado, no perfil privado de Viola (Jornal El País, 2016, s/p).

A Secretaria insistiu que “tomou as medidas necessárias para garantir normalidade das aulas” e ressaltou que “a professora receberá acompanhamento para auxiliar na sua prática pedagógica”, pois o motivo principal para o acompanhamento “foi a escolha do Baile de Favela enquanto música de trabalho”.¹⁰⁰

Considerando que o motivo do afastamento e acompanhamento da professora “foi a escolha do Baile de Favela”, uma série de elementos ajudam a compor um quadro geral: 1) professora de Sociologia, (2) noções de luta de classes (marxismo) e 3) trabalho lúdico baseado em um hit dançante, conhecido popularmente por usar e abusar da sensualidade. Com discursos de forte teor sexual e, principalmente, nascido nas quebradas das periferias; um ritmo que desceu dos morros e hoje é tocado em diversas boates de todas as regiões das cidades, inclusive nas de classes média e alta. Para agravar ainda mais o problema trazido pelo trabalho *Marx é baile de favela*, ele é finalizado com um trecho de outra canção de funk, desta vez de MC Cidinho e Doca, cujo trecho deixei em epígrafe nesta seção: “Eu só quero é ser feliz/ Andar tranquilamente na favela onde eu nasci/ E poder me orgulhar/ E ter a consciência que o pobre tem seu lugar”.

O hit da canção – cujo protagonista é o teórico que assombrou o MESP, os blogueiros de direita, o Rodrigo Constantino¹⁰¹ e as casas legislativas nacional, estadual e municipal – cujo final traz o trecho de um funk de Cidinho e Doca, se encontra no link abaixo.¹⁰²

Youtube. Disponíveis em: <http://escolasempartido.org/> e <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg>. Acesso em: 04/01/2023.

⁹⁹ “A professora que usou funk para ensinar Marx (e acabou repreendida)”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/19/politica/1468885504_449859.html. Acesso em: 07/08/2023.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ Constantino, adepto da teoria de que existe racismo reverso, defendeu a seguinte ideia: “os estilistas e empresários têm o direito de só empregar pessoas brancas”, em resposta à garota negra que criou a organização *Desabafo Social*, “de mídia jovem, independente e negra”, além de colocar como protagonistas modelos negros”. “O mau caratismo de Rodrigo Constantino”. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-mau-caratismo-de-rodrigo-constantino/>. Acesso em: 07/08/2023.

¹⁰² “Marx é baile de favela”. *Mídia Ninja*. Disponível em: <https://fb.watch/mg6LJfmqnc/>. Acesso em: 07/08/2023.

4.4 O professor militante

Vejo a educação como um pilar necessário ao desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. É por meio dela que vislumbro uma das frentes para romper com a lógica histórica de produção de miséria para muitos em favor da manutenção da riqueza para poucos. E o que denomino como tentativa de interdição de discurso dos professores nos estabelecimentos de ensino atende a um programa de manutenção dos interesses e privilégios das elites brasileiras. Nesse sentido, o Escola Sem Partido, seja como prática, projeto de lei ou ideia, opera como partido político.

As elites econômicas brasileiras têm sido historicamente privilegiadas também no terreno da educação, fortalecendo um contexto social de perversas dicotomias em detrimento da distribuição de renda ou justiça econômica para as classes menos favorecidas. Esse dado comprometeu ainda mais a oferta e a distribuição das oportunidades de acesso à educação de qualidade, e conseqüentemente, à mobilidade ou ascensão social. Diante desse quadro histórico, é esperado que as classes mais abastadas queiram manter a estrutura social vigente para que se mantenham os privilégios, seja no campo da economia e do direito, seja no controle dos aparelhos policiais, seja perpetuando as até então vigentes divisões social, sexual e racial do trabalho, ou no campo da seleção e distribuição de cultura e visão de mundo. É esperado que as classes dominantes brasileiras ergam suas barreiras e obstáculos para que os menos favorecidos não tenham acesso ao seu leque de oportunidades, privilégios e prazeres. É por isso que vimos, recentemente, um robusto esquema de interdição de discursos atacar um terreno muito estratégico, que é o da educação pública, buscando proibir a produção e a circulação dos debates de viés crítico nas salas de aula. Ao buscar interditar o debate crítico, o movimento Escola Sem Partido busca se manter em determinada posição nas relações de poder e prestígio que ocupa. A preocupação do ex-ministro Paulo Guedes com o acesso do “filho do porteiro” ao ensino superior¹⁰³ é a crítica do burguês que viu o dinheiro público (nesse caso, o FIES) oferecer um horizonte de emancipação¹⁰⁴ para os menos favorecidos. Para se entender o discurso rejeitado, temos que ter em mente

¹⁰³ “Guedes critica Fies e diz que programa bancou até ‘filho de porteiro’ que ‘zerou vestibular’”. O Povo Online. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sAoJzTb83gE>. Acesso em: 05/01/2023.

¹⁰⁴ Mais adiante, entrarei mais nessa questão da noção de emancipação no contexto do presente trabalho e da própria problemática do MESP e das resistências, como as do PCESP, sindicatos e outros setores da sociedade civil.

qual é a cara da classe média brasileira, “sua história, seus sonhos e ilusões”.¹⁰⁵

O MESP é o retrato da classe média brasileira, descrita por Marilena Chauí em três termos: “abominação política porque fascista, (...) abominação ética porque violenta, (...) [e] abominação cognitiva porque ignorante”.¹⁰⁶ Jessé Souza (2018) fornece outros aspectos acerca desse seguimento social em “A classe média no espelho: sua história, seus sonhos”. Segundo o autor, a classe média brasileira exerce a falta de empatia e solidariedade para com os pobres e marginalizados, valorizando a individualidade em detrimento da coletividade e reproduzindo privilégios. A classe média brasileira que não se comove com a morte ou massacre de milhares ou milhões de pobres é a mesma que se solidariza com a morte de um de seus pares (SOUZA, 2018, p. 64-65). Segundo o autor, ela herda o abuso e o sadismo de seus avós, humilhando covardemente os mais frágeis, os esquecidos e os abandonados por ela e pela “elite do atraso”. Portadora de pouco ou nenhum senso de empatia, a única solidariedade que a classe média brasileira tem é para com os seus pares, uma solidariedade que se contrapõe ao preconceito “em relação aos que não fazem parte do mesmo mundo social” (SOUZA, 2018, p. 65):

(...) quem consome cachaça ou cerveja barata, come bife gorduroso no almoço, veste camiseta regata e bermuda e fala com erros de português, sem demonstrar o menor senso estético, é percebido como sendo “menos gente” por todos das classes privilegiadas. Isso não exclui o contato social, quando, por exemplo, entram nas casas de classe média para fazer a faxina ou consertar algo. Mas com essa gente não se travam amizades reais, não se casam, não se fazem negócios (SOUZA, 2018, p. 65).

A escola historicamente edificada pelas elites brasileiras tenta relegar aos desfavorecidos o cercado da perpetuação da miséria, a naturalização da pobreza e a consolidação das desigualdades sociais, pois o capital cultural é também indicador social, e está associado à concentração de privilégios. No jogo dessa calculada exclusão social que adentra o terreno da educação, “os filhos da classe média já entram como vencedores no sistema escolar, ao passo que os filhos da classe dos marginalizados chegam como perdedores em tenra idade” (SOUZA, 2018, p. 71). A classe média brasileira, a partir de relações econômicas de exploração, “rouba o tempo da ‘ralé de

¹⁰⁵ Menção à obra de Jessé Souza, *A classe média no espelho – sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*.

¹⁰⁶ “Eu odeio a classe média! - Marilena Chauí”. TBIAllNew Blog. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svsMNFkQCHY>. Acesso em: 25/12/2021.

novos escravos” (SOUZA, 2018, p. 71). Mas ainda que as elites econômicas e a classe média brasileiras detenham a concentração de certo capital cultural, Jessé Souza (2018) aponta a existência de uma contradição resultante do embate entre “as novas possibilidades históricas de acesso à educação” – favorecedoras do pensamento reflexivo e autônomo – e as “forças mobilizadas para que isso jamais ocorra” (p. 25).

Na história recente, o MESP compôs esse conjunto de “forças mobilizadas”, rejeitando que na esfera da educação pública haja produção e circulação dos discursos que elucidem as relações de exploração e injustiças sociais. Em 2018, o coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido transmitiu um programa no qual apresentou e disponibilizou um texto acerca das origens do MESP.¹⁰⁷ Com o título “A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária”, da autoria de Fernando de Araujo Penna e Diogo da Costa Salles (ambos do PCESP), o texto discutiu as origens e inspirações políticas e ideológicas do Escola Sem Partido.¹⁰⁸ Os autores trouxeram alguns elementos preocupantes sobre do surgimento e a influência do movimento: “em pouco mais de dez anos de existência, o movimento já conseguiu estabelecer no nível das discussões e políticas públicas termos e expressões que antes não estavam tão presentes nas questões do campo da educação” (PENNA; SALLES, 2017, p. 13), como, por exemplo, doutrinação ideológica e ideologia de gênero. Junto a outros grupos, o MESP foi ativo no trabalho de popularização dessas expressões. “Se hoje nos preocupamos com os impactos que já estão surgindo com a normalização de noções como ‘doutrinação ideológica’ ou ‘ideologia de gênero’ nas escolas e com as demandas por uma educação ‘neutra’ e ‘despolitizada’, é porque o MESP ajudou a tornar esses temas pautas relevantes no debate público” (PENNA; SALLES, 2017, p. 13).

Eu poderia citar inúmeros outros casos envolvendo ataques do MESP/direita/extrema-direita brasileira ao que ele denomina “doutrinação esquerdista” nos estabelecimentos de ensino, mas os três episódios trazidos nas seções *Vigiar e punir*, *À margem da noção de marginalidade* e *Luta de classes* dão pistas de quem pode

¹⁰⁷ “A dupla certidão de nascimento do ESCOLA SEM PARTIDO”. PCESP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BWPGFgAwn10>. Acesso em: 22/12/2022.

¹⁰⁸ PENNA, Fernando de Araujo; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, Altemar de Costa; LEAL, Tito Barros (Orgs.). *Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/07/penna-e-salles-a-dupla-certidc3a3o-de-nascimento-2017.pdf>. Acesso em: 02/02/2023.

ser considerado o “professor militante” por esses movimentos conservadores.

Na seção *Vigiar e punir*, o professor militante realiza um trabalho em grupo sobre a obra homônima de Michel Foucault, que resulta em uma denúncia da atividade policial: a polícia age por vingança; na seção *À margem da noção de marginalidade*, a professora trouxe para a sala de aula uma concepção de antiarte que tem contexto histórico e faz referência ao processo da produção de marginais, metafórica e literalmente; na seção *Luta de classes*, a professora de Sociologia sintetizou as teses de um fantasma que rondou a Europa e que ainda ronda o restante do mundo – o comunismo – trazendo junto o fantasma da favela que se impõe culturalmente (o funk), um estilo musical que fala de sexo, política e violência policial sem rodeios, recato ou comedimento, com batidas inspiradas nos tambores africanos. Os três casos remetem à citação de Joana Salém Vasconcelos (2016): “com o fim da ditadura (...) [a] liberdade alcançou também o trabalho dos professores”, conferindo à escola a característica de “espaço implacável de liberdade” (p. 79).

Com base na liberdade apontada por Vasconcelos, o professor militante se arrisca na ordem do discurso, tornando-se caricatura e vivendo no próprio corpo as hostilidades e as agressões do MESP/extrema-direita brasileira por se intrometer nos assuntos de natureza social, política e religiosa, e nos que concernem ao campo das sexualidades. Esse professor está em posse de uma verdade, ainda que uma verdade imbuída de “coerções múltiplas” e “jogos” (REVEL, 2005, p. 86), a verdade de que, historicamente, o Brasil é um país cujo Estado é estruturado em favor da manutenção de privilégios e assimetrias sociais. Ao denunciar essas estruturas assimétricas e violentas, esse professor militante traz consigo uma espiritualidade de revolta, uma revolta que “produz uma verdade possível ao quadro atual (...) [que] arquiteta heterotopias, (...) [o] espaço *oiticica* de penetráveis cães parresiásticos” (PASSETI, 2017, p. 71).

O episódio da professora de História da Arte que vestia uma camiseta vermelha com o poema e a arte de Oiticica aguilhoou a cólera dos “militantes carrancudos”, dos “terroristas da teoria” que “gostariam de preservar a ordem pura da política” e seu “discurso” (FOUCAULT, 2013, p. 104), a ordem sociopolítica fábrica de marginais. Por isso a professora do *Marx é baile de favela* pagou caro para aprender que as batidas das canções das favelas devem permanecer nas periferias, não nas salas de aula, e que Marx deve se tornar o autor do fantasma que assombrou a Europa, pois no presente não deve assombrar o Brasil. Ela deve entender que, no presente, patrões e empregados do Brasil vivem no “Brasil Paralelo”, uma realidade na qual não há conflitos de interesses,

exploração econômica, concentração de renda e extrema-pobreza, onde “os proletários”¹⁰⁹ não “têm um salário de miséria” e que, por isso, “o capitalismo” não “está acabando com a galera”. Esse professor militante deve ser silenciado, pois a ROTA do Estado de São Paulo não vigia, não pune e nem se vinga. Como todas essas afirmações não são verdadeiras, ao fim e ao cabo, é o professor militante, intrometido na ordem do discurso, quem denuncia as estruturas, as práticas e os efeitos da violência física ou coerção direta, assim como da violência simbólica.

Em suma, traçamos um esboço da figura do professor militante: um sujeito que, de algum modo e na medida do possível, rompe com a concepção mercadológica de ensino, faz uso da palavra e se arrisca em prol de uma prática educativa com vistas a um projeto de emancipação frente as mazelas de um arranjo social consolidado pelo Estado. Com maestria e criatividade, denuncia a prática da homofobia e a fabricação da pobreza, da marginalidade, do racismo e da estratificação social. O professor militante leva a cabo um projeto de educação inclusiva e humanística.

¹⁰⁹ Nos trechos entre aspas subsequentes neste parágrafo, faço menção à canção *Marx é baile de favela*, apresentada na seção 4.3.

5. DA VONTADE DE VERDADE À DE DESTRUIÇÃO

5.1 A tese da “Guerra Cultural”¹¹⁰

Guerra cultural é, literalmente, o grito de guerra de toda a militância bolsonarista. O bolsonarismo é incompreensível se não entendermos que a guerra cultural fornece o eixo de sua visão do mundo e o motor de sua ação política (João Cezar de Castro Rocha).

Escrito por Roberto Schwarz (2005), o clássico *Cultura e Política* é uma chave de leitura para se compreender a reascensão da extrema-direita brasileira, seguimento político do qual faz parte o MESP: a noção de guerra cultural.

Após o Golpe de 1964, a Ditadura Militar decretou intervenção e instaurou o “terror nos sindicatos, terror na zona rural, rebaixamento geral dos salários, (...) inquérito militar na Universidade, invasão de igrejas, dissolução das organizações estudantis, censura, suspensão de *habeas corpus*, etc.”, porém “a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá pra cá não parou de crescer” (SCHWARZ, 2005, p. 7-8). O autor segue afirmando que essa produção cultural de esquerda “é de qualidade notável nalguns campos”, além de dominante; “apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia da esquerda no país” (SCHWARZ, 2005, p. 8, *grifos do autor*). A produção cultural da esquerda pode ser vista nas livrarias de São Paulo e do Rio de Janeiro, “cheias de marxismo”, mas também visíveis “nas estreias teatrais, (...) na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado” (SCHWARZ, 2005, p. 8). Ainda de acordo com Schwartz (2005), essa produção cultural, com

(...) seu domínio, salvo engano, concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos, etc. – mas daí não sai, nem pode sair, por razões policiais (p. 8).

Esse excerto retrata uma cena cultural dominada pela esquerda, ou seja, sem a existência da chamada “guerra cultural” em campo, noção que constitui a base do

¹¹⁰ Com exceção de algumas citações e pesquisas a fim de estender a noção de *guerra cultural* a outros autores, praticamente todo o percurso realizado nesta seção foi baseado na (ou, de certo modo, influenciado pela) obra *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, de João Cezar de Castro Rocha. Dou como exemplo as citações diretas à obra de Schwarz e várias falas de Olavo de Carvalho, que já constavam de seu estudo.

estudo de João Cezar de Castro Rocha acerca da reascensão¹¹¹ da extrema-direita no Brasil, *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, publicado em 2021.

Embora popularizado no Brasil após a publicação da obra de Castro Rocha, a origem do conceito de “guerra cultural” é incerta. Segundo minha consulta ao ensaio “A guerra cultural contínua”,¹¹² James Davison Hunter¹¹³ foi quem cunhou o termo Guerra Cultural,¹¹⁴ em 1991, em seu livro *Culture Wars: The Struggle To Define America*, “para descrever os conflitos políticos em torno de temas morais que caracterizavam os Estados Unidos do final dos anos 1980 e início dos anos 1990” (HUNTER, 2022, p. 23). Esses temas morais envolviam questões que refletiam diferentes visões e valores culturais, como aborto, casamento gay, religião e educação, dentre outros. Segundo Souza (2014),¹¹⁵ “a ideia acerca da existência de uma Guerra Cultural” (p. 5) envolveu a sociedade estadunidense na disputa entre dois grupos antagônicos – conservadores e liberais – e ainda “aparece de maneira recorrente na vida intelectual, política e midiática da contemporaneidade do país” (p. 7). Em 16 de fevereiro de 2021 (faltando apenas quatro dias para o término do mandato do ex-presidente da extrema-direita estadunidense), uma publicação¹¹⁶ no The Washington Post afirmava que Donald Trump era a guerra cultural, e que dela fazia a sua base. Mas, segundo Eduardo Wolf (2018),¹¹⁷ a ideia de guerra cultural se originou na Alemanha do século XIX. *Kulturkampf*¹¹⁸ traz “a ideia de um conflito na sociedade para decidir qual é a natureza do Estado, quais são as políticas públicas a serem adotadas, e como devem ser os

¹¹¹ A pesquisa de Castro Rocha não usa o termo “reascensão”, e sim “ascensão”. Optei pelo uso de “reascensão” porque considero o Golpe de 1964 o “primeiro” momento desse movimento.

¹¹² Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48385/27344>. Acesso em: 15/08/2023.

¹¹³ James Davidson Hunter é professor de Religião, Cultura e Teoria Social na Universidade da Virginia, nos Estados Unidos.

¹¹⁴ Aqui, *Guerra Cultural* é grafado com iniciais maiúsculas porque assim o foi no trabalho citado, diferentemente do trabalho de Castro Rocha, onde é grafado com iniciais minúsculas. Ao contrário do que ocorre, por exemplo, com o termo Tradicionalismo – que é grafado com “T” maiúsculo justamente por se tratar de uma corrente específica que designa práticas esotéricas e determinada visão de mundo que se difere da noção de tradicionalismo em sentido *lato* –; neste caso não há alteração ou variação semântica e de significado.

¹¹⁵ SOUZA, Marco Aurélio Dias de. *O fim da Guerra Cultural e o conservadorismo estadunidense?* uma leitura sobre a trajetória de ascensões e quedas da direita religiosa americana. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/4f9e875f-96f0-4f89-9ed3-a401142b5cd4>. Acesso em: 15/08/2023.

¹¹⁶ Trump is the culture war. The culture war is the base. Now what? **The Washington Post**. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2021/02/16/trump-is-culture-war-culture-war-is-base-now-what/>. Acesso em: 15/08/2023.

¹¹⁷ “O QUE É GUERRA CULTURAL? Eduardo Wolf”. *Casa do Saber*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hIrTlPtRzaE>. Acesso em: 15/08/2023.

¹¹⁸ Em tradução livre, *Kulturkampf* significa “luta pela cultura”, o mesmo que “guerra cultural”.

valores traduzidos nessas políticas e nessa estrutura de Estado” (WOLF, 2018). O conceito alemão remete também à ideia fundamental “do conflito entre uma sociedade laica, uma sociedade secular, de um lado e, de outro, uma sociedade religiosa com os valores do tradicionalismo” (WOLF, 2018). Frederico Rios Cury dos Santos apresentou à UFMG sua tese de doutorado intitulada *A Retórica da Guerra Cultural e o Parlamento Brasileiro: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff*,¹¹⁹ na qual, dentre outras questões, propôs uma análise acerca da existência de “uma Retórica da Guerra Cultural” imbuída no debate realizado na Câmara dos Deputados durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff. Jair Messias Bolsonaro foi um dos destaques na cerimônia do Golpe de 2016 contra a ex-presidente, vindo a se tornar a personificação da direita que estava por vir.

Apesar de conhecido pelos 27 anos de mandato na Câmara dos Deputados, a carreira política de Jair Bolsonaro teve início como vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na primeira eleição após a promulgação da Constituição de 1988. A chegada de Bolsonaro ao Palácio Pedro Ernesto “sinalizava um novo período no Brasil”: se, no campo político, os militares traziam a imagem do autoritarismo por causa do golpe de 1964, “Jair Bolsonaro entrava na vida democrática eleito” (PIVA, 2022, p. 34). Aos 33 anos de idade, “Bolsonaro conquistara uma vaga depois de meses divulgando sua imagem junto ao número 17681, sua identificação na urna”, sendo eleito “com 11.062 votos, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), (...) [que] tinha como slogan ‘Salvem o Rio’ e ‘Brasil acima de tudo’” (PIVA, 2022, p. 35).

Bem-posicionado nessa guerra cultural, por muito tempo Bolsonaro não passou de um mero objeto de piada política em alguns canais de TV brasileiros, como o CQC, o Superpop e o Pânico. Em 28 de março de 2011, Bolsonaro teve participação no quadro PQS (Povo Quer Saber), do CQC¹²⁰ (Custe o Que Custar), respondendo às perguntas enviadas pelos telespectadores. Instantes antes da sessão de perguntas e

¹¹⁹ SANTOS, Frederico Rios Cury dos. *A Retórica da Guerra Cultural e o Parlamento Brasileiro: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 09/12/2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32696>. Acesso em: 15/08/2023.

¹²⁰ Produzido pela Eyeworks, o CQC foi um programa humorístico, de apresentação semanal, exibido pela Rede Bandeirantes entre 2008 e 2015. Em matéria que relata a razão do fim do CQC, O *Observatório da Imprensa* o descreveu como programa “vitimado por um mal que assola a TV brasileira”, se referindo ao “desespero pelo ibope”, que leva “as emissoras a fazer programas que garantam números, não importando os meios”. Fonte: “O fim do ‘CQC’”. *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/tv-em-questao/o-fim-do-cqc/>. Acesso em: 16/08/2023.

respostas no PQS, um dos apresentadores do programa o descreveu como “o deputado federal mais polêmico do Brasil”, que “é contra tudo” e “quer resolver os problemas do Brasil a bala”:

- Quem é o seu guru na política?
- Os militares que foram presidentes do nosso país.
- Está com saudades do Lula?
- Não, de jeito nenhum, né!? Eu tenho saudades de pessoas sérias, como o Médici, como o Geisel, Figueiredo.
- O que você faria se pegasse seu filho fumando “umzinho”?
- Eu daria umas porradas nele, pode ter certeza disso.
- Torturaria ele?
- Se agir com energia é torturar, vai ser torturado.
- O que você faria se tivesse um filho gay?
- Isso nem passa pela minha cabeça. Se tiver uma boa educação e um pai presente... Então, não corro esse risco.
- Se te convidarem pra sair num desfile gay, você iria?
- Eu não iria porque eu não participo de promover os maus costumes, até porquê acredito em Deus, tenho uma família, e a família tem que ser preservada a qualquer custo, senão uma nação simplesmente ruirá.
- Por que o senhor é contra as cotas raciais?
- Porque todos nós somos iguais perante a lei, e eu não entraria num avião pilotado por um cotista, e nem aceitaria ser operado por um médico cotista.
- Pergunta de Preta Gil: Se seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria?
- Ô Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco, e meus filhos foram muito bem-educados, e não viveram em ambiente como, lamentavelmente, é o teu¹²¹.

No final desse programa, aos risos e gargalhadas, os três apresentadores do CQC, em tom de piada, teceram “críticas” a Jair Bolsonaro: “O filho dele não vai ser gay porque ele é um pai presente... ele acha que funciona como? O pai chega tarde e o filho dá o rabo?”; “Acho que a mulher dele não misturou Gardenal na janta pra ele direito”. A breve sessão de perguntas e respostas expôs alguns aspectos da cultura de um sujeito que foi militar, se tornou deputado e fez da política seu modo de ganhar a vida por 27 anos, se tornando o presidente da República no ano de 2018. “Desde 1991 no cargo de deputado federal, Jair Bolsonaro apresentou cerca de 170 propostas, como a que pretende sustar o uso de nome social para travestis e transexuais”.¹²²

Conhecido como deputado do “baixo clero”, esse sujeito caricatural, burlesco e estúpido alcançou o posto de presidente da República, numa ascensão quase que

¹²¹ CQC - 28-03-2011 - O Povo Quer Saber com Jair Bolsonaro. Fonte: *PT no Senado*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5UFxRCdwW1g>. Acesso em: 16/08/2023.

¹²² “Em 27 anos como deputado, Bolsonaro tem dois projetos aprovados”. *Rede Brasil Atual*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/em-27-anos-como-deputado-bolsonaro-tem-dois-projetos-aprovados/>. Acesso em: 16/08/2023.

meteórica, sem nunca precisar de polimento nas palavras ou se fazer obscuro na exposição de suas intenções. Segundo Rocha (2021),

(...) a agenda da campanha [presidencial] bolsonarista, conservadora e até mesmo reacionária nos costumes, neoliberal na condução da economia e de orientação política de direita foi aprovada pelos eleitores do presidente, que expôs seu programa sem nenhum tipo de censura ou de cuidados diplomáticos. Poucos candidatos foram tão cândidos na exposição de propósitos em geral inconfessáveis – a retirada de direitos trabalhistas, a relativização dos direitos humanos, a negação pura e simples de problemas ambientais, o flerte incômodo com posições autoritárias, um revisionismo histórico relativo à ditadura militar no mínimo preocupante (ROCHA, 2021, p. 14).

Esse Jair que foi alvo das piadas regadas a cinismo, cumplicidade e sadismo pelos apresentadores do CQC é uma das quatro peças fundamentais na compreensão da dinâmica de uma guerra cultural que se tornou plataforma de governança da extrema-direita brasileira nos últimos anos. As outras três peças desse quebra-cabeça são Olavo de Carvalho, a Ditadura Militar brasileira e o Orvil.¹²³

A primeira aparição de Bolsonaro nas páginas da revista *Veja* foi no ano de 1986:

Há poucos dias a imprensa divulgou o desligamento de dezenas de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras por homossexualismo,¹²⁴ consumo de drogas e uma suposta falta de vocação para carreira, [foi o que] disse em 3 de setembro de 1986 o então capitão de artilharia Jair Messias Bolsonaro, com 31 anos¹²⁵ (VEJA, 2018).

Desde os tempos de militar da ativa, Jair Bolsonaro já se mostrava simpático ao terrorismo como modo de fazer política, e em outubro de 1987, ele novamente ocupou as páginas da mesma revista com uma reportagem que o colocava no centro de um plano para conseguir melhores salários para a categoria. Batizado de “Beco Sem Saída”, o plano consistia

(...) num protesto à bomba contra o índice de aumento para os militares que o governo anunciaria nos próximos dias. Caso o reajuste ficasse abaixo de 60%, algumas bombas seriam detonadas nos banheiros da Esao (Escola

¹²³“Orvil” é “Livro” grafado ao contrário.

¹²⁴ Este foi o termo utilizado por Jair Bolsonaro, segundo reportagem da revista *Veja*.

¹²⁵ ReVEJA Jair Bolsonaro: explosivo desde 1986. *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/reveja-jair-bolsonaro-explosivo-desde-1986>. Acesso em: 17/08/2023.

Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais), sempre com a preocupação de evitar que houvesse feridos (VEJA, 2018).

Assim que entrou na vida política, o ex-militar se tornou personagem polêmico em matérias veiculadas na imprensa, quase que anualmente. Em 2017, retornou à *Veja*, mas desta vez como capa da revista: “A chamada trazia: ‘A ameaça Bolsonaro – com ideias extremistas e discurso insultuoso, o presidenciável já tem o apoio de 30 milhões de brasileiros e consolida-se em segundo lugar nas pesquisas’” (VEJA, 2018).

Desde que se tem registros, o discurso violento, antidemocrático, armamentista, antipobre, maniqueísta, homofóbico, antiminoria, racista e misógino deu corpo às falas do ex-presidente da República, o maior representante da extrema-direita no Brasil atual. Em 2014, durante uma discussão com a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), Jair Bolsonaro proferiu as seguintes palavras: “Ela [Maria do Rosário] não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”¹²⁶ (BRASIL DE FATO, 2022). Em 2016, na rádio Jovem Pan, repetindo o que disse em 2008 em uma discussão com manifestantes em frente ao Clube Militar, no Rio de Janeiro, o ex-presidente afirmou: “O erro da ditadura foi torturar e não matar”¹²⁷ (CARTA CAPITAL, 2018). Sobre o Massacre do Carandiru – evento de repercussão internacional, que ficou conhecido como a mais violenta ação policial em uma penitenciária brasileira – Bolsonaro afirmou que “morreram poucos” (em referência aos 111 detentos assassinados covardemente pela PM de São Paulo durante uma rebelião no presídio, em 2 de outubro de 1992), pois “A PM tinha que ter matado mil” (CARTA CAPITAL, 2018). Em outra ocasião, demonstrando total falta de empatia com as minorias, Bolsonaro afirmou: “Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (CARTA CAPITAL, 2018). Durante participação no programa *Participação Popular*, da TV Câmara, que debatia um projeto de lei para proibição de agressão corporal na educação de crianças, o ex-presidente disse: “O filho começa a

¹²⁶ “Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres”. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres>. Acesso em: 17/08/2023.

¹²⁷ “Bolsonaro em 25 frases polêmicas”. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 17/08/2023.

ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele. Tá certo?” (CARTA CAPITAL, 2018). Em 2008, durante um debate acerca da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, Bolsonaro se referiu ao índio Jacinaldo Barbosa afirmando que “ele devia ir comer um capim (...) para manter as suas origens” (CARTA CAPITAL, 2018). Durante uma palestra no Clube da Hebraica, em 2017, referindo-se aos quilombolas, Bolsonaro disse o seguinte: “(...) o afrodescendente mais leve lá [no quilombo] pesava sete arrobas... não fazem nada... eu acho que nem pra procriadores servem mais”¹²⁸ (OPERA MUNDI, 2017). Ao declarar seu voto a favor do impeachment de Dilma Rousseff, homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, “chamando-o de ‘o pavor de Dilma Rousseff’, por ter comandado as sessões de tortura contra a ex-presidente, que foi presa durante a ditadura militar”¹²⁹ (BRASIL DE FATO, 2018). Como um autocrata no estilo clássico, violência e desprezo pela alteridade são coisas que nunca faltaram no discurso do ex-capitão, o “01”, como gosta de ser chamado.

Como expõe em sua obra *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, João Cezar de Castro Rocha (2021) defende que “a guerra cultural é a origem e a forma do bolsonarismo” (p. 17, grifos do autor). E é com o “tempero” dessa guerra cultural que a massa bolsonarista mantém-se agitada, movimentada. Embora o tema da guerra cultural seja um tema “transnacional e meta-histórico”, Castro Rocha faz seu uso com o devido “enquadramento” em nosso cenário (ROCHA, 2021, p. 17).

Embora esta seção tenha se iniciado com noções gerais de guerra cultural e trechos do texto *Cultura Política* – que descrevia um momento em que ainda não havia uma guerra cultural – quero trazer ao leitor uma panorâmica acerca da “gênese” desta batalha que se fez plataforma do programa político do ex-governo de extrema-direita e de seus militantes, que ocuparam as ruas com camisetas da CBF e bandeiras com os dizeres “Meu partido é o Brasil”. O excerto abaixo elucida qual era a posição do exército em relação à redemocratização do Brasil:

¹²⁸ “Afrodescendentes de quilombos 'não servem nem para procriar', diz Bolsonaro na Hebraica do Rio”. *OperaMundi*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcXJNGhUQy8>. Acesso em: 17/08/2023.

¹²⁹ “Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro”. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>. Acesso em: 18/08/2023.

Após mais de duas décadas de ditadura militar (1964-1985), o Brasil vivia sob a vigência da chamada constituição Cidadã. Aprovada em outubro de 1988, a nova Carta Magna vinha com a promessa de aprofundamento da democracia, ampliação dos direitos sociais e respeito aos direitos humanos. Mas para o CIE (Centro de Informações do Exército) as mudanças não eram positivas, ao menos segundo os informes RPMs obtidos pela Agência Pública que vão desde fevereiro de 1989 a julho de 1991¹³⁰ (PEDRETTI, 2021).

O RPM (Relatórios Periódicos Mensais) de 1989 descrevia a Nova República como um “regime de permissividade política e social sem precedentes”, que traria abertura para mais uma “tentativa de tomada pelo poder” por grupos de esquerda (PEDRETTI, 2021). Diante da possibilidade de enfrentar a “nova ameaça”, o exército ampliou a produção dos relatórios de inteligência, dando corpo ao Orvil, “um projeto secreto do CIE desenvolvido entre 1985 [ano crucial para o entendimento da guerra cultural que se instaurou] e 1988” (PEDRETTI, 2021). O Orvil, que contém cerca de mil páginas, inspirou a obra *Rompendo o silêncio* (1997), de Carlos Alberto Brilhante Ustra, o ex-chefe do DOI-CODI – centro de tortura e assassinato dos opositores da Ditadura Militar. “Em 1984, o tenente-coronel Romeu Antonio Ferreira, lotado no CIE, parecia indignado com a proliferação de denúncias sobre violações de direitos humanos cometidas por militares” durante o período da Ditadura (PEDRETTI, 2021). Cada vez mais, esses relatos de tortura eram difundidos, desde o início da “lenta, gradual e segura” abertura democrática. Diante disso, esse militar “decidiu tomar uma atitude para combater o que julgava ser uma injustiça histórica” (PEDRETTI, 2021). Segundo o Jornalista Marcelo Godoy, na matéria escrita Pedretti, “foi Romeu Antonio Ferreira quem elaborou a ‘apreciação’ que daria origem ao Orvil” (PEDRETTI, 2021). Esse documento defendia a ideia de que “os comunistas estavam adotando um novo *front* prioritário de batalha: ‘o campo da História’” (PEDRETTI, 2021). Dessa forma, era necessário “mudar o teatro de operações” (PEDRETTI, 2021), migrando para o campo da cultura, da narrativa, no revisionismo histórico.

Em 1985, foi publicado o livro *Brasil: nunca mais*, cujos objetivos foram 1) “evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar (...); 2) obter e divulgar informações sobre torturas praticadas pela repressão política (...); 3) estimular a educação em direitos humanos”¹³¹ (BRASIL:

¹³⁰ Os ecos do Orvil em 2021. *Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/>. Acesso em: 20/08/2023.

¹³¹ “Brasil nunca mais digital”. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 20/08/2023.

NUNCA MAIS, 2016). Lançado pela editora Vozes, o *BNM* foi uma das obras mais vendidas por 91 semanas consecutivas, tornando-se livro de não-ficção brasileiro mais vendido de todos os tempos.¹³²

Por outro lado, o Orvil trouxe como novidade a ideia de que se esteve em curso no país uma “quarta tentativa de tomada do poder” pela esquerda (PEDRETTI, 2021), mas baseada em outra modalidade de luta, uma luta de ideias, que se dava por intermédio de produções literárias e manifestações culturais. “Vencida na forma de luta que escolheu – a luta armada, a esquerda revolucionária tem buscado transformar a derrota militar que lhe foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política’, registra um trecho do Orvil” (PEDRETTI, 2021). A questão principal que coloca o Orvil como uma peça-chave nessa guerra cultural é que essa “quarta tentativa de tomada de poder (...) [seria] mais perigosa que as anteriores” porque não mais seria baseada em confrontos bélicos, mas “na tentativa de manipulação da opinião pública” (PEDRETTI, 2021).

Via Lei de Acesso à Informação, a Pública (uma agência de jornalismo investigativo) solicitou ao Comando do Exército “todos os relatórios periódicos mensais do CEI produzidos nos anos de 1990”, pois de posse desses documentos “seria possível entender se o Orvil seguiu influenciando a instituição, (...) [mas] o Exército afirmou que a documentação teria sido destruída” (PEDRETTI, 2021). Tudo indica que os militares estavam certos da ideia de dominação das instituições culturais pelo gramscismo:

Inspirados e influenciados quando de sua estada no estrangeiro pelos pensamentos do ideólogo italiano Antonio Gramsci, considerado depois de Lênin o maior teórico do marxismo, [os líderes subversivos] passaram a buscar o domínio das instituições culturais e da educação. Pretendiam, assim, criar uma contra hegemonia social, viabilizando as transformações que permitiram a conquista do poder e a modificação da estrutura vigente (Trecho do RPM de 1989 *apud* PEDRETTI, 2021).

“Comunismo” e “marxismo cultural” são alguns dos elementos linguísticos de uma guerra cultural que transforma, propaga e evidencia inimigos em termos discursivos. Como ninguém, o ideólogo Olavo de Carvalho soube trabalhar na arquitetura dessa luta, em apresentações nas quais trava sua batalha contra Gramsci, a Escola de Frankfurt, principalmente, e Michel Foucault. Em um vídeo hospedado no

¹³² Brasil nunca mais digital. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/sobre.html>. Acesso em: 20/08/2023.

Canal Sapiientia,¹³³ Olavo de Carvalho denota “certa” e bem limitada compreensão do tema das relações de poder na filosofia de Michel Foucault, mas demonstra total incompreensão das premissas que o compõem:

Então, o que é o poder? O poder é poder fazer alguma coisa. Se você não pode, você não faz. Então, é claro que o elemento poder está presente em tudo que nós podemos fazer. Se o poder estiver ausente, você não fará. Por exemplo? Você pode dar uma martelada no pé? Pode, você tem o poder de fazer isso. Se não tivesse, não daria a martelada, e assim por diante. Então dizer que a relação de poder está presente em todas as relações humanas, é uma bobagem, gente. É assim, o cara não tá dizendo nada (Canal Sapiientia, 2020).¹³⁴

Difundindo incompreensão acerca da noção das relações de poder na filosofia do pensador francês, Olavo de Carvalho trata o poder como coisa, que se tem ou não, da qual se está ou não de posse, não como relação móvel que se dá segundo um complexo conjunto de procedimentos. “O poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; (...) o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 2021, p. 102).

Em *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, João Cézar de Castro Rocha (2021) reúne suas formações em história e literatura comparada para realizar uma análise de textos de natureza heterogênea: Rocha leu duas vezes o Orvil (um livro com aproximadamente mil páginas) em sua versão fac-similar, realizando uma leitura cruzada, a qual ele chama de descrição densa, inspirado no antropólogo Clifford Geertz. Essa metodologia de trabalho e leitura lhe mostrou quais são os campos semânticos decisivos que estruturam o texto. Dessa forma, Castro Rocha analisou o Orvil, as Leis de Segurança Nacional, a produção de Olavo de Carvalho e a produção do Brasil Paralelo, além de uma extensa coletânea de materiais obtidos em redes sociais, como postagens e comentários no Facebook e Twitter e vídeos do Youtube. Após essa seleção, Castro Rocha (2022) submeteu todo o material a “um tipo de leitura discursiva rigorosa”, obtendo como resultado uma caracterização não do discurso de ódio, mas da retórica do ódio, por meio de um método que ele denomina

¹³³ Olavo de Carvalho ~ Orvil - Guerra Cultural Bolsonaroista. *Canal Sapiientia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XMbyT3kT1UM>. Acesso em: 20/08/2023.

¹³⁴ Este trecho é uma transcrição direta da própria fala de Olavo Carvalho, mas como não encontrei o vídeo no canal do autor, mas sim um canal no Youtube que o hospedou, deixo a data da publicação no canal como se fosse a data da fala, o que pode não corresponder com a data da gravação original.

“etnografia textual”¹³⁵ (CASTRO ROCHA, 2022). Em *Guerra Cultural e retórica do ódio*, ele procura compreender

(...) a visão do mundo que gera um sistema de crenças, e que tem um efeito retórico, recordando que a retórica nada tem a ver com o uso corrente de discurso vazio,¹³⁶ (...) [mas] uma retórica que implica a invenção, a disposição dos temas que foram inventados, a utilização de ornatos, a memória de todo esse edifício, e sobretudo, implica a elocução, isto é, a performance (CASTRO ROCHA, 2022).

Segundo o autor, “a retórica do ódio é uma técnica discursiva” (CASTRO ROCHA, 2022) que obedece a determinados procedimentos, um “passo a passo (...), [e] Olavo de Carvalho de Carvalho passou duas décadas ensinando o passo a passo da retórica do ódio” (CASTRO ROCHA, 2022). Portanto, a etnografia textual empregada por Castro encara os textos como se estivesse diante do estudo de “um grupo ou comunidade” (CASTRO ROCHA, 2022), deixando de questionar os valores presentes nos textos para lançar mão de uma compreensão acerca de suas estruturas e efeitos que produzem, “que no caso da extrema-direita é um afeto, um ressentimento, o ódio, a inveja” (CASTRO ROCHA, 2022). O ódio e o ressentimento são os afetos produzidos “pelo sistema de crenças Olavo de Carvalho e pela máquina discursiva que levou Jair Messias Bolsonaro ao poder” (CASTRO ROCHA, 2022). Todo esse aparato metodológico empregado por Castro Rocha (2022) tem como função passar da produção das caricaturas à caracterização do sistema.

Uma caricatura é um “desenho que, pelo traço, pela escolha dos detalhes, acentua ou revela certos aspectos caricatos de pessoa ou fato”, e é também uma “representação burlesca em que se arremedam ou satirizam comicamente pessoas ou fatos”; a caricatura também pode ser uma “reprodução deformada de algo”. Ainda segundo essa mesma definição, um sujeito, evento ou fato caricato pode ser tido como algo “ridículo, burlesco e grotesco”.

Vejamos de perto um exercício de caricaturização no universo político. A figura abaixo apresenta uma arte do famoso chargista Jota Camelo, intitulada *Os primitivos*, que traz no título, no diálogo e nos elementos visuais que a compõem uma perfeita

¹³⁵ Esses dados acerca da composição da pesquisa que resultou em *Guerra cultural e retórica do ódio* foram obtidos, em transcrição livre, a partir de uma entrevista de Castro Rocha à Associação de História – Anpuh Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WIP8ax9Nyjo&t=847s>. Acesso em 20/08/2023.

¹³⁶ Em resumo, a retórica a que Castro Rocha se refere, se difere, por exemplo, da que nos referimos quando dizemos “eis a retórica do político...”.

caricatura que fazemos do militante brasileiro de extrema-direita. Uma caricatura desse tipo é bastante usual e funcional em tempos de luta política.

Figura 5: caricatura do militante de extrema-direita

OS PRIMITIVOS



Fonte: Reprodução: Facebook, página oficial de Jota Camelo Charges

Em um cenário em destroços, com ambientação pós-apocalíptica, dois bolsonaristas travam um diálogo. Os militantes usam camisetas nas cores verde e amarela com suásticas nos ombros, suas feições são de violência e ódio, e o céu está poluído, o que parece uma alusão ao desmatamento e ao forte desprezo para com o meio ambiente. O militante à esquerda carrega uma maça de guerra (arma utilizada na Idade Média), enquanto o da direita, com um dos braços, arrasta uma garota desmaiada e machucada, e com o outro segura uma bandeira vermelha com a suástica nazista e as inscrições “Bozo” e “Mito”. Na charge, os dois extremistas de direita estão com suas roupas rasgadas, o que remete a brigas corpo-a-corpo.

A caricatura da extrema-direita apresentada na charge de Jota Camelo não é mera ridicularização descabida, sem nexos ou fantasiosa. Ela tem razão de ser. Ora, quem não se recorda daquele episódio no município de São Miguel do Oeste (Santa Catarina) em que uma multidão de bolsonaristas estendeu os braços em um gesto que

muito se assemelhava a uma saudação nazista?¹³⁷ Quem não se lembra do “*dog whistle*” realizado por Felipe Martins, ex-assessor de assuntos internacionais do governo Bolsonaro, durante audiência no Senado, sinalizando com uma das mãos as iniciais “wp” (*white power*, que se traduz por “poder branco”, símbolo da ideologia racial supremacista)?¹³⁸ Temos também o caso de Roberto Alvim, ex-ministro da Cultura do governo Bolsonaro, que copiou e divulgou trechos de um discurso do ministro da Propaganda de Adolf Hitler.¹³⁹ Muitas vezes, as caricaturas têm estreitas relações com dados e fatos; outras, nem tanto. No universo da política, as caricaturas servem como propaganda e contrapropaganda. Caricaturas trazem enunciados e discursos.

Quando Castro Rocha (2021, p. 23) propõe passar do estado de caricaturização rumo ao trabalho de caracterização, ele faz um convite ao trabalho de compreensão da engenharia de uma guerra cultural e seu aparato retórico.

Para compreender o clima que se instaurou nos últimos anos e que ainda perdura no cenário político, Castro Rocha propõe tornar inteligível o paradoxo da guerra cultural bolsonarista. Com a guerra em vigor, se mantém as massas em permanente mobilização, o que impossibilita a administração de uma realidade complexa como a nossa, “pois a busca constante de inimigos desfavorece a consideração de dados objetivos” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 16), como desenvolvimento da economia, as taxas de crescimento ou decréscimo populacional e índices de desenvolvimento humano. É dessa forma que se dá a guerra cultural bolsonarista, que emplacou o seu sucesso, e que foi também a razão do seu fracasso (CASTRO ROCHA, 2021, p. 17). Desde o início do período da redemocratização, principalmente a partir de 1985, desconsideramos um dado muito importante trazido nas análises de conjuntura realizada por Castro Rocha (eixo das análises de *Guerra cultural e retórica do ódio*): um “contexto intrinsecamente associado ao resgate ressentido e revanchista da ditadura militar, (...) [um] resgate decisivo na formação da mentalidade da família Bolsonaro” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 19).

¹³⁷ Bolsonaristas fazem saudação nazista em via bloqueada em Santa Catarina (vídeo). *BRASIL 247*. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sul/bolsonaristas-fazem-saudacao-nazista-em-via-bloqueada-em-santa-catarina-video>. Acesso em: 21/08/2023.

¹³⁸ Filipe Martins fez, sim, gesto racista, conclui investigação; assessor de Bolsonaro foi indiciado. *Revista Fórum*. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2021/5/4/filipe-martins-fez-sim-gesto-racista-conclui-investigao-assessor-de-bolsonaro-foi-indiciado-96454.html>. Acesso em: 21/08/2023.

¹³⁹ Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em: 21/08/2023.

Castro Rocha aponta uma das características da militância bolsonarista capaz de lotar as ruas e inflamar as pessoas com suas peças discursivas nas redes sociais: a “infantilização” como marca do “comportamento voluntarista” dessas massas (CASTRO ROCHA, 2021, p. 22).

Assombradas por uma máquina incansável de notícias falsas, as massas digitais sacrificam bodes expiatórios como quem troca de roupa todos os dias. De igual sorte, o presidente da República demonstra não compreender a dimensão da cadeira que ocupa. No enfrentamento de uma crise mundial de saúde, comporta-se como um animador de auditório, cujas declarações vivem às buscas de inimigos (CASTRO ROCHA, 2021, p. 22).

A guerra cultural bolsonarista da qual se refere Castro Rocha (2021) não vive apenas da replicação dos discursos do ex-presidente nas redes sociais pela militância infantilizada e de comportamento voluntarista, mas de um cálculo racional combinado a uma distribuição de forças previamente mobilizadas:

(...) no dia 9 de fevereiro de 2020, noite de entrega das estatuetas [do Oscar], a guerra cultural desenhou outro cenário”. (...) [de] um lado, o campo da esquerda celebrou na ocasião a oportunidade de infligir uma derrota simbólica de alcance internacional ao governo Bolsonaro, [enquanto] a milícia digital bolsonarista (...) [iniciou] uma intensa campanha difamatória contra a diretora (CASTRO ROCHA, 2021, p. 32).

Castro Rocha está se referindo à indicação de *Democracia em vertigem*, de Petra Costa, ao Oscar de melhor documentário, ao lado de *American factory*, *The cave*, *For Sama* e *Honeyland*. Na perspectiva do autor, a tentativa de compreender a ascensão da extrema-direita brasileira com base em um mero movimento golpista (o impeachment de 2016) paralisa o entendimento da dinâmica e dos fatores que possibilitaram sua expansão. Para ele, alguns dos elementos que impulsionaram o surgimento dessa potente juventude de direita que se coloca como “força decisiva na política brasileira dos últimos anos” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 39) são: 1) a ação positiva de Olavo de Carvalho na década de 1990, que proporcionou uma ampliação do repertório bibliográfico dessa direita, que resulta em seu fortalecimento por meio de polêmicas estratégicas contra os ícones da esquerda; 2) “uma fissura geracional que escapou aos cálculos da esquerda, em geral, e do Partido dos Trabalhadores, [em] particular” (p. 39). Foram quatro eleições presidenciais consecutivas vencidas democraticamente pelo Partido dos Trabalhadores, o que, automaticamente, possibilitou uma associação entre *establishment*, sistema político e esquerda, tornando “possível considerar-se de oposição

por ser de direita”; 3) esse “conflito geracional” agravou-se devido à “difusão da tecnologia digital [com sua] apropriação criativa e irreverente por uma juventude de direita, cuja presença nas redes sociais materializou-se nas multitudinárias manifestações a favor do impeachment” de Dilma Rousseff; 4) por fim, timidamente a partir de 2013 e de modo mais ostensivo em 2015, a direita disputa “as ruas com o campo da esquerda” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 39-40).

Com altíssima atividade nas plataformas digitais, essa juventude de direita, fruto dessa fissura geracional e de uma sequência de eventos e fatores não-lineares tem como formação de sua visão de mundo o que Castro Rocha denomina “*sistema de crenças Olavo de Carvalho*”, absorvido, sobretudo, “por meio das mesmas redes sociais” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 41, *grifos do autor*). Nesse contexto, “o Orvil é o modelo narrativo adotado pelo bolsonarismo”, sendo um documento que traz o relato da constante “ameaça comunista”; é “o livro de cabeceira da família Bolsonaro” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 41).

Essa atuação nas redes sociais foi retratada em *Intervenção: Amor não quer dizer grande coisa* (2017), um

documentário-colagem com discursos de extrema-direita colhidos na internet durante 2015 e 2016, e que segundo os diretores, serviram de motor/animador ideológico no processo que culminou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff e levou ao poder o líder fascista Jair Bolsonaro (Jornalistas Livres, 2017).¹⁴⁰

Esse documentário-colagem exhibe fragmentos de vídeos de youtubers de extrema-direita nos momentos que antecederam o golpe-jurídico-parlamentar-miliciano-cristão que depôs a presidente Dilma Rousseff. Para Castro Rocha (2021, p. 42), esse documentário, além de ser “uma contribuição notável para o entendimento da fusão caótica dos quatro fatores responsáveis pela ascensão da direita”, é a primeira ocorrência do que o autor denomina “retórica do ódio”, com repetidos usos de advérbios de negação e uso obsessivo de palavrões (CASTRO ROCHA, 2021, p. 44). O autor transcreve um trecho desse documentário-colagem – que chequei na fonte, no próprio audiovisual – no qual Olavo de Carvalho assim se expressa: “Por isso que eu acho que o pannelo é a maior invenção. A coisa mais eficaz que tem no país é o pannelo. Não

¹⁴⁰ Jornalistas Livres exibem *Intervenção – Amor Não Quer Dizer Grande Coisa*. *Jornalistas Livres*. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/jornalistas-livres-exibem-intervencao-amor-nao-quer-dizer-grande-coisa/>. Acesso em: 22/08/2023.

deixa falar mais! *Não* deixa falar, *não* obedeça, *não* reconheça! Ah, a senhora é a presidente? Presidente é o caralho! Você é uma usurpadora!”¹⁴¹ (fala de Olavo de Carvalho transcrita por CASTRO ROCHA, 2021, p. 44, *grifos do autor*).

É evidente que aquilo que Castro Rocha denominou “sistema de crenças Olavo de Carvalho” elucida elementos discursivos que sempre são retomados, por exemplo, por Carlos Bolsonaro: “*esquerdismo, globalismo, analfabetismo funcional, Nova Ordem Mundial, maçonaria, desonestidade intelectual, gramscismo, ideologia de gênero (...)* [sendo] *PT e PSDB como duplos miméticos que cooperam para a vitória comunista no Brasil* (CASTRO ROCHA, 2021, p. 49, *grifos do autor*).

Desse modo, a compreensão da ascensão da direita – a qual prefiro denominar extrema-direita – passa pelo entendimento de sua convicção de que a esquerda 1) detém uma hegemonia cultural e 2) trabalha em favor de um processo de doutrinação (CASTRO ROCHA, 2021, p. 55). Já na década de 1990, Olavo de Carvalho se lança em um combate contra essa hegemonia, elaborando “uma campanha virulenta direcionada contra os principais nomes da esquerda brasileira, que, em geral, ocupavam cátedras na universidade pública” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 56).

Em um vídeo¹⁴² de 5 de dezembro de 2012, com seu cigarro aceso e semblante sério, Olavo de Carvalho aguarda o encerramento da música *5 Military Marches, Op. 39: No. 1 in D Major, ‘Pomp and Circumstance’*¹⁴³, cumprimenta seus espectadores com um “boa noite” e invoca a “Santíssima Virgem Maria e o Santo Padre Pio de Pietrelcina”, pedindo que rogassem “a Deus” para “que nenhuma injustiça” fosse cometida naquele programa. Em seguida, faz alguns agradecimentos e, em “nome de Deus”, se joga na sua guerra cultural:

Quero aqui cumprimentar o Rodrigo Gurgel pela sua atuação no caso do Prêmio Jabuti, que o que ele disse ali é a coisa mais importante no meio literário brasileiro dos últimos 10 anos, quer dizer, o sistema literário brasileiro tá em crise, quer dizer, tá em crise já faz muito tempo, né... Também pedir pra vocês visitar o site Nota Latina, que mais tarde será atualizado com notícias quantíssimas sobre um painel que vai haver na Colômbia contra o acordo do [inaudível] Santos com as FARC. E, por fim, queria aqui agradecer à família Bolsonaro, Jair, Flávio e Carlos, pela remessa

¹⁴¹ “Intervenção: Amor não quer dizer grande coisa”, o documentário-colagem ao qual tive acesso na íntegra está hospedado no canal *Cérebro Eletrônico*, da plataforma de vídeos *vimeo*. Disponível em: <https://vimeo.com/264475519>. Acesso em 22/08/2023.

¹⁴² “True Outspeak - Olavo de Carvalho - 05 de dezembro de 2012”. *Mídia Sem Máscara*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hRYwli751_E. Acesso em: 22/08/2023.

¹⁴³ O nome da canção foi obtido por meio de aplicativo próprio para identificação de músicas, o Shazam, após ouvir a música que tocava no escritório onde estava Olavo de Carvalho.

deste livro Orvil Tentativas De Tomada Do Poder, que é o resultado de um relatório do serviço de inteligência mais antigo, sobre as tentativas dos comunistas de tomar o poder no Brasil, as várias tentativas de revolução comunista, e agora, pela primeira vez, tenho aqui a coisa inteira [o “relatório” contido no Orvil] e, também pela primeira vez, fico sabendo que o organizador da coisa [do “relatório”] foi o coronel Lício Maciel. Agora entendo porque eles têm tanta raiva do coronel Lício Maciel: é o homem que sabia demais. Isso não tem nada a ver com cadáver desaparecido nem coisa nenhuma, tem a ver com isto aqui (OLAVO DE CARVALHO, 2012).

“Sistema literário em crise”, “panelaço”, “Orvil”, “comunistas” e “revolução comunista”: uma série de recursos discursivos do “sistema de crenças Olavo de Carvalho” – termos e expressões recorrentemente usados em suas “aulas”. Prosseguindo, Olavo de Carvalho continua anunciando que aquele seria o último programa daquela série. Retomando a postura que lhe é peculiar e o faz ocupar lugar de destaque no campo discursivo da direita – linguajar baixo, rude e chulo, porém apresentado de modo pedagógico, evidenciando seu fetiche por certas categorias – Olavo de Carvalho afirma que se sentiu na obrigação de interromper aquele programa por ter atingido alguns dos seus objetivos:

Um desses objetivos foi modificar um pouco a linguagem da conversa política no Brasil, porque, na medida em que a conduta dos nossos políticos descia a níveis abissais, não fazia sentido continuar falando deles naquela linguagem polida, afetada, que a nossa oposição sempre costumava usar. Nós tínhamos que aprender a dizer que “um filho da puta...”, “um filho da puta...”, e assim por diante, primeiro porque esta é a linguagem deles, esta é a linguagem do Seu Lula. Seu Lula vive falando palavrão a torto e a direito. Agora, se a gente diz um palavrão pra eles: “ai, que falta de educação”. Então nós tínhamos que nivelar isso daí, e foi nivelado. Para fazer isto, eu tive que fazer esta concessão de falar na linguagem do esculacho brasileiro, que não é a minha linguagem, mas é o único jeito de fazer as pessoas sentirem a baixaria que o Brasil tinha se tornado, e criar uma linguagem que é a linguagem da própria baixaria pra falar dela mesma. Esta finalidade foi inteiramente cumprida. Eu vejo que muita gente aprendeu, aprendeu a xingar, aprendeu a mandar tomar no cu quando precisa tomar no cu, aprender a xingar de filho da puta quando é pra chamar de filho da puta, e assim por diante. E isso foi um progresso enorme. O segundo ponto é que, usando essa linguagem da baixaria brasileira, ao mesmo tempo nós não perdíamos o nível intelectual, que é, mais ou menos, o das aulas que eu tenho dado. (...) Então, unir essa linguagem popular brasileira com a alta cultura foi outro objetivo que foi atingido aqui (OLAVO DE CARVALHO, 2012).

Os dois excertos acima pertencem à mesma “aula” de Olavo de Carvalho, e trazem alguns elementos do seu sistema de crenças: a) de que a cultura brasileira está em crise; b) no panelaço como dispositivo de pressão política; c) de que o Orvil – em vez de ser uma tentativa de os militares se safarem na história e saírem “limpos” – contém um relatório do serviço de inteligência acerca das tentativas de tomada do poder

Puta que pariiu. Puta que pariiu. Puta que pariiu. Puta que pariiu. Puta que pariiu. Puta que pariiu. Puta que pariiu. Puta que pariiu. Puta que pariiu¹⁴⁷ (Olavo de Carvalho, 2020).

Sua crença: a existência de uma aliança entre as Forças Armadas e o Foro de São Paulo para atacá-lo. Seu fetiche por um estilo de linguagem que foi objeto de sua pedagogia: “Puta que pariiu...”, dito 37 vezes – o “pariiu” foi grafado com dois “i’s”, o que deu tom de uma fala carregada com sentimento de raiva.

Embora com muitas ressalvas, não posso negar que as aspirações desse Olavo de Carvalho – dono de uma certa pedagogia que não esconde objetivos nem renuncia a uma linguagem desmedida, obsessiva e fetichista – foram além de uma mera enunciação de retóricas do ódio. Fundamento essa ideia nas análises de Martim Vasques da Cunha (2019), na obra *A tirania dos especialistas: desde a revolta das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho* – citada por Castro Rocha em *Guerra cultural e retórica do ódio* – a qual tive a curiosidade de acessar. Segundo as análises de Vasques da Cunha (2019), Olavo de Carvalho portava – ainda que, a meu ver, de modo tímido – uma vocação para a filosofia, uma certa filosofia da unidade, porém envolta de desejos pelo poder. “Pleonexia” é um termo que indica “o desejo de poder, misturado ao desejo de conhecimento, que faz o filósofo cair na ilusão de que, por meio de suas ideias, pode transformar a Terra em uma ‘casa bem-arrumada’” (p. 55) – embora essa ideia de pleonexia esteja presente na obra de Vasquez, segundo o autor, ela pertence a Eric Voegelin. Segundo Vasques da Cunha (2019, p. 169), “o filosofema de Olavo de Carvalho” ignora aquela velha ideia de que, em algum momento, o discípulo deve superar o mestre. Ao contrário, a intenção dele é manter o discípulo “em uma coleira até o final dos tempos”, e aí nos deparamos com a grande “ironia” desse mestre: “na tentativa de superar o impasse da filosofia na modernidade, corrompeu não só a sua própria inteligência, como a dos outros ao seu redor” (CUNHA, 2019, p. 169). Ele é “a filotirania em estado puro – o amor pelo desejo tirânico, personificado ora num líder político, ora em um mestre que guie nossas almas” (CUNHA, 2019, p. 169).

Em suma, a guerra cultural bolsonarista, que tem como um de seus arquitetos o ideólogo pleonético e filotirânico Olavo de Carvalho, juntamente com o Orvil e um punhado de militares receosos, é “um projeto de aniquilamento até o fim das instituições criadas pela Constituição de 1988” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 107). E o

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/olavo.decarvalho/posts/10158760867977192>. Acesso em: 02/02/2023.

nexo que se estabelece entre essa guerra e o movimento Escola Sem Partido é a ideia, também presente no sistema de crenças de Olavo de Carvalho, de que se está em curso no Brasil um robusto esquema de “aparelhamento do Estado, com ênfase para as áreas da educação e da cultura” (CASTRO ROCHA, 2021, p. 215). A arregimentação das forças sociais de extrema-direita em torno do MESP foi possível graças à crença no avanço do marxismo cultural, algo que o ex-ministro da Educação do governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez, sabia muito bem:

“Jair Bolsonaro prestou atenção à voz de pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta da educação nacional”, disse, reforçando ainda que as diretrizes educacionais do ministério serão influenciadas por dois nomes: os conservadores Antonio Paim e Olavo de Carvalho¹⁴⁸ (UOL, 2019).

“Marxismo cultural” é uma ideia com teor de teoria da conspiração, que enfatiza a crença de que as teorias de Marx e Engels – em vez de superadas e deixadas no passado – sofreram mutações, tornando-se cada vez mais sofisticadas, na medida em que novas abordagens que contestam o *status quo* surgiam com novos pensadores, como Gramsci, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Hannah Arendt, Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre, Michel Foucault e Angela Davis, dentre inúmeros outros. A crença nessa teoria da conspiração sugere que todas as produções literárias, artísticas, psicanalíticas e filosóficas que trazem traços, relações ou qualquer aspecto do marxismo cultural seguem sincronizadas em favor de um plano específico: dominar o mundo e implementar uma nova ordem mundial, que dará fim à propriedade privada, à família tradicional e à religião, além de decretar uma ditadura do “racismo reverso”, da homossexualidade e a extinção do mundo hétero. A expressão “marxismo cultural” não está presente no Orvil, porque, segundo Castro Rocha (2021), essa ideia foi desenvolvida já na década de 1990, “e o documento-vingança foi concluído em 1988” (p. 328).

No entanto, em boa medida, a estrutura conspiratória do *cultural marxism* já se encontra no Orvil. Isto é: em lugar de tudo arriscar num golpe de força para a tomada do poder através da luta armada, a esquerda mudou de estratégia, passando a valorizar um lento trabalho de infiltração para seduzir corações e mentes, assim como se dedicou ao aparelhamento do espaço

¹⁴⁸ “Novo ministro critica ‘marxismo cultural’ nas escolas: ‘faz mal à saúde’. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/02/ministro-da-educacao-cita-deus-e-critica-marxismo-cultural-nas-escolas.htm>. Acesso em: 23/08/2023.

público, com ênfase nas áreas de educação e entretenimento (CASTRO ROCHA, p. 328, 2021).

Rompendo com a caricatura de um movimento ocupado por descerebrados, idiotas, atrapalhados, loucos desconexos, vemos a extrema-direita nacional e internacional¹⁴⁹ produzir a mais potente “máquina eleitoral do século 21”, numa ação com alto grau de “inteligência e sagacidade” (CASTRO ROCHA, 2023).

Em uma transmissão¹⁵⁰ de 8 de junho de 2019, o PCESP discutiu a noção de guerra cultural, apresentando-a como algo que permite entender a visão de mundo da extrema-direita brasileira na contemporaneidade. Essa transmissão possibilita compreender uma narrativa, muito comum na extrema-direita, segundo a qual “as disputas políticas se dariam em torno de uma oposição moral entre bem e mal (...) [que coloca] em risco a própria existência da humanidade” (*Guerra Cultural || Conceitualizando*, PCESP, 2019). Nesse antagonismo, isto é, nessa luta entre o bem e o mal, o inimigo comum é o conjunto de atores envolvidos no projeto de destruição dos valores tradicionais, que na visão da extrema-direita, dão sustentação à “civilização judaico-cristã” (*Guerra Cultural || Conceitualizando 002*, PCESP, 2019). Nessa batalha contra o mal, onde a extrema-direita representaria o bem, o inimigo é,

(...) via de regra, associado à esquerda, indo desde partidos políticos, passando por movimentos sociais e até mesmo indivíduos. É só pensar em toda a ideia por trás da figura do professor doutrinador. Esses valores que se pretende defender tem caráter religioso, sexual, comportamental, ideológico, e caberia aos homens e mulheres de bem lutar em todas as instâncias da sociedade e do Estado para preservá-los. Essa disputa é vista como cultural porque ela se daria no campo das ideias, dos costumes, das mentalidades. Muitas vezes ela assume a forma de teorias da conspiração, como quando se fala de coisas como agenda globalista ou marxismo cultural (*Guerra Cultural || Conceitualizando*, PCESP, 2019).

Segundo o PCESP (2019), chavões como “agenda globalista” e “marxismo cultural” são ornamentos que potencializam a figura do inimigo a ser combatido. O coletivo trabalha com a tese, também presente na obra de Castro Rocha (2021), de que esse conjunto de chavões integra um programa de estratégias discursivas, cuja finalidade é a deslegitimação das “lutas anti-opressão como o feminismo e o combate ao

¹⁴⁹ "Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico". *Rede TVT*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u_OmbKMwiGk. Acesso em: 23/08/2023.

¹⁵⁰ Guerra Cultural || Conceitualizando 002 ||. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Disponível em: <https://youtu.be/LBmLkXPTVBM>. Acesso em: 24/08/2023.

racismo e LGBTfobia”. Um conjunto de lutas que, para a extrema-direita, fazem parte “de um esquema maligno para destruir a família tradicional”, “demandas democráticas” que deveriam “ser excluídas do espaço das lutas políticas” (*Guerra Cultural || Conceitualizando*, PCESP, 2019).

Nesse episódio do PCESP que discute a questão da guerra cultural, identifiquei algumas características – que não se diferem muito das teorizações de Castro Rocha – dessa disputa por corações, corpos e mentes:

a. a presença de uma disputa ideológica: a guerra cultural é uma disputa que ocorre no campo das ideias, dos costumes e das mentalidades na sociedade e no Estado, e se dá mediante uma luta entre duas diferentes visões de mundo e valores;

b. uma narrativa maniqueísta: essa guerra cultural é baseada em uma narrativa segundo a qual o campo da moral e dos costumes se encontra sob influência ou das forças do bem ou das forças do mal;

c. o inimigo é associado à esquerda do espectro político: nessa guerra cultural, o inimigo é, de modo recorrente, associado ao espectro esquerdo do universo político, com seus partidos, pautas, bandeiras e movimentos sociais. A esquerda é tida como a responsável pela destruição dos valores tradicionais;

d. forte presença de teorias da conspiração: essa guerra cultural envolve a propagação de teorias da conspiração, como a ideia da existência de uma agenda globalista ou de uma mão invisível do marxismo cultural;

e. fortalecimento de uma unidade política e ideológica: como elemento de coesão, essa guerra cultural conecta a extrema-direita em torno da ideia de uma identidade comum.

Essas características estão relacionadas com uma série de procedimentos estratégicos:

a. propagação, por meio de um ciberativismo engajado, de teorias da conspiração;

b. um trabalho incessante em prol da ininterrupta construção ou identificação de inimigos;

c. utilização de um robusto conjunto de símbolos e um trabalho bem estruturado na fabricação de memes. Nesse contexto, o PCESP enfatiza a utilidade, na extrema-

direita, da simbologia do “Deus vult”,¹⁵¹ “que remete a uma visão idealizada das cruzadas como forma de unir esses agentes políticos” (*Guerra Cultural || Conceitualizando*, PCESP, 2019).

Abaixo, apresento três trechos de discursos¹⁵² de Olavo de Carvalho, transcritos por Castro Rocha (2021) e verificados por mim na própria fonte. Os excertos enfatizam o caráter pedagógico de suas “aulas”, regadas a rancor e ressentimento, comprovando que essa guerra cultural – uma expressão que deve ser lida em sua literalidade, não como metáfora – tem um campo específico, o campo da educação e produção intelectual:

Meus alunos – e praticamente só eles – já estão criando a nova alta cultura do Brasil, que jogará na lata de lixo do esquecimento TODA a subcultura universitária e jornalística das três ou quatro últimas décadas (Olavo de Carvalho, Facebook, 20/06/2016).¹⁵³

Meus alunos são mais cultos e escrevem melhor do que qualquer jornalista ou professor universitário desses que vivem brilhando na mídia. Descontados uns poucos sobreviventes de gerações anteriores, ELES, e mais ninguém, são a alta cultura brasileira (Olavo de Carvalho, Facebook, 9/02/2019).¹⁵⁴

MEUS ALUNOS SUPERAM, EM QUANTIDADE E QUALIDADE, A PRODUÇÃO CULTURAL DE QUALQUER UNIVERSIDADE BRASILEIRA. E NÃO CUSTAM AO POVO UM TOSTÃO EM IMPOSTOS. SEGUNDO A FÔIA, ISSO É FASCISMO (Olavo de Carvalho, Twitter, 4/12/2019).¹⁵⁵

5.2 Vontade de matar

Minha especialidade é matar (Jair Messias Bolsonaro).

Em 22 de outubro de 2018, seis dias antes do segundo turno das eleições que decidiriam os rumos do país nos próximos quatro anos, foi ao ar, pela TV Revista Cult,

¹⁵¹ “‘Deus vult’, expressão do latim que em português significa ‘Deus quer’, vem estampando camisetas, textos, tatuagens e tweets da extrema direita mundial desde que Donald Trump resolveu se lançar candidato à presidência dos EUA, em 2016”. Fonte: “Deus vult: uma velha expressão na boca da extrema direita”. *Pública*. Disponível em: <https://apublica.org/2019/04/deus-vult-uma-velha-expressao-na-boca-da-extrema-direita/>. Acesso em: 24/08/2023.

¹⁵² Esses discursos foram transcritos por Castro Rocha, na página 79 de sua obra *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, mas optei por acessá-los na fonte, indicada pelo próprio autor.

¹⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/654414911377253>. Acesso em: 25/08/2023.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/1227342774084461>. Acesso em: 25/08/2023.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://twitter.com/olavoopressor/status/1202405274776211456>. Acesso em: 25/08/2023.

um programa¹⁵⁶ no qual, em tom alarmante, Vladimir Safatle comentava características do fascismo, termo muito usado nas eleições daquele ano. Para Safatle, o termo havia sido empregado diversas vezes “para descrever formas de discurso e posições políticas”, mas não discutido naquilo que realmente significava. Para ele, o entendimento acerca do fascismo passava por quatro elementos: 1) “o culto da violência”, 2) a “ressurreição do Estado-nação na sua versão paranoica”, 3) a “insensibilidade absoluta com as classes vulneráveis”, e a 4) “deposição da força popular em prol da liderança fora da lei”.

Culto da violência – “trata-se de acreditar que a impotência da vida ordinária e da espoliação vai ser vencida por intermédio da força individual daqueles que, enfim, teriam o direito de saírem armados”, e “de falar o que quiser sem se preocupar com aquilo que eles chamam de ‘ditadura do politicamente correto’”. O fascismo, explica Safatle, “oferece uma certa forma de liberdade”, se construindo a partir da “vampirização da revolta”. E essa liberdade “se transforma na liberação da violência”, em um ritual de “conjugação entre a ordem e a desordem”, a “desordem” fantasiada de “ordem”, um processo de brutalização de “toda e qualquer relação social”. E um dos piores efeitos de um “governo fascista”, explica Safatle, é “criar uma sociedade à sua imagem e semelhança”. Como disse Jair Bolsonaro: “Eu sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também”.

Na sua “ressurreição em versão paranoica”, o Estado-nação se coloca como o “último refúgio” daquilo que me é próprio: “meu território”, “meu país”, “minha língua”, “meus costumes”, assim como “minha miséria”, “minha violência” e “meu sufocamento” – “eu... eu... eu...”. Safatle explica que esse sentimento de comunidade proporcionado pela ressurreição do Estado-nação em sua versão paranoica, essa comunidade nacional é o avesso do comum; é somente a forma dilatada do que me é próprio, que surge como “expressão básica do medo como afeto político central”, “numa pátria construída através do genocídio dos índios e da escravização dos negros”.

Em sua “insensibilidade absoluta com as classes [e grupos] vulneráveis”, o fascismo é o desmoronamento da “possibilidade de solidariedade genérica”, uma apatia que é a expressão de um “desejo” de que não haja transformação das “estruturas de visibilidade da vida social”, porque, enfatiza Safatle, “toda política é uma questão de

¹⁵⁶ “O que é fascismo, com Vladimir Safatle”. *TV Revista Cult*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yपुरfdlPmU&list=PLF3qtkVKsuWJLLmqJhZjIqImnJLSCyYPN&index=8&t=20s>. Acesso em: 26/08/2023.

circuito de afetos e de estrutura de visibilidade”, e na vida social a existência passa pelo reconhecimento.

Na “deposição da força popular em prol da liderança fora da lei”, uma das bases do fascismo é a “colonização do desejo anti-institucional pela própria ordem”. Ao ser liberado, esse desejo anti-institucional pode criar poderes que retornam às mãos do povo, e isso se dá num abandono da democracia representativa para a transferência da deliberação e “gestão pra imanência do povo”. Só que o fascismo faz dessa anti-institucionalidade um “clamor pela mão forte do governo” [e do Braço Forte e Mão Amiga], revelado em um líder que “parece estar acima da lei”, que fala o que quer sem responsabilidade nem culpa. E esse líder expõe suas mais nefastas emoções sem se preocupar com os efeitos, e a demonstração desses desejos “mais baixos de violência” se manifesta como “expressão de liberdade conquistada”. Daí a necessidade de esses líderes fascistas parecerem “cômicos”, porque, nesse processo de ironização, se tornam uma combinação entre militar e “palhaços de circo”. Mas nesse palco circense, “o que é real?”; “o que é bravata?”. Só eles mesmos sabem, responde Safatle. Isso é uma “mistura entre ordem e desordem, lei e anomia”; e “isso é fascismo”.

Talvez Vladimir Safatle não soubesse, mas em suas palavras havia o prenúncio de um programa político calcado em catástrofe humanitária, genocídio, ecocídio, na eclosão de execuções extraoficiais praticadas por agentes da segurança pública, na perseguição de minorias vulneráveis, no aumento exponencial de manifestações racistas, na criminalização de professores, na retirada de direitos sociais e coletivos, no agravamento da pobreza e na tentativa de implosão das instituições democráticas.

Descrito por Michael Löwy (2021)¹⁵⁷ como “governo neofascista”, a gestão Bolsonaro realizou uma administração “ecocida” do meio ambiente, assumindo, ao lado do governo Trump, posição de liderança “numa verdadeira guerra do capitalismo contra a Natureza” (LÖWY, 2021). Em um discurso dirigido para os exploradores do garimpo de Serra Pelada (PA), o ex-presidente afirmou que “o interesse na Amazônia não” era o índio, “nem na porra da árvore”, mas no minério.¹⁵⁸ Sob justificativa de ocupar a Amazônia para promoção do “desenvolvimento”, a intenção do ex-presidente da República não passava da tentativa de materializar uma antiga sanha dos militares do

¹⁵⁷ “O que é ecossocialismo? | Michael Löwy”. *TV Boitempo*. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=gbMbkB6tDjY>. Acesso em 28 de agosto de 2023.

¹⁵⁸ “Sempre foi o minério: sobre o projeto ‘Barão do Rio Branco’”. *Carta Capital*. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/sempre-foi-o-minerio-sobre-o-projeto-barao-do-rio-branco/>.

Acesso em: 28/08/2023.

período da ditadura, “o antigo sonho militar de povoar a Amazônia, com o pretexto de desenvolver a região e proteger a fronteira norte do país”, dizia uma matéria¹⁵⁹ que teve acesso a “documentos inéditos obtidos pelo Intercept”. Segundo a matéria, o crescente desmatamento e queimadas na Amazônia têm relação com a política de afrouxamento da fiscalização ambiental do governo Bolsonaro.

Em 2022, último ano da gestão Bolsonaro, a Amazônia teve seu maior desmatamento dos últimos 15 anos, segundo dados do Imazon,¹⁶⁰ enquanto no primeiro semestre de 2023, início do governo Lula, teve a menor nos últimos 3 anos¹⁶¹ (que estavam sob a administração Bolsonaro). Para Bignotto (2022),

Bolsonaro no poder é a confluência de uma ideia com um líder que tornou visível e aplicável um conjunto de proposições, mais ou menos extremadas, que já faziam parte do universo político brasileiro mas não haviam encontrado o canal adequado para sua plena realização. Um exemplo é a fúria de destruição do meio ambiente, que já era propagada por políticos ligados ao comércio de madeira e ao agronegócio, mas que, até então, era confrontada por grupos ecologistas, brasileiros e internacionais, e por forças políticas internas. Com Bolsonaro, a pauta antiambientalista pôde avançar rumo à destruição de biomas antes considerados intocáveis (p. 138).

Segundo Bruno Araújo e Safira Soares Campos (2021), o “discurso antiambientalista” se configurou como uma das características do “populismo autoritário de Jair Bolsonaro”, e no “contexto ambiental”, sobressaíram-se não somente “aspectos negacionistas” e “nacionalistas”, mas de natureza “racistas e autoritários” (p. 142-143).¹⁶²

Em julho de 2021, a Articulação dos Povos indígenas do Brasil (APIB) apresentou ao Tribunal Penal Internacional uma denúncia de genocídio e ecocídio contra o ex-presidente da República, conforme matéria publicada pelo Jornal El País. Junto a entidades representantes da sociedade civil e movimentos sociais, “uma comissão internacional de 12 juristas tipificou o ecocídio como um crime contra o

¹⁵⁹ “MOVIDO A PARANOIA: Documentos e áudios inéditos mostram plano de Bolsonaro para povoar Amazônia contra chineses, ONGs e Igreja Católica”. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/>. Acesso em: 28/08/2023.

¹⁶⁰ “Em 2022, Amazônia teve maior desmatamento em 15 anos, diz Imazon”. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2023-01/em-2022-amazonia-teve-maior-desmatamento-em-15-anos-diz-imazon>. Acesso em: 28/08/2023.

¹⁶¹ “Desmatamento na Amazônia no primeiro semestre é o menor dos últimos três anos”. *gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/desmatamento-na-amazonia-no-primeiro-semestre-e-o-menor-dos-ultimos-quatros-anos>. Acesso em: 28/08/2023.

¹⁶² “Populismo Autoritário e Meio Ambiente no Brasil”. *Media & Jornalismo*. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/10273>. Acesso em: 29/08/2023.

conjunto da humanidade, mas sobretudo contra o planeta” (EL PAÍS, 2021). Assim, no dia 02 de fevereiro de 2022, o Tribunal Penal Internacional recebeu a denúncia que colocava Jair Bolsonaro como responsável pelos crimes de genocídio, ecocídio e crimes contra a humanidade.¹⁶³ Sob a gestão Bolsonaro, as mortes dos Yanomamis cresceram em 331%, segundo dados obtidos pela BBC News Brasil:¹⁶⁴

Entre 2019 e 2022, 177 indígenas do povo yanomami morreram por algum tipo de desnutrição, segundo dados do Ministério da Saúde. Nos quatro anos anteriores, foram 41 mortes. O crescimento pode ser ainda maior, porque os dados referentes a 2022 ainda estão sendo contabilizados. Nas últimas semanas, o governo federal [sob administração de Lula] decretou estado de emergência por conta do agravamento das condições de saúde dos yanomami (BBC NEWS BRASIL, 2023).

Para muitos (e faço parte desse grupo), o genocídio dos yanomamis foi fruto de ação intencional e consciente. Para outros, mero descaso ou incompetência administrativa. No núcleo duro da militância bolsonarista, o episódio foi visto com desprezo e negacionismo, se tornando material de contrapropaganda:

Reportagens antigas com relatos de fome, desnutrição e invasões garimpeiras no território Yanomami nos últimos 15 anos ganharam as redes sociais recentemente. Mas o material raramente é usado para evidenciar a desestabilização do modo de vida dos mais de 30 mil indígenas que habitam o território entre os Estados de Roraima e Amazonas¹⁶⁵ (ESTADÃO, 2023).

Segundo reportou o Estadão, o material reunido pela militância de extrema-direita tinha como objetivo defender o ex-presidente das acusações de responsabilidade pela crise humanitária.

Uma matéria publicada pelo The Intercept Brasil (2023) denunciou uma ativa participação de militares bolsonaristas no episódio conhecido como genocídio dos Yanomamis:

¹⁶³ “Tribunal Penal Internacional recebe denúncia da CPI contra Bolsonaro por crime contra a humanidade”. *g1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/10/cpi-da-covid-entrega-ao-tribunal-penal-internacional-denuncia-que-acusa-bolsonaro-de-crime-contra-a-humanidade.ghtml>. Acesso em: 29/08/2023.

¹⁶⁴ “Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%”. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rp1do>. Acesso em: 29/08/2023.

¹⁶⁵ “Bolsonaristas resgatam reportagens antigas sobre Yanomamis para defender ex-presidente nas redes”. *Estadão*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/reportagens-antigas-yanomamis-bolsonaro/>. Acesso em: 27/01/2023.

Não é que os militares simplesmente permitiram a garimpagem em áreas indígenas. Eles atuaram em conluio com os garimpeiros. Militares do Sétimo Batalhão de Infantaria da Selva por exemplo, chegaram a ter um grupo de WhatsApp com garimpeiros da região Yanomami para poder avisá-los sobre eventuais ações desencadeadas ali. Esse é apenas um exemplo. Há uma pororoca de outros que mostram como os ataques dos militares contra os povos indígenas¹⁶⁶ (THE INTERCEPT BRASIL, 2023).

A denúncia realizada pelo The Intercept Brasil confirmou a ressurreição de um antigo projeto da Ditadura Militar contra os povos originários: torná-los mão de obra ou extingui-los.

Em novembro de 2022, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) publicou o *Dossiê ABRASCO: Pandemia de COVID-19*,¹⁶⁷ que apontava o Brasil [de Bolsonaro] como um dos “piores países do mundo no enfrentamento da COVID-19” (p. 102). O dossiê enumerou sete erros cometidos no combate à pandemia durante a gestão Bolsonaro:

1. baixa testagem, isolamento de casos e quarentena de contatos;
2. uso de uma abordagem clínica, e não populacional, para enfrentar a pandemia;
3. desestímulo ao uso de máscaras;
4. promoção de tratamentos ineficazes;
5. atraso na compra de vacinas e desestímulo à vacinação;
6. falta de liderança do Ministério da Saúde e inexistência de um comitê de especialistas;
7. falta de uma política de comunicação unificada.

Segundo o documento, duas principais vertentes de ação política sustentaram o projeto de governança do mandato de Jair Bolsonaro:

(...) a vertente do bolsonarismo, movimento ideológico baseado na perspectiva antissistema, na truculência de corte fascista e na permanente oposição à ciência, e a vertente de corte neoliberal e fiscalista, que se apoia predominantemente em temas socioeconômicos – cuja expressão mais formalizada se deu ainda em 2016, no documento que consubstanciou as motivações para o impeachment de Dilma Rousseff e inspirou o projeto Ponte para o Futuro, do governo de Michel Temer. Outra característica do

¹⁶⁶ “Bolsonaro recuperou projeto da ditadura militar contra os Yanomami: mão de obra ou extinção”. The Intercept Brasil. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/01/28/bolsonaro-recuperou-projeto-da-ditadura-militar-contr-os-yanomami-mao-de-obra-ou-extincao/>. Acesso em: 25/06/2022.

¹⁶⁷ “Dossiê ABRASCO: Pandemia de COVID-19”. ABRASCO. Disponível em https://ss-usa.s3.amazonaws.com/c/308481554/media/1824637bb2d1e9e9d74927413860285/Abrasco_Dossie_Pademia_de_Covid-19_versao2.pdf. Acesso em: 29/08/2023.

projeto Bolsonaro diz respeito ao sequestro de dados e informações. Mais do que uma consequência colateral e passiva da incompetência e do desmonte institucional, parece ser um projeto, parte integrante do exercício do poder (ABRASCO, 2022, p. 79).

Esse projeto de governança de “perspectiva antissistema”, “truculência de corte fascista” e “permanente oposição à ciência”, adicionado à “vertente de corte neoliberal” resultou em “estratégia institucional de propagação do coronavírus”¹⁶⁸ (EL PAÍS, 2021). Além da série de estratégias no campo institucional, o comportamento, as práticas e as falas do ex-presidente deram prova de sua especialidade para matar.¹⁶⁹

Durante o ano que se passou, obviamente, temos momentos de crise. Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga. Alguns da imprensa conseguiram fazer de uma crise a queda do preço do petróleo (Fala de Jair Bolsonaro, em 10/03/2020).

Porque não vai, no meu entender, conter a expansão desta forma muito rígida. Devemos tomar providências porque pode, sim, transformar em uma questão bastante grave a questão do vírus no Brasil, mas sem histeria (Fala de Jair Bolsonaro, em 15/03/2020).

Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não. Se o médico ou o ministro me recomendar um novo exame, eu farei. Caso contrário, me comportarei como qualquer um de vocês aqui presentes [sem uso de máscara nem distanciamento] (Fala de Jair Bolsonaro, em 20/03/2020).

Eu acho que não vai chegar a esse ponto [do número de casos confirmados nos Estados Unidos]. Até porque o brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali. Ele sai, mergulha e não acontece nada com ele (Fala de Jair Bolsonaro, em 26/03/2020).

E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre (Fala de Jair Bolsonaro, em 28/04/2020).

Toma [cloroquina] quem quiser; quem não quiser, não toma. Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda toma Tubaina (Fala de Jair Bolsonaro, em 19/05/2020).

Tudo agora é pandemia. Tem que acabar com esse negócio. Lamento os mortos, todos nós vamos morrer um dia. Não adianta fugir disso, fugir da realidade, tem que deixar de ser um país de maricas (Fala de Jair Bolsonaro, em 10/11/2020).

Tem idiota que a gente vê nas mídias sociais, na imprensa, né?... Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe (Fala de Jair Bolsonaro, em 4/03/2021).¹⁷⁰

¹⁶⁸ “Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma ‘estratégia institucional de propagação do coronavírus’”. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 29/08/2023.

¹⁶⁹ “O enfrentamento da pandemia pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) (...) [esteve] entre os piores do mundo e permitiu 75% das quase 690 mil mortes pela covid no Brasil. Ou seja, 517 mil, segundo especialistas”. Esses dados publicados pela Rede Brasil Atual foram extraídos do *Dossiê ABRASCO*, disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil/>. Acesso em: 29/08/2023.

¹⁷⁰ “Em 15 frases, relembre desprezo de Bolsonaro no combate à pandemia da Covid-19”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/em-15-frases-relembre-desprezo-de-bolsonaro-pela-pandemia-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 29/08/2023.

No tocante à retirada de direitos trabalhistas, iniciada durante a gestão Michel Temer, principalmente a partir da Reforma Trabalhista, o governo de Jair Bolsonaro agravou o quadro das desigualdades sociais por intermédio da Lei da Liberdade e da Reforma da Previdência, ambas aprovadas em seu governo. Segundo o *Dossiê ABRASCO*, o desmonte das estruturas de seguridade promoveu desproteção social, proporcionou um aumento da pobreza e reduziu o poder de organização e reivindicação dos trabalhadores, ao promover “o enfraquecimento do movimento sindical”, “a desconstrução das normas coletivas de contratação do trabalho”, “a superexploração do trabalho”, e a “criação de barreiras para o acesso aos benefícios previdenciários, aumentando o tempo de trabalho e reduzindo o valor dos benefícios por meio da Reforma Previdenciária (EC 103/2019)” (ABRASCO, 2022, p. 67-68).

Apesar dos importantes avanços e conquistas no âmbito jurídico ocorridos nos últimos anos, o governo Bolsonaro e sua militância conservadora representaram e representam uma grave ameaça às minorias LGBTQIA+. Na mobilização de “valores associados à defesa da família tradicional, à heterossexualidade compulsória e a uma visão de mundo religiosa”, as bandeiras do ex-presidente “refletem o êxito de um pânico moral há tempos alimentado e que coloca em linha de tiro, precisamente, a comunidade LGBT”¹⁷¹ (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2019). Segundo o Grupo Gay da Bahia (2021),

(...) a homofobia é uma tragédia mortífera presente no cotidiano da sociedade brasileira e sua face mais perversa é o suicídio. Entre as vítimas está o dentista Gustavo dos Santos Lima, 27, encontrado sem vida no dia 14 de outubro de 2021, em Campo Grande (MS). Sua morte ocorreu dias depois de uma mãe recusar que sua filha fosse vacinada “por um viado”, ocasião em que a vítima atuava como voluntário na vacinação contra a Covid-19¹⁷² (GRUPO GAY DA BAHIA, 2021, p. 9).

Segundo o relatório de 2021 do Grupo Gay da Bahia, “300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2021, p. 01). Segundo matéria publicada em 2018 na página do Senado, o Brasil é o país que

¹⁷¹ “Os direitos LGBT sob o governo Bolsonaro”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-direitos-lgbt-sob-o-governo-de-bolsonaro/>. Acesso em: 29/08/2023.

¹⁷² “Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2021”. *Grupo Gay da Bahia*. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>. Acesso em: 29/08/2023.

mais assassina homossexuais no mundo.¹⁷³

Em 2021, a Coalizão Negra por Direitos denunciou Sérgio Camargo, à época presidente da Fundação Palmares, à ONU por violações dos direitos humanos. Na denúncia, o grupo citou “constantes ataques ao patrimônio histórico e cultural da população negra e aos direitos humanos, bem como os constantes ataques a jornalistas e ao trabalho de comunicação voltados às denúncias públicas sobre temas relacionados a racismo”¹⁷⁴. Segundo o documento, foram “graves e constantes os ataques promovidos por Sérgio Camargo”, que na época havia “trilhado uma cruzada ideológica contrária aos direitos humanos e às conquistas de direitos da população negra” (g1, 2021). O portal Poder 360 (2021) deu a Camargo o apelido de “Black Ustra”.¹⁷⁵

Em 2021, a Anistia Internacional publicou o relatório *1000 sem direitos: as violações do governo Bolsonaro*.¹⁷⁶ Dentre as violações de direitos humanos catalogadas no relatório, estão:

(...) gestão da pandemia, liberdade de expressão/redução do espaço cívico (ataques à imprensa), discursos antidireitos humanos na ONU, direitos de povos indígenas e outras comunidades tradicionais e violações de direitos humanos na Amazônia, política de segurança pública (aumento do acesso a armamentos), ameaças ao Estado de Direito (ANISTIA INTERNACIONAL, 2021).

“Não se mata só por efeito colateral, por cálculo equivocado de riscos [ou] por escolhas trágicas de custo-benefício” (MENDES, 2022). Modos de matar também são chancelados e outorgados pelo Estado, por exemplo, quando em vez de se voltar para elaboração de políticas públicas de assistência social, educação, saúde e facilitação de acesso aos bens de serviço e consumo, principalmente aos mais necessitados, há o financiamento, econômico e afetivo da atividade policial para fins de extermínio, perpetuando a lógica do combate ao “inimigo interno”, ou mesmo quando se financia,

¹⁷³ “Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo”. *Senado Federal*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 29/08/2023.

¹⁷⁴ “Coalizão de movimentos negros denuncia Sérgio Camargo à ONU por violações de direitos humanos”. *g1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/22/coalizao-de-movimentos-negros-denuncia-sergio-camargo-a-onu-por-violacoes-de-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

¹⁷⁵ “De tímido jornalista a Black Ustra: Sérgio Camargo coleciona controvérsias antes de Bolsonaro”. *Poder 360*. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/de-timido-jornalista-a-black-ustra-sergio-camargo-coleciona-controversias-antes-de-bolsonaro/>. Acesso em: 21/01/2022.

¹⁷⁶ Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-viola%C3%A7%C3%B5es-do-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 15/09/2022.

também econômica e afetivamente, um esquema de sabotagem para prejudicar a distribuição de vacinas. Sendo assim, “Bolsonaro alçou esses dispositivos letais a outro patamar”, dando corpo ao seu projeto das *21 técnicas de matar em silêncio*¹⁷⁷ (MENDES, 2022).

Esther Solano¹⁷⁸ (2018) afirma que estamos no “fim da era dos pactos” que fundaram as democracias, porém também estamos diante de outros, restando saber diante de quais seus tipos. Esse novo tipo de pacto que dá lugar a uma nova forma, que ela chama de “pós-fascismo à Bolsonaro”, resultante de um processo de “bolsonarização da esfera e do debate públicos”, e que traz consigo o perigo da popularização e da aceitação do discurso de ódio. Para Esther Solano (2018), dois elementos e forças se conectam em uma dinâmica que deu lugar à “bolsonarização” da esfera pública: o 1º elemento é o que ela chama de “racionalidade neoliberal-ultraliberal,” uma noção que dialoga com a ideia da “nova razão do mundo”, de Dardot e Laval (2016), exposta em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*; o 2º elemento é o que ela denomina por “racionalidade de efeito lava-jatista”.

Uma característica essencial dessa racionalidade neoliberal-ultraliberal é que, para ela, a democracia nada mais é que um “mero acessório” para sua expansão, exercício e hegemonia. Se antes a democracia era tida como modelo do *welfare state*, aparentando ser, ao menos formalmente, compatível com (ou até dependente de) regimes de direitos, atualmente, na qualidade de “mero acessório”, o que se vê é que esse tipo de racionalidade é conflitante com a ideia de um regime político “minimamente inclusivo”. Essa conclusão da cientista social parte da observação dos incessantes ataques às democracias de países periféricos, como, por exemplo, da América Latina e da África. Solano trabalha com a noção de democracia em sua expressão mais simplificada ou elementar, em “sua definição mais básica”: como “possibilidade do convívio coletivo” e “construção de um futuro político coletivo”. E por que motivo essa racionalidade, que há algum tempo atrás se mostrou afeita ao Estado de Bem-Estar Social, agora se mostra colidente com a ideia de um regime político de direitos? Ora, “porque os direitos são incompatíveis com o sistema ultraliberal”. Esse ultraliberalismo, resalta Solano, se edifica na lógica da acumulação

¹⁷⁷ “21 técnicas de matar em silêncio”, Conrado Hübner Mendes. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2022/02/21-tecnicas-de-matar-em-silencio.shtml>. Acesso em: 04/02/2022.

¹⁷⁸ “A ‘bolsonarização’ da esfera pública // por Esther Solano”. *TV Boitempo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JrnpiscANN0>. Acesso em: 03/01/2022.

de capital “cada vez maior, em mão de menos” – a lógica dos “1% versus os 99%”. Ela afirma que, em sua “dinâmica predatória”, “selvagem” e “animalística”, essa racionalidade ultraliberal é “absolutamente incompatível com uma democracia de mínimos”. Além disso, seguindo a lógica dessa racionalidade, os direitos se tornam obstáculos com “os quais temos que acabar”. Em suma, essa racionalidade ultraliberal-neoliberal passa, necessariamente, pela ideia do hiper-individualismo,¹⁷⁹ algo que compreende uma “rejeição à lógica do tecido coletivo” e estabelece uma aliança com o neoconservadorismo. Esse neoconservadorismo é composto por forças que atuam de modo complementar e convergente com a ideia de “ordem” como “questão existencial e ontológica”. Existencial porque constitui de modo forte o tecido da existência, e ontológica porque institui uma visão de mundo, uma janela para a realidade: “precisamos de ordem na nossa vida porque está tudo bagunçado, um caos, uma desordem”. É a partir dessa visão de mundo neoconservadora que o voto em Bolsonaro se justifica: um “voto que qualifica a rebeldia conservadora e antipolítica”, que fermenta o terreno da “politização da antipolítica”, “antiestablishment”, uma rebeldia voltada ao passado, que traz consigo um “saudosismo melancólico” fundado na ideia de que esse passado era, de fato, organizado, um lugar “onde as hierarquias sociais estavam muito mais definidas” (SOLANO, 2018). Nesse mundo do agora, do tempo presente, do caos que contrasta com a ordem pretérita,

(...) a força do anti-identitarismo e do antipoliticamente correto é importantíssimo para entender o voto dessa *new right*: importante para entender o voto de Trump, importante para entender o voto da Marine Le Pen, e importante para entender o movimento bolsonarista (SOLANO, 2018).

Essa nova direita, afirma Solano (2018), traz também a marca de um forte sentimento anti-igualitário. Seu ódio ao pobre é o reflexo de um medo à ameaça de “mobilidade ascendente” dessa parcela da população: “se é pobre, que fique na favela dele; se é pobre, que não venha no meu shopping” – essa ideia vai ao encontro da análise que fiz acerca do uso do funk, um estilo musical que vem das favelas para dar ritmo à teoria da luta de classes.

Conectado com a racionalidade neoliberal-ultraliberal, a racionalidade de efeito lava-jatista é o outro elemento que compõe o “fim da era dos pactos”, caracterizado pela

¹⁷⁹ Essa ideia do hiper-individualismo foi bem explorada a partir da noção do *neossujeito*, no ensaio de Dardot e Laval (2016) e será tratada ainda nesta seção.

espetacularização do suposto combate à corrupção e sua dependência da opinião pública, “como se a opinião pública fosse um elemento dessa ideia do combate à corrupção”. Foi nessa mecânica que houve a mobilização da imprensa em torno do “juiz *pop star*”, com “uma superexposição egóica” de sua figura. A “militância do juiz que politiza o judiciário”, combinada com a “militância do poder judiciário televisionada”, resultou naquilo que Solano (2018) chama de “teatralidade da justiça”:

O lava-jatismo tem uma justiça do inimigo, porque o político corrupto não é um cidadão de direito, mas um inimigo que tenho que aniquilar, abater e, nessa lógica, a noção de Estado de Direito é uma metáfora inexistente. Como essa retórica, o tempo todo, é uma luta moralista do bem contra o mal, uma lógica messiânica da justiça, então não é o sistema da justiça, mas os grandes heróis salvadores, uma ideia hiper individualista do juiz que representa o bem na luta contra o mal. Quando eu perguntava pela [operação] Lava Jato, as pessoas quase nunca falavam no termo “justiça”, elas falavam “nós temos que limpar o Brasil, o juiz Sérgio Moro tem uma tarefa, a missão de passar o Brasil a limpo”. Olha que linguagem protofascista, uma lógica bélica, abater o inimigo, um inimigo teatral (SOLANO, 2018).

Baseada em suas pesquisas com bolsonaristas desde 2017, recentemente a socióloga Esther Solano disse à Folha de São Paulo¹⁸⁰ “estar convencida de que o bolsonarismo é também uma forma de entender o mundo (...) [e] que não se limita a uma visão antipolítica e anti-PT”: trata-se de um movimento “estruturante”.

Em *Brasil, país do passado*,¹⁸¹ Starling (2022) denomina Bolsonaro como um “reacionário” (p. 65) e afirma: para que seu projeto de governo seja executado “com os ingredientes de sangue e morte anunciados” (p. 68) em 2016, ele “depende da utilização em larga escala de mecanismos de controle e coerção sobre a sociedade” (p. 68) – e aqui, dentre outros episódios, basta que se recorde do dossiê¹⁸² que trazia nomes e dados diversos, como profissões e endereços de sujeitos autodeclarados “antifascistas”. O projeto de poder dessa nova direita que se coloca diante de nós – e que vai além de Bolsonaro – precisa “destruir a liberdade política, fazer uso da repressão contra o pluralismo de opiniões, suprimir os conflitos, arbitrar a vida social por meio da

¹⁸⁰ “Bolsonarismo representa forma de entender o mundo, é estruturante, diz socióloga”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/bolsonarismo-representa-forma-de-entender-o-mundo-e-estruturante-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 30/04/2023.

¹⁸¹ STARLING, Murgel Heloísa. *Brasil, país do Passado*. In.: BIGNOTTO; LAGO; STARLING. *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

¹⁸² “Lista de nomes ‘antifascistas’ cria clima de tensão e resistência às vésperas de novo ato pró-democracia”. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-06-05/lista-de-nomes-antifascistas-cria-clima-de-tensao-e-resistencia-as-vesperas-de-novo-ato-pro-democracia.html>. Acesso em: 06/06/2020.

violência” (STARLING, 2022, p. 68).

Sua matriz discursiva não depende de reflexão, nem inclui método de pensamento. É emocional. Ela se espalha pela sociedade através de um circuito de sentimentos recorrentes que convocam ao engajamento político, destroem o que resta do espaço público e contaminam as relações privadas. A língua de Bolsonaro – o bolsonarismo – se propaga muito depressa, no Brasil, transmitida por afetos tristes: ressentimento, nostalgia, intransigência, ameaça (STARLING, 2022, p. 85).

Ora, “poucos candidatos foram tão cândidos” na exposição de suas intenções: “A faxina agora será muito mais ampla”, “Ou vão pra fora ou vão pra cadeia”, “Petralhada vai tudo pra ponta da praia”. Em dez minutos de discurso, Bolsonaro prometia uma só coisa: a morte” (BIGNOTTO; LAGO; STARLING, 2022, p. 6).

Na visão de Castro Rocha (2023), três elementos caracterizam e conferem coesão ao bolsonarismo: 1) uma “tradução de certo aspecto da Doutrina de Segurança Nacional” (DSN); 2) “o Orvil, (...) livro vingança”; 3) “*o sistema de crenças Olavo de Carvalho*” (p. 55-61, *grifos do autor*).

Elaborada no período da Guerra Fria, a DSN tinha como função “a proteção do espaço nacional por meio da obsessiva identificação do inimigo externo” (p. 56). A DSN foi adaptada pela Escola Superior de Guerra, de acordo com a conjuntura da Ditadura Militar. Na composição da “mentalidade bolsonarista”, ela ocupa o lugar da “identificação e eliminação do inimigo” (CASTRO ROCHA, 2023, p. 56).

Mais que “uma lista caótica dos pecados do inimigo”, o Orvil é o documento que concebeu a “matriz narrativa conspiratória que constitui a essência do bolsonarismo”, e portanto, ilumina a origem daquilo que Castro Rocha denomina “*arquitetura da destruição*” (2023, p. 58, *grifos do autor*), uma característica do movimento. Em tempos de democracia, em um governo no qual “a tarefa de governar é secundária”, a DSN e o Orvil se articulam em torno da principal incumbência: “*destruir instituições ‘aparelhadas’ e corroer por dentro as estruturas do Estado democrático*” (CASTRO ROCHA, 2023, p. 60, *grifos do autor*).

O “sistema de crenças Olavo de Carvalho” – cujo “ingresso nas redes sociais” aperfeiçoou o conjunto de “estratégias discursivas” que deu corpo à sua “retórica do ódio” – forneceu a argamassa da “disseminação do embaraçoso *analfabetismo ideológico*”, uma mistura que produz polarizações “que inviabilizam a discussão de ideias no espaço público” (CASTRO ROCHA, 2023, p. 61, *grifos do autor*). Essa retórica do ódio trabalha em estrita consonância com a lógica da DSN, “limitando o

outro ao papel de antagonista, de inimigo a ser destruído” (CASTRO ROCHA, 2023, p. 61).

Outras noções trazidas por Castro Rocha (2023) que lançam luz à dinâmica da atuação desse movimento “que nos ameaça” são as ideias de “dissonância cognitiva coletiva” e “mídia esfera extremista” (p. 85, *grifos do autor*). Dissonância cognitiva “é um desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos” (p. 86). O autor traz esse conceito a partir da Teoria da dissonância cognitiva, de Leon Festinger (1957), um estudioso da psicologia social. Um caso notório da dissonância cognitiva coletiva recordado por Castro Rocha foi o evento do 7 de setembro de 2021:¹⁸³

Ora, como reagiram os bolsonaristas após o 7 de setembro de 2021? Vale dizer: quando, após incitar sua base a violentas ações golpistas, o mito recuou e dócil, demasiadamente dócil, assinou uma cartinha contrita que, emasculação máxima, foi redigida por Michel Temer. E, ao que consta, em ligação para o ministro Alexandre de Moraes, não se esqueceu das lágrimas – muitas e nada caladas. (...) A suprema humilhação de Bolsonaro diante do ministro Alexandre de Moraes não esmoreceu o ânimo de seus seguidores para novas escaladas golpistas, com base em ridículas teorias conspiratórias a respeito das urnas eletrônicas (CASTRO ROCHA, 2023, p. 87-88).

De acordo com a noção de dissonância cognitiva coletiva apontada por Castro Rocha (2023), podemos pontuar o episódio em que Jair Bolsonaro, tido por seus seguidores como político “anticorrupção”, admite que o “pacote de joias recebido pelo governo brasileiro da Arábia Saudita na gestão passada foi listado” em seu acervo pessoal (CNN, 2023), de modo ilegal.¹⁸⁴ Mas sua militância segue em frente com narrativas que o desvinculam da prática de ladroagem:

O bolsonarismo já colocou a operação passa-pano na rua, mas todo dia um fato novo vem à tona, dificultando a fabricação de uma narrativa que absolve o ex-presidente. Bolsonaristas tentam vender a ideia pueril de que as joias são um mero presente pessoal dado pelo príncipe saudita ao casal presidencial

¹⁸³ “O que foi o 7 de Setembro bolsonarista? Cientistas políticos apontam intenções do ato e suas consequências”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/o-que-foi-o-7-de-setembro-bolsonarista-cientistas-politicos-apontam-intencoes-do-ato-e-suas-consequencias.shtml>. Acesso em: 01/09/2023.

¹⁸⁴ “A defesa de Jair Bolsonaro (PL) confirmou que o segundo pacote de joias recebido pelo governo brasileiro da Arábia Saudita na gestão passada foi listado no acervo privado do ex-presidente. Isso contraria a informação de que ele teria sido incorporado ao acervo da Presidência da República”, diz matéria publicada pela CNN: “Segundo pacote de joias está no acervo privado de Jair Bolsonaro”. *CNN*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/segundo-pacote-de-joias-esta-no-acervo-privado-de-jair-bolsonaro-diz-pf/>. Acesso em: 05/09/2023.

brasileiro (*The Intercept Brasil*, 2023).¹⁸⁵

“*Midiosfera extremista*”: em um “mundo dominado pela onipresença das redes sociais”, acrescente ao conjunto das certezas e convicções do movimento “que nos ameaça (...) o caráter *coletivo* de um poderoso circuito comunicativo e o caldo entorna: o caos cognitivo torna-se realidade alternativa” (CASTRO ROCHA, 2023, p. 88, *grifos do autor*). Portanto, midiosfera extremista é o conjunto estruturado dos instrumentos midiáticos que produzem “uma poderosa máquina de narrativas polarizadoras” (CASTRO ROCHA, 2023, p. 89), baseadas em notícias falsas e teorias da conspiração. A midiosfera extremista, descrita pelo autor como “combustível da retórica do ódio” (p. 89), funciona como um “complexo sistema integrado” que trabalha na produção de “conteúdo radicalizador”, de modo ininterrupto, sendo composta por cinco elementos, sendo “quatro internos e um externo”. Os quatro elementos internos são: 1) grupos de WhatsApp; 2) redes sociais, como Instagram, Facebook e Twitter; 3) canais no Youtube; e 4) um grupo de aplicativos como, por exemplo, o TV Bolsonaro.¹⁸⁶ O elemento externo – o quinto componente da midiosfera extremista – é a “mídia amiga”, o grupo de canais de TV e rádio que, ao dar voz às “fantasias mais lunáticas (...) desestabiliza seriamente a democracia e estimula, no limite do crime, o projeto autoritário do bolsonarismo” (CASTRO ROCHA, 2023, p. 90). “A fim de despolitizar a pólis, esteio de seu projeto político autoritário, o *bolsolavismo* tornou o Brasil um laboratório mundial de criação metódica de realidade paralela” (*idem*, p. 90).

Para o filósofo, jurista e atual Ministro dos Direitos Humanos Silvio Luiz de Almeida (2018), a compreensão acerca do risco de ruptura democrática passa pelo entendimento do que se pretende conservar em uma sociedade capitalista, pois nesse sistema econômico a “democracia é só um detalhe” (p. 31). Para o autor, em uma sociedade como a nossa, isto é, capitalista, liberais e conservadores precisam conservar, necessariamente, algumas relações, a fim de que se mantenha a reprodução do sistema a ser conservado; e essas relações são as “*formas sociais*” (ALMEIDA, 2018, p. 29, *grifos do autor*). Segundo Almeida, “as formas sociais básicas do capitalismo são a *forma*

¹⁸⁵ “A joia da corrupção do ex-presidente Bolsonaro”. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/03/11/a-joia-da-corrupcao-do-ex-presidente-bolsonaro-2/>. Acesso em: 12/03/2023.

¹⁸⁶ Fui até a Play Store e procurei pelo aplicativo “Bolsonaro TV”; até o momento, ele contava com mais de 18 mil avaliações extremamente positivas (nota de 4,8, numa avaliação que vai de 1 a 5), e mais de 8,1 milhões de downloads.

mercadoria, a forma dinheiro, a forma Estado e a forma jurídica” (ALMEIDA, 2018, p. 29, *grifos do autor*). Em uma sociedade capitalista, “um sujeito de direito” é o portador de mercadoria, e “a sociabilidade básica do capitalismo se manifesta pela troca generalizada de mercadorias”. Dessa forma, esse sujeito é sujeito de direito porque a “liberdade e a igualdade são condições primordiais da troca mercantil” (ALMEIDA, 2018, p. 29). Ou seja, Silvio de Almeida (2018) está nos dizendo que “o Estado sempre será, de um jeito ou de outro, uma força conservadora, na medida em que precisa atuar na preservação das formas sociais básicas do capitalismo” (p. 29). A dinâmica descrita por Almeida (2018) permite entender o endosso dos três poderes do nosso Estado Democrático de Direito – os ministros “guardiães da interpretação da Constituição”, os “canalhas”¹⁸⁷ e o Senado – ao Golpe de 2016. Também possibilita entender que a crença de que o Estado vai salvaguardar os direitos de garantia da vida, sobretudo das minorias ou dos mais vulneráveis é no mínimo uma ideia equivocada, pois “a defesa da legalidade” em um Estado de Direito diz respeito à proteção da “subjetividade jurídica no que esta tem de essencial à troca mercantil” (ALMEIDA, 2018, p. 31). Nesse ponto, o filósofo e jurista enfatiza que,

(...) nos períodos de crise, cuja característica fundamental é a impossibilidade de manter sob controle ideológico e político as contradições inerentes ao capitalismo, a democracia e a cidadania poderão e serão ultrapassadas pela necessidade de conservar as formas sociais, o que pode se dar de maneira episódica ou sistemática (ALMEIDA, 2018, p. 31).

Além das “formas sociais básicas do capitalismo” apontadas por Silvio Almeida (2018), essa tentativa de ruptura com a ordem democrática no Brasil foi a tentativa de conservar a forma clássica, pura ou bruta das máquinas de genocídio¹⁸⁸ e dos grupos de extermínio das polícias brasileiras,¹⁸⁹ com métodos de sabotagem da educação.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Termo usado por Jean Wyllys para se referir aos parlamentares da Câmara dos Deputados na ocasião do golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff em 2016. *Jornalistas Livres*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JN5TG3A4B38>. Acesso em: 30/04/2022.

¹⁸⁸ Aqui, refiro-me especificamente ao caso dos Yanomamis. Ver: “Por que governo Bolsonaro é investigado sob suspeita de genocídio contra yanomami”. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U2vVLpir7kQ>. Acesso em: 28/01/2023.

¹⁸⁹ “Relatório aponta aumento da violência policial e ataques à democracia”. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2023-01/relatorio-aponta-aumento-da-violencia-policial-e-ataques-democracia>. Acesso em: 13/01/2023.

¹⁹⁰ “Gestão Bolsonaro na educação é pior da história, diz Priscila Cruz”. *UOL*. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/05/11/priscila-cruz-todos-pela-educacao-gestao-bolsonaro.htm>. Acesso em: 20/06/2022.

Neste ponto, vale retomar o conceito de necropolítica, de autoria do filósofo camaronês Achille Mbembe, que se inspirou na noção de biopolítica de Michel Foucault. Vejamos o que Foucault (2023) diz acerca do biopoder:

(...) essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder (FOUCAULT, 2023, p. 3).

O biopoder¹⁹¹ é o poder em sua forma de governo da vida, no sentido de otimizar os processos que a mantêm ou a estendem, e está relacionado com a população: política de controle das taxas de natalidade e mortalidade, promoção da segurança, investimentos em serviços e políticas de saúde pública, campanhas de vacinação, etc. Desse modo, o biopoder, como tecnologia política em vigor desde meados do século XVII, busca assegurar a vida da população, e assim, passamos do “deixar viver e fazer morrer” (da era do poder disciplinar) para o “fazer viver e deixar morrer” (era do biopoder). Mas o biopoder não se refere somente à manutenção da vida; segundo Edgardo Castro (2004), tanto no último capítulo de *La volonté de savoir*, como em *Il faut défendre la société*, “o biopoder se mostra em sua dupla face: como poder sobre a vida (as políticas da vida biológica, entre elas as políticas da sexualidade) e como poder sobre a morte (o racismo)”. E isso sublinha o processo “da estatização da vida biologicamente considerada, isto é, do homem como ser vivente” (CASTRO, 2004, p. 57). Ou seja, biopoder envolve administração dos meios de manutenção da vida ou abreviação da morte, articulando uma dinâmica entre população, poder e Estado.

Em 2021, Silvio de Almeida publica o artigo *Necropolítica e neoliberalismo*,¹⁹² no qual expõe alguns dos pressupostos teóricos das filosofias do francês Michel Foucault e do pensador camaronês Achille Mbembe. Segundo Almeida, para o filósofo camaronês, a noção foucaultiana de biopoder é insuficiente para tratar “modelos de administração e tecnologias de gestão cujo funcionamento se caracteriza pela produção sistemática da morte” (ALMEIDA, 2021, p. 1). Segundo o filósofo e jurista brasileiro, para Mbembe, a noção de biopolítica “não englobaria todas as dimensões que a

¹⁹¹ O biopoder também é poder de justificar a morte da população e, quando há a prática de racismo de Estado, não mais se trata de biopoder, mas de biopolítica.

¹⁹² ALMEIDA, S. L. de. (2021). Necropolítica e neoliberalismo. *Caderno CRH*, 34, e021023. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>. Acesso em: 15/03/2023.

ascensão do neoliberalismo provocou no exercício da soberania, em especial a expansão da lógica colonial e as transformações do racismo, no que denominou de ‘universalização da condição negra’” (ALMEIDA, 2021, p. 1-2). Portanto, segundo Almeida (2021), o que Foucault fez ao retratar a Alemanha de Hitler como exemplo limite do controle de uma biopolítica, no máximo, expôs uma de suas manifestações, pois

(...) o que aponta Mbembe (2018a, 2018b) é que as formas de governamentalidade e de racismo de Estado têm a experiência colonial em sua gênese. O nazismo é, no máximo, a fratura exposta que coloca a um só golpe o direito de matar e a biopolítica na constituição dos Estados modernos. Mas, na radiografia dos Estados modernos, o que aparece é a ossatura do colonialismo e do apartheid (ALMEIDA, 2021, p. 5).

De acordo com Almeida (2021), é desse modo que Mbembe pontua a crítica ao conceito da biopolítica de Foucault: o que teria feito o pensador francês foi expor a biopolítica como experiência histórica de solo europeu. Portanto, Mbembe expande – ou, para alguns, estreita – a compreensão da biopolítica, de suas práticas e efeitos, quando busca suas formas nas experiências do colonialismo e do apartheid. Assim, inspirada na ideia de biopolítica, a noção de necropolítica se insere: “Mais do que a lógica da guerra e da formação do inimigo externo e interno que irá garantir a integridade do Estado, a necropolítica tem como base o terror, herança direta do colonialismo e do apartheid” (ALMEIDA, 2021, p. 6). Mas em sua forma robusta, a necropolítica se desenrola na medida em que se desenvolve o neoliberalismo, pois é dele que nasce a “associação específica entre negro e raça” (ALMEIDA, 2021, p. 6). Se nas formas anteriores do capitalismo “apenas os negros escravizados estavam expostos a certos riscos [principalmente o de morte], o neoliberalismo ‘democratizou’ tais riscos, estendendo a condição negra para toda a humanidade” (ALMEIDA, 2021, p. 8). Esse fenômeno de democratização da morte é o que Achille Mbembe denomina como a “*universalização da condição negra* ou *devir negro no mundo*” (ALMEIDA, 2021, p. 7, *grifos do autor*). E aqui, ainda com Silvio de Almeida (2021), voltamos ao governo Bolsonaro...

Em 2018, pouco mais de um ano antes do início da pandemia de Covid-19, Almeida participou de um debate gravado e transmitido pela TV Boitempo¹⁹³ que

¹⁹³ “Resistência na era Bolsonaro: necropolítica, neoliberalismo e emancipação/Silvio Almeida”. *TV Boitempo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=orSloYDU6ok>. Acesso em: 20/11/2022.

discutia, sob a ótica da resistência, a linha condutora entre a tragédia Bolsonaro e uma necropolítica acentuada. Na sua fala, o tom da resistência é dado, inicialmente, sob linhas existenciais, pois “mais do que sobreviver, nós temos que existir. E existir implica, nos momentos difíceis, em reexistir, o que significa que nós temos sempre que reforjar as condições para a nossa própria sobrevivência” (ALMEIDA, 2018). E por que razões teríamos de reforjar as condições de nossa sobrevivência? Ora, levando em conta que esse debate ocorreu poucos dias após a vitória de Jair Bolsonaro no segundo turno de 2018, Almeida está alertando que, mais que antes e de modo ainda mais potente, dias piores estariam por vir. A “grande questão é que aqueles que não são pretos deveriam observar como vivem os pretos, porque a gente já desenvolveu algumas formas de resistir a essa miséria”, a miséria do Brasil necropolítico, em sua forma mais bruta.

Na mesma direção, Safatle (2020) afirma que “o Estado Brasileiro sempre foi um necroestado, é um Estado de organização da morte, do extermínio, da espoliação”.¹⁹⁴ Esses métodos de morte, extermínio e espoliação são os modos que o Estado brasileiro tem de recordar aos excluídos, favelados, pretos e pobres que eles são inexistentes como sujeitos (SAFATLE, 2020). Portanto, para o filósofo, no contexto desse necroestado, falar de perda de direitos é algo absurdo, sem sentido, “uma aberração”, pois não se pode falar que algo que nunca existiu esteja em risco de deixar de existir, que “esteja em perigo”. Para ele, dizer que nossa democracia está – ou esteve, pois ele fala em 2020, no auge do necrogoverno Bolsonaro – sob risco até seria algo válido, mas levando em conta o fator territorial:

(...) só pode se dizer que ela [a democracia] existiu se nós admitirmos uma distinção geográfica que é, mais ou menos, a seguinte: ela existe aqui [na região do SESC São Paulo], mas a dez quilômetros daqui [na periferia], literalmente, ela parou de existir. O seu sistema legal já não funciona, as suas leis são outras e não há nenhuma tensão nesse sistema [que funciona nas periferias ou regiões tidas como bolsões de miséria]; ao contrário, ele se perpetua (SAFATLE, 2020).

Para Safatle (2020), “a função fundamental” do necroestado brasileiro é a perpetuação dessa condição de exclusão, na qual a existência da democracia é circunscrita a espaços geográficos específicos. E para que isso se perpetue, “é necessário um grau de violência do [necro] Estado brasileiro, que é da ordem do

¹⁹⁴ “O necroestado brasileiro / Vladimir Safatle”. *TV Boitempo*. Disponível em: <https://youtu.be/CCgL60UJTck>. Acesso em: 20/11/2022.

inimaginável em nenhuma situação que se poderia chamar de minimamente democrática” (SAFATLE, 2020). Nesse ponto, Vladimir Safatle se refere à pólvora e sangue, chacinas praticadas por agentes de segurança pública sob chancela do Estado e da ordem, pois os seguintes fatos foram narrados como exemplo dessa política da morte:

Talvez vocês lembrem do fato de uma pessoa assassinada no Rio de Janeiro com 81 tiros pelo exército. Não foram 81 [tiros], foram 257. Isso foi um erro, 257 tiros foram um erro. Isso, meses antes, no Morro do Fallet, a polícia e o exército invadiram o morro, prenderam 17 pessoas em uma casa, torturaram essas 17 pessoas por três horas. A população, a comunidade ouviu tudo, as pessoas gritando e depois essas 17 pessoas foram pela polícia mortas a faca. Isso é o Estado brasileiro (SAFATLE, 2020).

Toda essa dinâmica do necroestado (definida por Safatle) ou da necropolítica (detalhada por Almeida) estava explícita na figura de um sujeito que fomentou o aumento de grupos neonazistas,¹⁹⁵ e foi homenageado por ninguém menos que David Duke, o “rosto mais conhecido da Ku Klux Klan”:¹⁹⁶

“Ele é totalmente um descendente europeu. Ele se parece com qualquer homem branco nos EUA, em Portugal, Espanha ou Alemanha e França. E ele está falando sobre o desastre demográfico que existe no Brasil e a enorme criminalidade que existe ali, como por exemplo nos bairros negros do Rio de Janeiro”, afirmou Duke (BBC NEWS BRASIL, 2018).

O que se esperar das intenções políticas de um “clã”¹⁹⁷ cujo filho “01” (Flávio Bolsonaro) aprovou 495 moções e 32 concessões de medalhas a policiais militares, civis e membros das Forças Armadas durante seus quatro mandatos na Alerj? Bruno Paes Manso (2020) responde: “a insistência em condecorar os maiores vilões da corporação deixou cristalizada a ideologia de guerra que Jair Bolsonaro sempre sustentou” (p. 45). Jair Bolsonaro, líder do clã que chefiou o Estado brasileiro, e que durante décadas se associou aos mais perigosos grupos de policiais corruptos e assassinos, “assumiu ideais herdados dos subterrâneos do regime militar”, fazendo de si mandatário de uma “cultura

¹⁹⁵ “Existem grupos ou células neonazistas que têm se aproximado mais do bolsonarismo e dos atos recentes de rua”, afirmou a antropóloga da Universidade de Campinas, Adriana Dias, especialista no tema, em matéria já citada neste trabalho.

¹⁹⁶ “‘Ele soa como nós’: David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogia Bolsonaro, mas critica proximidade com Israel”. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>. Acesso em: 17/10/2018.

¹⁹⁷ Em *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*, Bruno Paes Manso faz uso do termo “clã” para se referir à família Bolsonaro.

de heróis invisíveis (...) [que] surgiu nos anos 1960 e 1970 nos porões da ditadura” (PAES MANSO, 2020, p. 257).

5.3 Vontade de destruição do saber

Assim como Nietzsche, Foucault também trabalhou com a ideia de vontade de verdade. Mas enquanto Nietzsche lidou com a noção de uma vontade de verdade voltada para o terreno da existência, Foucault a posicionou no campo da ordem do discurso. Para Nietzsche, a vontade de verdade tem um tom negativo, pois conduz o homem rumo ao cultivo do conhecimento ontológico, da metafísica, o que resultaria em uma atitude de negação desta vida com o seu devir, que o faria viver o além-mundo. Para Foucault, essa vontade de verdade também tem um tom negativo, mas diferentemente de Nietzsche – justamente pelo fato de ela pertencer à ordem do discurso – seu tom negativo provém do fato de que se trata de um procedimento de exclusão, mas que produz saber, instituições e subjetividades. Em outros termos, enquanto “(...) o filósofo alemão identificará a vontade de verdade como forma de compreensão de mundo que rejeita o vir-a-ser e direciona o querer humano para a metafísica, em um ato de negação da vida e de esquecimento de si” (HORDECTE, 2020, p. 110). Já o filósofo francês identifica a expressão da vontade de verdade “através de uma vontade de exclusão, na medida em que coloca à margem da sociedade aqueles que não são direcionados pela vontade de verdade instituída como única forma de verdade possível” (HORDECTE, 2020, p. 111).

Mas, se a vontade de verdade em Nietzsche é o conhecimento tido como atividade que nega este mundo com o seu devir, qual é a natureza desse conhecimento tido por Foucault como um procedimento de exclusão inserido em uma ordem do discurso? Ora, essa vontade de verdade é o discurso científico propriamente dito, esse edifício do conhecimento que se coloca diante de nós de modo imponente, e que seleciona o que é ou não válido como verdade. Como procedimento de exclusão, esse discurso – que é ciência e o conhecimento que seleciona ou descarta – age na produção da subjetividade de um sujeito que vive a partir de uma noção de normalidade, uma normalidade validada na ordem do discurso.

Tanto em Nietzsche como em Foucault, há uma forma de se romper – ou resistir, diria o pensador francês – com as amarras e os limites da vontade de verdade. Com Nietzsche, isso é “trabalhado a partir da ideia de afirmação de si”, enquanto para

Foucault, isso é trabalhado “através da subjetivação do sujeito” (HORDECTE, 2020, p. 111). Portanto, nos dois casos, há

(...) uma defesa do humano e do sujeito em suas particularidades, reconhecendo a importância (...) [de romper] com as verdades absolutas advindas da metafísica e da ciência, no caso de Nietzsche, além da oposição às instituições sociais que engessam o sujeito e tiram deste o livre pensar, conforme as ponderações de Foucault (HORDECTE, 2020, p. 112).

Numa suposta luta contra estruturas de poder, que trouxe a marca de uma guerra contra fantasiosas disseminações de um “marxismo cultural” e um quimérico aparelhamento “esquerdista” nas instituições de ensino, o Escola Sem Partido estruturou uma trama de lutas jurídicas e ativismo político-partidário para impor uma noção de saber e conhecimento que se resume à prática de um sistemático e calculado silenciamento das diversidades e de qualquer espécie de conhecimento crítico. Valendo-se do fato de que nos encontramos diante de uma ordem do saber que compreende complexas estruturas e modos de construção e aquisição de novas formas e dimensões de conhecimento que se refazem, se negam e se superam em suas multiplicidades, o MESP passou a impressão de que estava em resistência, quando na verdade é exercício de um poder destrutivo, uma “vontade de destruição”¹⁹⁸ do conhecimento que, atrelada aos retrocessos vividos desde o Golpe de 2016, instaura uma verdadeira onda de “terrorismo doméstico”.¹⁹⁹

Segundo Bignotto (2022), a entrada para compreender o que ele chama de “novidade da experiência política brasileira recente” (p. 109) está na fala do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, quando, em março de 2019, ele disse: “Nós temos é que desconstruir muita coisa”. Para Bignotto (2022), Jair Bolsonaro jamais “prometeu atacar nenhuma das mazelas do país, nem afirmou que iria lutar para diminuir as fraturas sociais”, e “(...) recorrendo a lugares-comuns da linguagem política da extrema-direita contemporânea, assumiu publicamente sua falta de compromisso com o país e com o destino de seus cidadãos” (BIGNOTTO, 2022, p. 109).

¹⁹⁸ Esse tema da vontade de destruição será rediscutido em seção ulterior, onde vou expor uma série de práticas e fatos que se tornaram notícia de jornais, entrevistas e estudos.

¹⁹⁹ Terrorismo doméstico é uma expressão utilizada por Castro Rocha em sua obra *Bolsonarismo: Da guerra cultural ao terrorismo doméstico*, para lidar com o fenômeno de destruição dos laços e instituições sociais em nosso país.

Uma enumeração exaustiva dos desmandos cometidos pela administração federal seria longa. Nesse sentido, uma interpretação global dos acontecimentos seria muito difícil. (...) no entanto, (...) é possível descobrir aspectos dominantes nas práticas políticas levadas a cabo pelos governantes brasileiros atuais para aprofundar a análise de sua natureza. (...) o traço mais saliente das ações do governo Bolsonaro é seu caráter destrutivo (BIGNOTTO, 2022, p. 110).

Enfim, consegui atrelar o movimento Escola Sem Partido ao governo Bolsonaro a partir de uma publicação do PCESP que estabelece as relações entre o movimento que se tornou prática, a família Bolsonaro e as milícias do Estado do Rio de Janeiro:

Após a prisão dos milicianos suspeitos do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, começou a ser noticiado que os ex-policiais militares envolvidos no caso também vigiavam outros possíveis alvos. Uma dessas pessoas era Pedro Mara, professor de sociologia da rede pública estadual do Rio de Janeiro e diretor democraticamente eleito do Ciep 210, em Belford Roxo. Em decorrência disso, Mara foi forçado a “deixar o Rio de Janeiro para manter [sua] integridade física”. No entanto, apesar desses desenvolvimentos recentes, essa não é a primeira vez que Mara é vítima de perseguição política. Na verdade, essa história e os atos que a antecedem lançam uma luz sobre as profundas relações entre três agentes importantes da extrema-direita brasileira hoje: Escola Sem Partido, milícias e a família Bolsonaro (*A família Bolsonaro, o Escola Sem Partido e as milícias*, PCESP, 2019).

A família Bolsonaro, o Escola Sem Partido e as milícias é uma publicação do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido que denuncia os lastros do risco de morte na perseguição política sofrida pelo professor Pedro Mara.²⁰⁰

Segundo o artigo do PCESP que contém uma análise do caso, em 2017, Flávio Bolsonaro denunciou o professor Pedro Mara por apologia às drogas por causa de “uma ilustração de uma folha de cannabis tatuada no braço”. Segundo o coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido, a denúncia de Flávio Bolsonaro representou uma “tentativa de assassinato de reputação”, uma “prática amplamente empregada pelos setores da extrema-direita alinhados com o bolsonarismo”. Mas o dado mais interessante trazido nessa análise do caso é que o motivo de Mara ter se tornado alvo de perseguição pelo, à época, deputado federal Flávio Bolsonaro, foi o incômodo institucional causado pela sua atuação, que se dava mais em defesa da comunidade que em favor dos órgãos de Estado. Pedro Mara trazia consigo o perfil do “professor militante”:

²⁰⁰ “A família Bolsonaro, o Escola Sem Partido e as milícias”. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/2019/03/18/a-familia-bolsonaro-o-escola-sem-partido-e-as-milicias/>. Acesso em: 26/08/2023.

Muitas vezes, diretores eleitos por fora da alçada da secretaria são vistos como disruptivos e problemáticos, pois seu alinhamento se dá mais em favor das suas próprias comunidades escolares do que os do governo do estado. Esses cenários causavam e ainda causam uma série de tensões. Por exemplo, o fato de Mara denunciar casos de estudantes atingidos por bala perdida dentro de escolas não era bem visto pela secretaria. Essas denúncias prejudicavam a imagem do governo do estado do Rio, que em grande parte das vezes é o principal agente da violência que afeta as vidas de crianças e jovens em idade escolar. Assim, a abertura de uma sindicância contra Mara servia como uma boa oportunidade para silenciá-lo (*A família Bolsonaro, o Escola Sem Partido e as milícias*, PCESP, 2019).

Disruptivo: que origina ou pode causar rompimento, que obstrui a sequência normal de um processo, que ocasiona efeito suspensivo, que modifica, desconstrói ou altera uma ordem, um estado de coisas ou um sistema.

Além da tentativa de silenciamento do professor e diretor Pedro Mara, a análise do PCESP possibilita enumerar um conjunto de fatores que apontam as estreitas relações da família do ex-presidente da República com o MESP e uma modalidade do crime organizado no Rio de Janeiro que combina terror, expansão territorial, atividade econômica e notável poder político: as milícias.²⁰¹ Flávio Bolsonaro foi quem assinou o primeiro projeto de lei do Escola Sem Partido, em 2014, desempenhando um papel fundamental na difusão do discurso de ódio contra os professores, uma característica do movimento. Apontado como padrinho político do movimento Escola Sem Partido, ele colaborou com a consolidação desse discurso como plataforma de governança. No entanto, a relação de Flávio Bolsonaro com as milícias no Estado do Rio de Janeiro é tão próxima que, possivelmente, supera a sua relação de proximidade com o próprio MESP. Embora o artigo do PCESP se restrinja a afirmar que “a relação de Flávio Bolsonaro com milícias não é novidade”, indico a leitura de uma matéria do *The Intercept Brasil* que trata o caso com todo o rigor.²⁰² A perseguição política sofrida pelo professor Pedro Mara, que esteve associada ao MESP, evidenciou a conexão entre agentes da extrema-direita no Brasil, na qual a família Bolsonaro é a pedra angular. Tudo indica que o discurso de ódio contra os professores, promovido pelo MESP e apoiado por Flávio Bolsonaro, se tornou política extraoficial de Estado, estimulando um fenômeno de naturalização da violência e ódio aos profissionais da educação.

²⁰¹ “TÁ TUDO DOMINADO”. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/04/05/milicia-controle-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 26/08/2023.

²⁰² “AS LIGAÇÕES DOS BOLSONARO COM AS MILÍCIAS”. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>. Acesso em: 26/08/2023.

Tanto é assim que no dia 14 de março de 2019 uma matéria do jornal O Globo informava que Ronnie Lessa – o acusado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) – havia feito pesquisas na internet que sugeriam intolerância a defensores de “bandeiras ditas de esquerda”.²⁰³ Em julho de 2017, logo “após a imprensa revelar um atrito entre o então deputado Flávio Bolsonaro (PSL) e o professor da rede estadual Pedro Mara, Lessa fez uma pesquisa querendo saber mais detalhes sobre Mara, diretor do Ciep 210, em Belford Roxo” (O GLOBO, 2019). A matéria também aponta que além das 28 buscas na internet sobre Marcelo Freixo e parentes próximos, utilizando termos como “morte+de+marcelo+freixo” e “marcelo freixo enforcado”, o ex-PM também inseria nas pesquisas termos como “Coronel Ustra”, “Flavio Serafini”, “Psol Jacarepaguá”, “Mussolini”, “Dilma e Lula”, “Lula enforcado” e “ONG Redes da Maré”, além de nomes de acadêmicos e sociólogos. Ao tomar ciência de que seu nome circulava na lista dos ex-policiais acusados de envolvimento no assassinato da vereadora Marielle Franco, o professor Pedro Mara se viu no meio de uma trama que envolvia um poderoso grupo político de extrema-direita, o movimento Escola Sem Partido e milicianos. O caso de Pedro Mara nos deixa diante da história de um professor que fugiu de um grupo de assassinos após ter sido vítima da lógica do silenciamento.²⁰⁴ Esse professor viu sua vida virar de cabeça para baixo, transitando das estantes de livros nas bibliotecas escolares e salas de aula para um cenário regado a armas de fogo, pólvora e derramamento de sangue. “E assim, o ciclo se completa. Enquanto o Escola Sem Partido priva os professores da sua humanidade, as milícias terminam o trabalho” (*A família Bolsonaro, o Escola Sem Partido e as milícias*, PCESP, 2019).

Um outro caso – o de um professor de Língua Portuguesa de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro – é tratado em outro *podcast* do PCESP sob o título *Ódio aos Professores*, da série *Conceitualizando*.²⁰⁵ O episódio ocorreu após esse professor ter proposto uma atividade com uma charge que trazia Donald Trump e Jair Bolsonaro deitados em uma cama, como um casal. A charge ironizava o ex-presidente do Brasil,

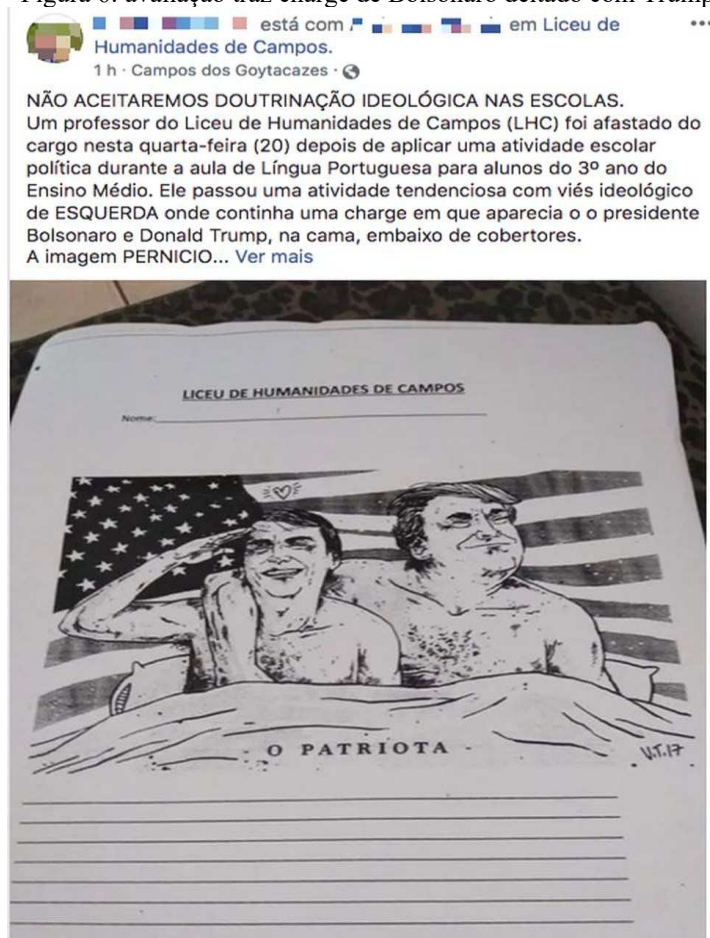
²⁰³ “Acusado de assassinar Marielle fez pesquisa sobre professor que teve atrito com Flávio Bolsonaro”. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/acusado-de-assassinar-marielle-fez-pesquisa-sobre-professor-que-teve-atrito-com-flavio-bolsonaro-23522673>. Acesso em: 25/08/2023.

²⁰⁴ ‘ESTOU FUGINDO DOS ASSASSINOS DE MARIELLE. O ESTADO CORTOU MEU SALÁRIO EM VEZ DE ME DAR PROTEÇÃO’. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/04/11/assassinos-marielle-perseguido-educacao/>. Acesso em: 25/08/2023.

²⁰⁵ “Ódio aos Professores || Conceitualizando 001 ||”. *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A1fsyH1Xvhw>. Acesso em: 06/02/2022.

retratando-o como “o patriota” brasileiro subalterno aos interesses estadunidenses.²⁰⁶

Figura 6: avaliação traz charge de Bolsonaro deitado com Trump



Fonte: Foto/Reprodução gl

Como indica o título, essa transmissão do PCESP se dedicava a conceitualizar o fenômeno do ódio aos professores, definindo os conceitos e situando-o numa perspectiva histórica:

A nossa proposta aqui é definir esse conceito através de alguns parâmetros teóricos, sendo o principal desses a ideia de antagonismo. Então, o que significa dizer que o ódio aos professores é uma forma de antagonismo? Na área da teoria política, das ciências sociais, antagonismo tem uma série de definições possíveis, mas aquela que a gente vai utilizar aqui é uma dada pela teoria do discurso, mais especificamente por dois autores, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista (Ódio aos Professores || Conceitualizando, PCESP, 2019)*.

²⁰⁶ “Professor recebe ameaças após usar charge sobre Bolsonaro e Trump em sala de aula”. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/25/professor-recebe-ameacas-apos-usar-charge-sobre-bolsonaro-e-trump-em-sala-de-aula>. Acesso em: 05/02/2022.

Para o Professores Contra o Escola Sem Partido, o ódio do MESP aos professores, estimulado e propagado por vários setores da sociedade, não deve ser visto como onda isolada, pois está vinculado à “recente ascensão de grupos e discursos políticos de extrema-direita no Brasil, como a própria eleição de Jair Bolsonaro”, um fenômeno integrado a “um projeto amplo e violento” de “deslegitimação e vilanização da figura do professor” (*Ódio aos Professores || Conceitualizando*, PCESP, 2019). O modo como Miguel Nagib – fundador do movimento apadrinhado por Flávio Bolsonaro – afirma a atitude de “doutrinação” de um “professor tarimbado” e “militante” frente uma criança de doze anos de idade (considerada por Nagib como “uma folha em branco”) é uma relação análoga a dos “abusadores” com suas vítimas. Nas palavras de Nagib, reproduzida na referida transmissão do PCESP, o argumento de que um estudante não é uma “folha em branco (...) [é] um argumento típico dos estupradores, que alegam em sua defesa que aquela menina de doze anos que eles acabaram de violentar não é tão inocente quanto parece”.

Para lidar esse embate e compreendê-lo, nessa transmissão, o PCESP adota a noção de antagonismo desenvolvida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, um conceito considerado pelos autores “como parte essencial de toda a formação discursiva” e que, no campo da linguística, se contrapõe com a ideia “de discurso como sistemas fechados de diferenças” (*Ódio aos Professores || Conceitualizando*, PCESP, 2019). Nessa perspectiva da formação discursiva focada na noção de antagonismo, “os discursos só se formariam a partir das relações entre as suas partes”. Um exemplo:

(...) a gente só consegue entender o que alto significa em referência à ideia de baixo, esquerda em referência à direita, grande em referência à pequeno, e por aí vai. É essa correlação de significados e significantes em uma rede que torna possível diferenciá-los uns dos outros, permitindo a construção de identidades e também dessas representações da realidade que chamamos de discurso (*Ódio aos Professores || Conceitualizando*, PCESP, 2019).

O que Laclau e Mouffe fazem, segundo o PCESP, é discorrer acerca do que pode estar para além “dessas estruturas fechadas em si mesmas”, quais são seus limites e qual é a razão de serem, muitas vezes, rompidos. É a partir dessa perspectiva “pós-estruturalista” que questionam a “ideia de discurso como sistema fechado”. Os autores, segundo o PCESP, propõem que as “identidades” que se formam e se constroem “através dos discursos” estão sob constante negociação, e muitas vezes “essas negociações podem assumir a forma de antagonismos” (*Ódio aos Professores ||*

Conceitualizando, PCESP, 2019). E, nesse ponto, é importante ter em mente que antagonismo é o modo como as

(...) identidades envolvidas em um discurso percebem aquilo ou aqueles que ameaçam e negam a sua existência. Por isso, esses elementos antagônicos que muitas vezes a gente caracteriza em termos como o inimigo, o estrangeiro, o outro, não podem ser integrados ao sistema de diferenças. Nesses casos, certos elementos são excluídos do sistema por serem considerados como a antítese do mesmo, uma negação inconciliável dessas identidades (*Ódio aos Professores* || *Conceitualizando*, PCESP, 2019).

Segundo Márcio Ferreira de Souza (2021), o MESP “deve ser responsabilizado” como “mantenedor” e “promotor da violência” – por exemplo, o MESP estimulou o programa de educação do governo de Jair Bolsonaro (SOUZA, 2021, p. 277), uma proposta que rejeita o educador Paulo Freire. Sobre o Plano de Educação do governo de Jair Bolsonaro, o autor afirma:

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a BNCC, impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas (SOUZA, 2021, p. 227).

A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio (LIMA; OLIVEIRA; *et al*, 2021) é uma obra com diversos ensaios acerca do obscurantismo que tomou de assalto o ensino público no Brasil. A importância da obra para esta pesquisa é a de atrelar as tentativas de mandos e desmandos no setor da educação pública à história recente do Brasil, sob o centro de gravidade do discurso do MESP. O prefácio da obra, intitulado *A escola democrática e seus inimigos*, foi escrito por Christian Laval, e ali ele apresenta o que considera “Os quatro princípios da educação democrática”: 1) “a busca da igualdade nos acessos concretos à cultura e ao saber”, 2) “a transmissão de cultura comum”, 3) “o desenvolvimento da cooperação na aprendizagem”, e 4) “a organização democrática do próprio estabelecimento escolar” (LAVAL, 2021, p. 24-25). O autor apresenta esses quatro princípios, tendo em vista que numa democracia, a educação “deve dar a cada um os meios para uma verdadeira autonomia pessoal. (...) o que se espera, em primeiro lugar, de uma educação democrática é que ela engendre aquilo que Paulo Freire acertadamente chamava ‘mentalidade democrática’” (LAVAL, 2021, p. 24). Christian Laval, o intelectual francês que hoje é notadamente um dos maiores pensadores da atualidade, elaborou seus quatro princípios de uma educação democrática baseado em um nordestino (gente pela qual Jair Bolsonaro nunca fez questão de

esconder o seu desprezo)²⁰⁷ que, dispensando notas e apresentações, é o intelectual brasileiro mais lido na face da Terra.²⁰⁸ No entanto, ele deveria ser expurgado durante a gestão do apequenado ex-presidente da República, o primeiro não-reeleito desde a aprovação do instituto da reeleição no país.²⁰⁹ Entretanto, fica a questão: quem são os inimigos da educação democrática, segundo Laval? Se referindo à educação democrática da qual menciona os princípios, Laval (2021) diz que ela “só tem sentido (...) [quando] ancorada num projeto de soberania popular” (p. 25) – tudo que Bolsonaro e seus seguidores, subalternos aos interesses estadunidenses, odeiam. Portanto, os inimigos da educação democrática “são, ao mesmo tempo, diversos e poderosos”, e se dividem em dois grandes grupos: “os fiéis amigos da hierarquia social e das superstições” e “os adoradores do mundo desigual e os adeptos do autoritarismo e do adestramento militar da juventude”. Esse último grupo é composto por “velhos adversários da liberdade de pensar e de agir”, enquanto os “novos inimigos” são “oriundos da modernidade”, são aqueles que “pretendem fazer da escola uma empresa a serviço da economia capitalista”; são os empresários, as corporações, os investidores de capital especulativo, as *think tanks* e os lobistas da educação de produção do “capital humano” (LAVAL, 2021, p. 26).

Entremeio os antigos e novos inimigos da educação no Brasil, o MESP “foi uma das primeiras manifestações da unidade pragmática da direita brasileira” no campo da educação (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021, p. 51). Segundo os autores, essa unidade pragmática surgiu em “oposição ao pretenso proselitismo marxista nas escolas” (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021, p. 51), mas só “ganhou ressonância” a partir dos ataques “à chamada ‘ideologia de gênero’”:

Construção fantasiosa nascida do ultraconservadorismo católico, mas adotada também por lideranças evangélicas, a ideologia de gênero é o rótulo que reúne numa mesma ameaça todas as contestações aos estereótipos de gênero,

²⁰⁷ “Bolsonaro despreza os nordestinos. E ele não está sozinho.”. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/08/12/bolsonaro-despreza-nordeste-nordestinos-economia/>. Acesso em: 15/04/2023.

²⁰⁸ “Paulo Freire, intelectual brasileiro mais lido no mundo e ‘inimigo’ do bolsonarismo, tem trajetória contada em exposição”. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/paulo-freire-intelectual-brasileiro-mais-lido-no-mundo-inimigo-do-bolsonarismo-tem-trajetoria-contada-em-exposicao-25202277>. Acesso em: 10/04/2023.

²⁰⁹ “Bolsonaro entra para a história como primeiro presidente a não conseguir a reeleição”. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/30/bolsonaro-entra-para-a-historia-como-primeiro-presidente-a-nao-conseguir-a-reeleicao>. Acesso em: 20/04/2023.

sejam vinculadas ao movimento feminista ou ao movimento LGBTQIA+ (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021, p. 51).

Como tratado, Miguel e Oliveira afirmam que a “junção (...) [das pautas] anticomunismo e combate à ideologia de gênero (...) vem da ideia de marxismo cultural” (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021, p. 52), algo bastante comum tanto no que tange às análises dos pesquisadores acerca da reascensão desses movimentos extremistas quanto aos discursos que entre eles circula. A junção dessas duas pautas pela extrema-direita-MESP desencadeou uma série de práticas que resultaram em danos irreparáveis: “traumas psicológicos, hostilidade nas redes sociais, processos judiciais e administrativos, dificuldades para seguir lecionando ou mesmo arranjar emprego, medo e preocupação em estar sendo constantemente observado”, além do já citado risco de morte por arma de fogo, como no caso do professor Pedro Mara. A política de instauração do medo e promoção do terror se dá segundo um frio e calculado rito: “os vídeos comprovando a ‘doutrinação’ são divulgados em mídias sociais (...) [resultando em] assédio ideologicamente motivado como um caso específico do fenômeno mais geral do *cyberbullying* contra docentes” (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021, p. 55-56). Para os autores,

(...) o caso mais notório é o da deputada estadual de Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo, eleita em 2018 tendo o combate à “ideologia de gênero” e à “doutrinação” na educação como bandeiras principais e que tentou colocar seu mandato a serviço da perseguição a professores. Mas mesmo Jair Bolsonaro, quando deputado, chegou a gravar vídeos listando nomes de docentes a serem expurgados (MIGUEL; OLIVEIRA, 2021, p. 56).

Além de aniquilar reputações, promover a morte de subjetividades que contestam os padrões heteronormativos e atentar ainda mais contra a democracia, a citada deputada promoveu um *lobby* antiempatia nas escolas. Em 2022, uma matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo abordava a importância de se trabalhar nas escolas o desenvolvimento de habilidades como “foco, empatia e persistência”.²¹⁰ “A partir de 2022, trabalhar com esses aspectos tornou-se uma obrigação de todas as escolas brasileiras, tanto quanto ensinar matemática, português ou qualquer conteúdo tradicional”, dizia um trecho da matéria. O termo empatia relacionado à educação

²¹⁰ “Você acha mais importante a escola dar aula de matemática ou de empatia?”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2022/03/voce-acha-mais-importante-a-escola-dar-aula-de-matematica-ou-de-empatia.shtml>. Acesso em: 01/03/2023.

despertou o ódio da deputada, e fez com ela produzisse e divulgasse um conteúdo, em sua página no Instagram: “O que estão fazendo com a escola?”,²¹¹ questiona Campagnolo, segurando um exemplar de *Maquiavel Pedagogo: ou o ministério da reforma psicológica*, de Pascal Bernardin, um apanhado de teorias da conspiração com ampla circulação em grupos de extrema-direita.

Figura 7: Campagnolo questiona ensino de empatia nas escolas



Fonte: Foto/Reprodução Instagram

Denominado por Miguel e Oliveira (2021, p. 64) como movimento de “campanha *contra a educação*” (*grifos dos autores*), o MESP “cumpr[e] o papel de desviar o debate das questões estruturais” que dão origem aos “padrões de dominação e a violência endêmica contra grupos sociais (...) [no país], a começar pela violência de gênero” (p. 63). Toni Reis (2016) – pós-doutor em Educação e Secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) – afirma: desde “os debates sobre o Projeto de Lei” que se tornou o Plano Nacional de Educação (PNE) houve uma intensificação “de um fenômeno já existente”,

²¹¹ Em sua página no Instagram, indignada com o ensino de empatia nas escolas, Campagnolo se refere à seguinte matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo: *Você acha mais importante a escola dar aula de matemática ou de empatia?* Disponível em: https://www.instagram.com/p/CbbMS6Fu8BG/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 30/04/2023.

que se caracteriza pelo “conservadorismo, reacionarismo, intolerância, fascismo e fundamentalismo em relação à abordagem de questões de gênero e diversidade sexual nos estabelecimentos de ensino” (REIS, 2016, p. 118). O autor ressalta que na contramão da valorização, reconhecimento ou mesmo respeito à diversidade sexual, “a proposta do Escola Sem Partido”, além de banalizar “os problemas da educação, impede a formação cidadã (...) inibe o desenvolvimento do conhecimento científico e nega os saberes do estudante, além de também inibir” uma socialização voltada ao conhecimento e respeito ao outro, questões fundamentais em uma “escola como força inovadora, (...) igualitária, crítica, emancipatória, com equidade de gênero e promoção da cultura da paz” (REIS, 2016, p. 124).

Em trabalho publicado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Marise Nogueira Ramos (2016) apontou que, por detrás da suposta mensagem de neutralidade do MESP, seus “apologetas” “escondem, na verdade, um teor fortemente persecutório, repressor e violento”.²¹² Segundo a autora, o que está em jogo é “uma estratégia” que, “mediante obtenção” do consenso social “poderá legitimar a coerção como caminho aberto para a violência em direção àqueles que não conjugam da mesma afiliação ideológica” do MESP e seus adeptos. Levando em conta o golpe de 2016, Ramos trabalha com a tese de que já estamos sob Estado de exceção. Para a pesquisadora, o MESP “é uma estratégia dessa classe que não se inibe em se apoiar no medo e na coerção para defender seus interesses”. No mesmo sentido, Isabel Scrivano, Fabiana Lopes e Pedro Paulo Gastalho (2017) afirmam que as racionalidades do MESP “seriam a base do racismo de Estado analisado por Foucault, que vai permitir estabelecer, entre a vida de uns e a morte de outros, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico” (GASTALHO; LOPES; SCRIVANO, 2017, p. 110).

5.4 Discurso, poder, resistência e estado de dominação

O discurso é mais que fala, enunciado, proposição ou sentença, e por isso sua análise se entrelaça “com a análise do não discursivo”, pois discurso engloba o campo

²¹² RAMOS, Marise Nogueira. “*Escola sem partido*”: a criminalização do trabalho pedagógico. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/escola-sem-partido-criminalizacao-do-trabalho-pedagogico>. Acesso em: 10/05/2023.

das “práticas em geral” (CASTRO, 2004, p. 117) – “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10). Na ordem do saber, classificação, verdade e invalidade; no campo do desejo, proibido e permitido. No terreno dessa “ordem”, dessa arena de “lutas”, a educação é o

(...) instrumento graças ao qual todo indivíduo (...) pode ter acesso a qualquer tipo de discurso [porém, a] sua distribuição, no que permite e no que impede (...) [segue por] linhas que estão demarcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

O discurso (excludente) do MESP e o discurso (inclusivo) do PCESP demarcam fronteiras de embate e tensão que se dão por “oposição” e “lutas sociais”. Enquanto o movimento de ultradireita trabalha sob procedimentos “que impedem”, um grupo como o PCESP trabalha segundo o que se “permite”. Interdição e desinterdição do discurso: do ato educativo à luta política, o conjunto de práticas, essa “ordem do discurso”, esse campo de batalhas se dá em uma conjuntura política, cujos tensionamentos envolvem, sim, questões de ordem econômica, mas também uma suposta “guerra cultural”, na qual o uso de uma série de procedimentos, aparatos sociais e tecnologias de última geração “estão em perpétuo deslocamento” e “não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte [bem dosada e expressa] de violência” (FOUCAULT, 2014, p. 13). O que denomino “vontade de destruição” é a mola propulsora que põe em agitação o Movimento Escola Sem Partido, representante “escolar” da tentativa frustrada e vergonhosa de golpe de Estado no 8 de janeiro de 2023, com a participação de cerca de três mil e novecentos²¹³ (ESTADÃO, 2023) vândalos.

O poder é onipresente

(...) não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro (...) [e] se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis (FOUCAULT, 2021, p. 101-102).

Em seus “inúmeros pontos”, o caráter móvel das relações de poder faz com que ele, na medida em que dois ou mais pontos se ligam, vá de lá para cá e daqui pra lá, mas

²¹³ “8 de janeiro: O que se sabe sobre os ataques golpistas em Brasília após um mês da invasão”. *Estadão*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/8-janeiro-mes-ataques-golpistas-invasao-brasilia-o-que-se-sabe>. Acesso em: 19/09/2023.

sob tensão, não como pêndulo. Esse poder que se manifesta na forma de tentativa de exclusão – exclusão de ideias, práticas, sonhos, aspirações, saberes, corpos e existências – só existe porque há uma possibilidade de luta, porque “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 2021, p. 104). É porque são muitas as lutas frente a tantos poderes, com suas formas e modos, que falamos de

(...) resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 2021, p. 104).

Para ilustrar uma relação de poder e resistência, primeiro darei o exemplo de uma relação que não é de poder, retrocedendo a um acontecimento da década de 1990.

Às 16h40 de uma sexta-feira, dia 2 de outubro de 1992, “341 policiais da Tropa de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo foram enviados para conter uma rebelião no Pavilhão 9 da Casa de Detenção, no Complexo do Carandiru. Entraram com cães, bombas e armas pesadas”²¹⁴ (DW Brasil, 2022), em uma operação que resultou no assassinato de 111 presos. No triste episódio, conhecido como “Chacina do Carandiru”, cuja notícia rodou o mundo, não houve relação de poder, pois ela é coextensiva à de resistência. Quando homens esfarrapados, presos num pavilhão fechado, portando pedaços de madeiras e facas improvisadas são encurralados e assassinados por 341 policiais que portam escudos e estão em posse de escopetas, pistolas, cães e fuzis, não há, definitivamente, possibilidade alguma de resistência. Acerca de um episódio desse tipo – e isso não implica dizer que necessariamente deva ocorrer morte física como houve nesse caso – Michel Foucault diz:

Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relação de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares –, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação (FOUCAULT, 2017, p. 260).

²¹⁴ “Carandiru: 30 anos da maior chacina numa prisão brasileira”. *DW Brasil*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/massacre-do-carandiru-30-anos-da-maior-chacina-numa-pris%C3%A3o-brasileira/a-63288520>. Acesso em: 19/09/2023.

Porém, dez meses depois, oito presidiários em um anexo da Casa de Custódia de Taubaté fundaram o Primeiro Comando da Capital (PCC)²¹⁵ (UOL Prime, 2019). O rapper Dexter (vocalista do grupo 509-E e ex-detento) compara a facção ao MST: “São formas de organização do povo, para reivindicar direitos”, enquanto o Kaskão, vocalista do grupo Trilha Sonora do Gueto, afirma que “o PCC é um Hamas que nasceu nos presídios: ‘São pessoas que lutam contra as patifarias do sistema’”²¹⁶ (UOL, 2012). Segundo Karina Biondi²¹⁷ (2007, p. 208), “a criação do PCC é vista por muitos presos como o fim de um tempo no qual imperava algo que se aproximava de um cenário ‘hobbesiano’ de guerra de todos contra todos (...) [pois] sua proposta (...) [trazia] uma mudança na ética dentro das prisões”. Tal mudança se refere aos códigos de ética, conduta e autopreservação para enfrentar um inimigo comum e mais perigoso que o companheiro de cela: a polícia. Assim, o PCC assumia toda uma feição sindical, que ia da reivindicação dos direitos no cárcere até o enfrentamento armado nas ruas. No contexto desse derramamento de sangue, pode-se dizer que na “lei da selva” o PCC formou-se resistência: o crime organizado revida frente a um Estado que age criminosamente. E o poder circula, livremente, entre as duas organizações (PCC e polícia de SP) que cometem crimes, formando uma rede de “redistribuição da violência”: negociações extraoficiais, estratégias de promoção do terror, sofisticadas redes de trocas de informação e conhecimento, táticas de emboscadas, sistemas de camaradagem, redes de apoio, tecnologias de suborno e chantagem regadas a violentos confrontos – tudo isso porque agora, diferentemente do que aconteceu em 1992, há possibilidade de resistência.

Agora vamos para o terreno das escolas nas quais trabalhei ao longo dos últimos 15 anos, unidades de ensino situadas nos subúrbios das cidades. Esses espaços de ensino se inserem em territórios específicos, alguns considerados pelos próprios professores locais inóspitos, outros nem tanto. Nessas unidades de ensino, assim como nos territórios em que se inserem, “o poder está em toda parte” (FOUCAULT, 2021, p.

²¹⁵ “Origem | PCC - Primeiro Cartel da Capital - 1ª temporada - Parte 1”. *UOL Prime*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJ1odbHDWPU>. Acesso em: 20/09/2023.

²¹⁶ “Rappers ex-detentos defendem PCC como grupo de resistência”. *UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/12/07/rappers-ex-presidiarios-defendem-pcc-como-grupo-de-resistencia.htm>. Acesso em: 20/09/2023.

²¹⁷ BIONDI, Karina. “Relações políticas e termos criminosos: O PCC e uma teoria do irmão-rede”. *Teoria&Sociedade*. nº 15. 2 - julho-dezembro de 2007 p. 206-235. Disponível em: https://neip.info/novo/wp-content/uploads/2017/03/Biondi_PCC_Teoria_Irm%C3%A3o-Rede_Sociedade_2007.pdf. Acesso em: 20/09/2023.

101). Essas escolas são lugares loteados por grupos e indivíduos que se movimentam segundo interesses múltiplos: a) interesse de conquistar as eleições para se tornar a equipe diretora da escola; b) interesses de classe: a luta constante pela presença da prática sindical na escola; c) interesse de se lecionar segundo sua concepção pedagógica (enquanto eu leciono segundo uma concepção de educação contestadora das ordens vigentes, um professor ao lado segue uma linha conservadora); d) interesse do estudante: de conquistar professores, de contrapor-se e contestar as práticas pedagógicas, de opor-se à ordem professoral, e até mesmo de romper com o princípio de “autoridade”, de se tornar representante de classe ou do grêmio, de se fazer ouvido, etc.; e) interesse de alçar carreira na vida política, a vida política entendida como a do “político profissional”.

Essa rede de interesses, que se distribui e se move nesses espaços, segue um conjunto de procedimentos e estratégias: a) para se conquistar a direção escolar, se estabelecem alianças, algumas permanentes, outras provisórias; fazem-se promessas; age-se com espírito de cortesia com quem é popular ou descortesia ou indiferença com os impopulares; b) pela presença do discurso sindical na unidade de ensino, ostenta-se espírito de liderança e consciência de classe, e mostra-se destemido e praticante do jargão sindical; veste-se com camisetas que trazem estampadas frases de referências na luta pela educação (o “punho cerrado” ou o rosto de Paulo Freire); usa-se o “nós” em lugar do “eu”, sempre se referindo ao coletivo em vez de enfatizar o indivíduo, e assim torna-se unidade viva de agitação e propaganda; c) o interesse de lecionar segundo aquilo que se acha correto e ideal vem acompanhado do refinamento da fala: deve-se ser cativante, cordial e convincente, pois, à esquerda ou à direita, encontra-se de posse de uma verdade – o professor mais à esquerda deve convencer de que seu conteúdo está alinhado a valores institucionais e contemporâneos que visam o bem-comum, enquanto o mais à direita deve convencer o interlocutor acerca dos riscos que estariam por vir com uma mudança da ordem vigente; d) para conquistar o professor, o aluno realiza as atividades propostas com afinco, demonstra interesse no conteúdo, ou simplesmente o conquista pela amizade e demonstração de carinho e afeto; para contrapor-se, volta-se para os amigos de classe e denuncia suas falhas ou mazelas, e até monta abaixo-assinados para retirar dali o “mau” professor; para se tornar representante de classe, deve-se passar a imagem do “bom” estudante; para conquistar um posto no grêmio, torna-se panfletário, estabelece alianças interclasse e mobiliza o corpo discente; e) a fim de alçar voo na carreira política, o rito é próximo do descrito na tentativa de se tornar

alguém da equipe diretora, porém, busca-se estabelecer um maior raio de atuação, se alinhar ou embarcar em um partido, o que pode ou não atrair apoio dos seus pares, os professores.

Intrigas, fofocas, conspirações, denúncias, linhas tênues e alianças temerárias deslocam tensões contínuas e descontínuas: o loteamento nesses lugares é atravessado por relações de força móveis, mas esse próprio loteamento segue instável e também tem sua mobilidade, pois se hoje está numa determinada posição, amanhã não pode mais estar. Nas condições de possibilidade, movimentos em favor de paralisação das aulas e estados de greve demarcam ainda mais as linhas que nos dividem e nos aproximam. Durante o intervalo, quando estamos na sala dos professores, é fácil visualizar o “discurso”: piadas envolvendo gays, exibições de um machismo decadente, sexismo, brancos tentando fazer com que os negros conversem como os brancos, racismo recreativo e fundamentalismo religioso, culto à meritocracia. Nesse mesmo intervalo, há repreensão às piadas homofóbicas, manifestação do feminismo, imposição do movimento negro e crítica ao liberalismo.

Como essas relações de poder nessas unidades de ensino se inserem em um território maior, numa comunidade, sua dinâmica também é atravessada por confluências de forças que provém de no mínimo outras três “instituições”: 1) a polícia, que ali se manifesta quase que exclusivamente na figura de um poder policial que, além de corrupto, se exerce “sobre a massa dos acontecimentos, das ações (...) [e] dos comportamentos” (FOUCAULT, 2020, p. 206) – e com isso quero dizer que o poder público ali se mostra presente quase que exclusivamente nas ações de uma polícia racista, violenta e bisbilhoteira, que em sua disputa pelo “mercado da carne” não esconde o ódio e o desgosto pela comunidade na qual se insere, negligenciando sua missão institucional (se é que há uma) de promover a segurança pública; 2) a igreja, representada principalmente pelas “células de salvação” de um certo neopentecostalismo brasileiro com suas práticas de Teologia do Domínio: querem dominar a tudo e a todos²¹⁸ (PEREIRA, 2023, p. 150); tentam interferir nos currículos

²¹⁸ Segundo Eliseu Pereira (2023, p. 150), na ideia de “Teologia do Domínio”, “o termo domínio deriva da interpretação particular de Gênesis 1.28 – ‘dominai a terra’ – aplicando-a, não ao ser humano em geral, mas restritivamente aos cristãos, como os únicos capazes de cumprir tal mandato”. In.: PEREIRA, Eliseu. **TEOLOGIA DO DOMÍNIO: UMA CHAVE DE INTERPRETAÇÃO DA RELAÇÃO EVANGÉLICO-POLÍTICA DO BOLSONARISMO**. *Projeto História*, São Paulo, v. 76, p. 147-173, Jan.-Abr., 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/60331/42102>. Acesso em: 20/09/2023.

pedagógicos da instituição pública de ensino, se infiltram na multidão com seus alargadores de orelha, tatuagens e piercings, cantam rock e funk gospel, e promovem uma verdadeira disputa pelo mercado dos corações, corpos e, principalmente, pelo dinheiro das juventudes com suas famílias; 3) o crime, representado principalmente na atividade do tráfico de drogas (os assassinatos relacionados ao tráfico têm um tripé pedagógico: ensinar aos “cidadãos de bem” quais os riscos decorrentes da vida no mundo da malandragem, adestrar seus consumidores e espantar a concorrência). Essas três instituições, com os poderes que exercem e sob os quais se associam, fazem parte de uma rede multifacetada e dinâmica, pois o que chamamos “poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2021, p. 101). Entre essas instituições – escola, polícia, igreja e crime – não há um centro de poder, não há um ponto de onde emanam correntes de força, pois

(...) a condição de possibilidade do poder, em todo caso, o ponto de vista que permite tornar seu exercício inteligível até em seus efeitos mais “periféricos” e, também, enseja empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de forças que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis (FOUCAULT, 2021, p. 101).

Essa rede de relações de poder não está acompanhada das resistências; as resistências fazem parte dela. Correlações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel do adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão” (FOUCAULT, 2021, p. 104). Assim como o poder está em toda parte, “esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder” (FOUCAULT, 2021, p. 104). Repetindo, “resistências, no plural (...): possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício” (FOUCAULT, 2021, p. 104). O pensador também afirma que

(...) as relações de poder suscitam necessariamente (...) [uma] possibilidade a uma resistência [e] porque há possibilidade de resistência e resistência real [é que] o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência (FOUCAULT, 2006, p. 23).

E no duplo poder-resistência, “se vai da rebelião à dominação (...) [e] da dominação à rebelião”, uma relação que, inquietante, produz uma “agitação perpétua” (FOUCAULT, 2006, p. 232).

Retornando ao discurso do Escola Sem Partido, ele não é somente antidemocrático, mas traz consigo uma vontade de destruição, diante da qual o PCESP se fez resistência “necessária”, “planejada” e “irreconciliável”. Necessária porque se inscreveu no campo da necessidade – se viu e se fez indispensável, foi imperativa e imprescindível – pois o discurso antidemocrático devia e deve ser desmontado, afrontado, enfrentado, desarticulado, refutado e divulgado; planejada porque calculada nos mínimos detalhes e procedimentos – mapeamento do discurso antidemocrático, transmissões performadas e que seguiram uma elaboração estratégica e pontuada de contradiscurso; irreconciliável porque uma noção de sociedade inclusiva não se concilia com a de uma excludente.

Tanto o MESP como o PCESP estão em posse de verdades, e para Michel Foucault (2008, p. 12) não há verdade “fora do poder” ou mesmo sem sua presença. O embate, o atrito, a contradição e a oposição que se dá entre o movimento Escola Sem Partido e o coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido transita entre a escola e a política, a política e a escola, de modo que, em seus discursos, escola e política são, a todo instante, coisas atreladas. E a discussão acerca de discurso e poder, no que tange essas lutas políticas, leva em conta a questão dos regimes de verdade ou políticas gerais da verdade – essa luta no e pelo discurso, que é uma luta do não-discursivo, é um atrito de regimes de verdade. É ainda Foucault quem afirma que a verdade é “deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções, e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 12); Foucault também evidencia que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade (...) os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 2008, p. 12). Desse modo,

(...) em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo; é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos; enfim, é objeto de debate político e de confronto social (FOUCAULT, 2008, p. 13).

Algo a ser enfatizado é que, “centrada na forma do discurso científico”, essa política geral da verdade, que segue a lógica de uma determinada economia política, é “objeto de uma imensa difusão”. E levando em conta que a escola é o lugar privilegiado da difusão de um regime de verdade, retomo as palavras do professor José de Almeida (2022) para lembrar que, numa sociedade como a nossa, o Brasil da Constituição de 1988, “um currículo coerente [articula] os objetivos da aprendizagem ao projeto de país”, e esse projeto de país inscrito na Constituição prevê a construção de uma sociedade justa, livre e solidária, que deve trabalhar em favor da “erradicação da pobreza e da marginalização”, não na eliminação dos marginalizados e aumento das desigualdades econômicas. Ela (a Constituição) também prevê esforços para a “promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idades ou qualquer outra forma de discriminação”, não a manutenção de privilégios e todas as formas de discriminação. Com essas palavras, quero dizer que a verdade do movimento Escola Sem Partido é antagônica ao nosso regime democrático. Aproveito também para me recordar das palavras da pesquisadora Doutora Vera Masagão Ribeiro (2016), que lembram que o discurso do MESP representa uma reação contra os “avanços que a sociedade brasileira vem realizando na direção de aspirações democráticas e igualitárias expressas na Constituição de 1988”. Recordo também que esse conjunto de reações oriundos dessa extrema-direita da qual o movimento Escola Sem Partido faz parte compreende “um projeto de aniquilamento (...) [total] das instituições criadas pela Constituição de 1988”, como bem salientou o pesquisador João Cezar de Castro Rocha (2021). Em suma, a verdade trazida pelo MESP é incoerente até com a ideia de regime de verdade, e aqui arrisco dizer que, na melhor das hipóteses, o discurso desse movimento de extrema-direita trouxe consigo uma necroverdade.

O discurso do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido ao MESP é uma crítica, uma prática. Mas, qual é a crítica que o Professores Contra o Escola Sem Partido pratica em relação ao Escola Sem Partido? Ora, na filosofia foucaultiana, a crítica busca mostrar como as coisas passaram a acontecer; ela é sempre uma oposição às formas de governamentalização. A crítica

(...) é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função a desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (FOUCAULT, 1990, p. 5).

Toda uma rede de oposição composta por sindicalistas, professores, ativistas de direitos humanos, jornalistas, intelectuais e muita gente anônima se interrogou sobre os efeitos de poder das ações criminosas dessas organizações de extrema-direita, que atacaram educadores, a educação, a noção de cidadania e a ideia de política entendida como debate público, além de tudo que já mencionei no decorrer desta pesquisa. Os efeitos de poder dessas polícias do discurso incluíram constrangimento, medo, calúnia, perseguição, desemprego, ameaça de morte e uma série de atos que se assemelham a uma verdadeira caça às bruxas, com sua máquina de publicidade do terror. A nossa crítica foi em função do desassujeitamento, pois sujeição é estado daquilo que se encontra submisso, estado de vassalagem. E porque já não mais nos encontramos na Idade Média – objeto de nostalgia da extrema-direita brasileira – rejeitamos e resistimos ao jogo dessa velha e recalçada necropolítica da verdade praticada pelo bolsonarismo escolar. Inspirado na filosofia foucaultiana, eu diria que a nossa crítica, a arte da nossa “indocilidade refletida” teve como encargo nosso desassujeitamento a uma vontade de destruição que, por um instante, se confundiu com uma certa vontade de saber. E diante do *nosso* encargo de “inservidão voluntária” – que, pra mim, é de natureza ética – recorro à ideia da “desobediência que humaniza” (GROS, 2018, p. 32), a “desobediência na perspectiva de uma ética do político” (p. 33). O bolsonarismo escolar quer aniquilar o professor militante porque sua vontade de destruição geral e irrestrita é condicionada pelo “*se fazer autômato*” (GROS, 2018, p. 32, *grifos do autor*); querem professores desprovidos de autonomia e consciência crítica para que, dessa forma, forjem os “monstros de obediência”, formados em um currículo que é o da “razão técnica, eficaz, produtora, útil”, formados a partir da racionalidade “da indústria e das massas, da administração e dos escritórios”, uma “razão gestora”, a “racionalidade fria, anônima, glacial, impessoal do cálculo e da ordem (GROS, 2018, p. 32).

Se a extrema-direita tenta criminalizar a atividade de ensino, o que se infere daí é que, em concordância com seu discurso “bandido bom é bandido morto”, ao professor resta a morte. Poder de matar, de excluir, eliminar, subjugar, marginalizar... Isso não é poder, é “estado de dominação”. Mesmo frente à falsa relação de poder que, na verdade, é prática de morte, o sublevante é resistência para reexistir e viver, literalmente; resistência para ser visto e ouvido – “porque não uso pronome neutro, porque não digo ‘*menines* ou *garotes*’, quem usa deve ser eliminado, não deve existir nem como escrita, nem como fala, nem como direito, gênero ou corpo”. Em 1993, o *Raio X Brasil* já

escancarava as intenções da “elite do atraso”: “Porque é nossa destruição que eles querem, física e mentalmente, o mais que puderem” (Racionais MC’s).

O Brasil é uma nação cujo aparelho político-religioso-estatal-judicial gentilmente presta serviços a uma elite branca e racista, que escraviza, mata e segrega gente preta, gente pobre e as minorias. O bolsonarismo é o cume dessa lógica, e o Escola Sem Partido é o seu discurso escolar. Muitas produções produzem em excesso, e o excedente produzido pela engenharia da produção de marginalidades no Brasil é eliminado na necrodinâmica de um Estado Democrático de direito e exceção. Valendo-me de algumas noções de Oiticica, o artista marginal que homenageou o marginalizado Cara de Cavalo, vejo que estamos diante de uma estrutura que, perante seus excedentes na produção das marginalidades, “castra todas as [nossas]²¹⁹ possibilidades [de] sobrevivência (...) como se fôssemos lepras e males incuráveis”. Bem representada na branquitude do “bem vestido” – e brega – ex-ministro Ricardo Salles, nossa elite econômica é feita de uma trupe que “come [alimento] orgânico” enquanto “enfia agrotóxico no rabo do povo”; gente “bonita”, poliglota, que fala baixo, usa roupa lavada a base de amaciante, anda de avião e marca a diferença tomando vinho de marca, curtindo de asa delta, saltando de paraquedas e andando de “jeepão”, enquanto manda gente pobre usar elevador de serviço – quando não manda direto “pra vala” pelas mãos da polícia. Vale ressaltar que a “elite do atraso”, protegida e protetora desse Estado de exceção, habita prédios com cercas elétricas que demarcam os espaços verdadeiramente democráticos que se encontram sob proteção da gente nossa.

Em resumo, a vontade de destruição praticada pelo movimento Escola Sem Partido pode ser definida como expressão dos anseios da elite brasileira, que jamais poupou esforços no financiamento e fortalecimento das estruturas de segregação, seja por meio do edifício estatal, ou com seus esquemas de sabotagem contra as insurgências que se desenvolvem no terreno da educação, na organização de setores da sociedade civil que reivindicam equidade. Na história recente, essa vontade de destruição tomou as ruas e as redes sociais a fim de se fazer calar toda e qualquer manifestação de

²¹⁹ Com o “nossas” me refiro à “gente fodida”, gente pobre, puta, ladrão, traficante, detento, trombadinha, maloqueiro, malandro; gente que apanha e morre nas mãos da polícia, gente que não mora em apartamento e que não tem carrão. Me refiro aos pretos moradores das favelas e subúrbios, gente não-polida, gente considerada feia, gente que usa roupa encardida, que fala “errado”. Me refiro às travestis vítimas de espancamento e morte, à criança desnutrida, à mulher favelada, ao funkeiro, pagodeiro, nordestino. Gente que não frequenta o barzinho da playboyzada, gente que precisa do Bolsa Família, pedreiro, servente, faxineiro, doméstica; gente que não tem dinheiro e tempo pra malhar na academia.

questionamento do *status quo*, nomeando como vitimista toda e qualquer prática que se levantasse contra as assimetrias historicamente constituídas. Essa vontade de destruição da qual falamos busca aniquilar as instituições sociais, a democracia, os desprovidos de voz e a assistência social. Com suas milícias, almejam aniquilar a ciência e o conhecimento inclusivo, eliminando qualquer alternativa de emancipação das camadas socialmente desprovidas e desassistidas.

6. CONCLUSÃO

Partindo da noção foucaultiana de que frente a todo o poder há uma possibilidade de resistência, esta pesquisa fez um percurso que foi do discurso do movimento Escola Sem Partido ao do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido. Seguindo a linha do PCESP, ultrapassei o campo da educação, a fim de realizar uma “história do tempo presente”: ligações político-partidárias, formações criminosas, ameaças, uso de dispositivos de coação e constrangimento, reincidência das retóricas do ódio, guerra cultural, acusação de “marxismo cultural”, denúncia de aparelhamento das instituições, manutenção e risco de ruptura democrática, etc. Como o fez o coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido, a pesquisa recorreu a dados históricos a fim de discutir uma trama de relações de forças que ultrapassam o ato educativo. De um lado, a pesquisa chega à conclusão de que o discurso do PCESP trabalha em favor de uma noção de educação que se alinha aos direitos humanos e à noção de democracia social, denominada pelo coletivo como “democracia radical”. Por outro lado, o ideal de educação valorizado pelo movimento Escola Sem Partido preconiza um estado de instrução calcado na reprodução das relações de consumo, uma luta em favor de uma educação baseada no Código de Defesa do Consumidor, como enfatizou seu fundador Miguel Nagib. Ao passo que a tentativa de interdição do discurso pelo MESP ocorreu mediante o emprego de uma retórica que criminalizou a atividade docente, o discurso do PCESP buscou valorizar a atividade do ensino em suas diversas dimensões. Nessa “história do tempo presente”, me deparei com um embate de relações de poder que compreendem a esfera econômica, mas ultrapassam-na: a recusa dos valores advindos da modernidade, o saudosismo por um passado autoritário, a aversão à diferença, e a vontade de eliminação do que soa estranho ou novo, tudo isso marcado à rancor e ressentimento. Nessa ótica, a leitura fornecida por Castro Rocha de que estamos diante de uma guerra cultural desenha o quadro de um embate que se inicia em meados da década de 1980, permitindo visualizar a “coerência”²²⁰ da acusação desses grupos de extrema-direita de que estaríamos diante de um aparelhamento das instituições de Estado, sobretudo no que se refere aos terrenos da educação e da produção acadêmica – a “coerência” de um amontoado de teorias da conspiração. A interdição dos discursos busca manter em funcionamento uma ordem vigente, uma ordem onde uns mandam e

²²⁰ Faço o uso do termo coerência entre aspas para me referir ao fato de que essas teorias da conspiração seguem uma lógica específica; em vez de estarem desconexas e descontínuas, elas se alinham.

outros obedecem, uma ordem onde alguns estão para viver enquanto outros estão para morrer pelos que devem viver (e viver bem).

Como apresentado na introdução deste trabalho, o Escola Sem Partido deixou de ser um projeto fadado ao fracasso para se tornar uma prática, pois ainda é bastante comum a associação entre a figura do docente à dos traficantes de drogas, como o fez recentemente o filho do ex-presidente, Eduardo Bolsonaro. Com a retórica do ódio, as técnicas do MESP se fizeram braço escolar da extrema-direita brasileira que alçou ao mais alto posto da administração da República em 2018, dando corpo a um programa político perigoso, arriscado, nefasto e obscurantista.

Essa guerra cultural que desenha o quadro das relações de poder e resistência aqui descritas explicita que as resistências são re-existências que se reformulam e se refazem para se manter vivas. O que está em jogo é existir, existir para comer, existir para se manifestar, existir para educar, e existir frente aos mandos e desmandos de uma elite armada e sedenta por sangue de gente pobre. A prática de interdição do discurso realizada pelo movimento Escola Sem Partido adentrou os três campos apontados por Michel em sua *A Ordem do Discurso*: sexualidade – “não se deve intrometer ou mesmo tocar neste tabu, pois sexualidade se refere à homem e mulher, exclusivamente”; política – “a ordem política é a ordem dada, e acerca dela debatem os políticos profissionais; não deve haver debate político fora do âmbito partidário, não se debate política nas escolas”; religião – “religião é cristianismo, o restante é atentado contra a ordem e os bons costumes”. Dessa forma, a vontade de destruição busca aniquilar tudo o que foge ao estabelecido, tudo o que foge à ordem do discurso, ao estado de coisas.

No entanto, o discurso dos Professores Contra o Escola Sem Partido é resistência pela existência que se faz sublevar frente ao discurso do necropoder do MESP, uma vez que esse movimento de extrema-direita não trabalha somente em favor de uma agenda de eliminação de uma classe inteira – a dos professores – mas também de todos e quaisquer sujeitos que defendem uma educação democrática. Desse modo, a agenda, o discurso e a prática do MESP visa a morte, literalmente.

O discurso do MESP, o qual denomino bolsonarismo escolar, tem como objetivo plantar e operar dispositivos de desagregação social, a fim de pavimentar e acelerar o caminho da morte de educadores e da classe de professores. Visam a violência simbólica e do próprio saber em sua totalidade e ainda tentam eliminar da memória o saber crítico, divergente, múltiplo e a própria ciência.

A partir da pesquisa de Benjamin R. Teitelbaum – *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista* – é possível pensar que a reascensão²²¹ da extrema-direita²²² está vinculada a uma atitude de rejeição e ressentimento dos valores e práticas que demarcaram as mudanças que se deram após o advento do Iluminismo e da modernidade: a extrema-direita internacional cultua um passado de hierarquias consolidadas, baseadas em ensinamentos de escolas esotéricas fortemente fundadas em noções de sociedade de castas, com forte teor racista. E o MESP não opera tão distante dessa lógica.

Em comunicação direta com a filósofa Marcia Tiburi, em 18 de setembro de 2023, ela me disse que, se Hitler tivesse sido aceito pela academia de Belas Artes, talvez ele teria sido ou um péssimo artista ou talvez um artista medíocre, mas não um tirano bem-sucedido. Daí eu reitero que, se Olavo de Carvalho fosse aceito pela universidade, seria talvez um péssimo filósofo ou um medíocre pensador, mas talvez não teria se tornado o ideólogo responsável por emplacar uma guerra cultural bem-sucedida, que culminou na eleição de um tirano responsável por mais de 700 mil mortes por Covid-19, perseguições políticas, tentativas de genocídio e ameaças de morte.

Para finalizar, recorro a Foucault para afirmar que “todo indivíduo [deve]²²³ ter acesso a qualquer discurso”, tanto ao que “impede” como ao que “permite”. E, naquilo que o “impede”, as resistências dos que se levantaram contra o Escola Sem Partido devem ser tão potentes como o é o poder contra o qual se levantam. E talvez nós, professores e professoras que tanto têm a ensinar, inspirados numa potente ideia e prática de revolta – como as “necessárias”, “planejadas”, “irreconciliáveis”, “arrastadas”, “selvagens” e “violentas”, ou “fadadas ao sacrifício” – pudéssemos aprender a radicalizar, frente o risco de morte, como radicalizam as vítimas da violência do Estado nas favelas, algo que já foi tematizado noutra canção do grupo O Rappa:

Panela batendo, toca fogo no pneu, põe barricada / Velhos, senhoras e crianças, a molecada pula, debocha e dá risada / Parece brincadeira, mas não é! / Parece brincadeira, mas não é! / A comunidade que não aguenta tanto tempo sem água! / A comunidade que não aguenta tanto tempo sem água! / Tumulto! Corra que o tumulto está formado / Vem cá, vem vê! / Vem cá, vem vê! / Que dentro do tumulto pode estar você / Tudo bem, ele era o bicho, mas saiu daqui inteiro, e até chegar no hospital, levou três tiros no peito / E a galera daqui fez igual fizeram em Vigário Geral: Todo mundo pra rua

²²¹ O autor não usa o termo “reascensão”, mas “ascensão”; resolvi usá-lo por questões já expressas.

²²² O autor não usa o termo “extrema-direita”, mas “direita-populista”.

²²³ Em vez do “pode” de Foucault.

aumentar o som, todo mundo pra rua aumentar o som / Pra causar algum tipo de repercussão (Trecho da canção “Tumulto”, do grupo O Rappa).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. (2021). Necropolítica e Neoliberalismo. *Caderno CRH*, 34, e021023. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BIGNOTTO, Newton; LAGO, Miguel; STARLING, Heloisa Murgel. *Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CUNHA, Martim Vasques da. *A tirania dos especialistas: desde a revolta das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- DIAS, Rosimeire de Oliveira; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde Rodrigues (org.). *Ordens do discurso: comentários marginais à aula de Foucault*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. Coleção Estado de Sítio.
- DORIA, Pedro. *Fascismo à brasileira: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. São Paulo: Planeta, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Tradução: Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *O Governo de Si e dos Outros*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução: Roberto Machado. 26. ed. São Paulo: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da Biopolítica*. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2021.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Tradução: Gabriela Lafetá Borges. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de Maio de 1978).

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

FREITAG, Barbara. *A Teoria Crítica: ontem e hoje*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017.

GALO, Sílvio; RAGO, Margareth (org.). *Michel Foucault e as insurreições: É inútil revoltar-se?* São Paulo: Intermeios, 2017.

GROS, Frédéric. *Desobedecer*. Tradução: Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu, 2018.

JANUÁRIO, Adriano. *Educação e resistência em Theodor W. Adorno*. São Paulo: Loyola, 2020.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: Que é <<Esclarecimento>>? In: KANT, Immanuel. *Textos Seletos*. Tradução: Raimundo Vier. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução: Mariana Echalar. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Coleção Estado de Sítio.

LEVITSKY, Steven; Zibblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

LIMA, Idalice Ribeiro Silva; Oliveira, Régia Cristina (org.). *A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio*. Porto Alegre: Zouk, 2021.

MANSO, Bruno Paes. *A República das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

- MOISÉS, José Álvaro; WEFFORT, Francisco. *Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- MULHAL, Joe. *Tambores à distância: viagem ao centro da extrema direita mundial*. Tradução: Teresa Dias Carneiro. São Paulo: Leya, 2021
- NUNES, Rodrigo. Tradução: Raquel Azevedo. *Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política*. São Paulo: Ubu, 2023.
- PIVA, Juliana Dal. *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico - Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva et al. *A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Botafogo: Estação Brasil, 2018.
- TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

LEITURA COMPLEMENTAR

HORDECTE, Israel. Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault. *Kínesis*, XII, n. 33, p.109-123, dezembro 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/11353>. Acesso em: 30/04/2023.

REFERÊNCIAS DE JORNAIS

SOUZA, Felipe. Atos de torcidas contra Bolsonaro: o que levou as organizadas às ruas contra o presidente durante a pandemia. *BBC News Brasil*, São Paulo, 2 de junho de

2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52899944>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

REZENDE, Constança. Weintraub: ‘Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro’. *Notícias UOL*, 14 de junho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-quer-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

“Professora de Filosofia na Bahia é intimada por 'doutrinação feminista’”. *Nome do veículo*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10055277/>. Acesso em 19/11/2021.

FREITAS, Jéssica. Do medo à autocensura: sintomas evidenciam que Escola Sem Partido se fez 'lei'. *Último Segundo iG*, São Paulo, 1 de junho de 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-06-01/do-medo-a-autocensura-sintomas-evidenciam-que-escola-sem-partido-se-fez-lei.html>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

BAVA, Silvio Caccia; Fagnani, Eduardo. A trincheira das ideias: resistir para impedir a barbárie. *Le Monde Diplomatique*, 16 de maio de 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-trincheira-das-ideias-resistir-para-impedir-a-barbarie/>.

ALESSI, Gil; HOFMEISTER, Naira. Sites neonazistas crescem no Brasil espelhados no discurso de Bolsonaro, aponta ONG. *El País*, São Paulo e Porto Alegre, 9 de junho de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>. Acesso em: 22 de junho de 2021.